

**LAURIEN CRISTHINE ZIEM NASCIMENTO**

**ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS URBANOS PARA O LAZER DA  
JUVENTUDE NA CIDADE DE FLORIANÓPOLIS-SC**

**FLORIANÓPOLIS  
OUTUBRO / 2009**

**LAURIEN CRISTHINE ZIEM NASCIMENTO**

**ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS URBANOS PARA O LAZER DA  
JUVENTUDE NA CIDADE DE FLORIANÓPOLIS-SC**

Dissertação apresentada como requisito parcial  
à obtenção do grau de mestre, pelo curso de  
Pós-graduação em Educação Física – Mestrado,  
do Centro de Desportos da Universidade  
Federal de Santa Catarina.

Orientador: Prof. Dr. Maurício R. da Silva

**FLORIANÓPOLIS  
OUTUBRO / 2009**

## **TERMO DE APROVAÇÃO**

LAURIEN CRISTHINE ZIEM NASCIMENTO

### **ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS URBANOS PARA O LAZER DA JUVENTUDE NA CIDADE DE FLORIANÓPOLIS-SC**

Dissertação aprovada como requisito para obtenção do grau de mestre pelo Programa de Pós-graduação em Educação Física – Mestrado, do Centro de Desportos da Universidade Federal de Santa Catarina, pela seguinte banca examinadora:

---

**Prof. Dr. Maurício Roberto da Silva (Orientador)**

---

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Celi Nelza Zulke Taffarel**  
**Departamento de Educação Física, UFBA (membro)**

---

**Prof. Dr. Giovani de Lorenzi Pires (membro)**  
**Departamento de Educação Física, UFSC**

---

**Prof. Dr. Edgard Matiello Júnior (suplente)**  
**Departamento de Educação Física, UFSC**

**FLORIANÓPOLIS**  
**OUTUBRO / 2009**

## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de deixar meus agradecimentos a todos aqueles que fizeram parte dessa minha formação, àqueles que de algum modo contribuíram nesta minha trajetória, que me deram apoio, forças para chegar até aqui. Dentre tantas as forças, contribuições e apoios, não posso deixar de citar e agradecer ao meu filho Alan e ao meu esposo Alex, pois eles vivenciaram de perto minhas angustias, nervosismos, ansiedades e alterações de humor. Agradeço em especial ao professor Maurício, não somente pela ótima orientação, mas por ter aceitado o desafio de me orientar, acreditando que eu poderia chegar até aqui e, assim, possibilitando a concretização desse estudo!

Agradeço também aos membros da banca, professora Celi, professor Giovani e professor Edgard, por terem aceitado o convite para participar desta banca e pelas suas contribuições a este trabalho.

**OBRIGADA!!!**

# ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS URBANOS PARA O LAZER DA JUVENTUDE NA CIDADE DE FLORIANÓPOLIS-SC

## RESUMO

Este estudo se desenvolve sob o tema de pesquisa “espaços/equipamentos para o lazer da juventude”. Um processo de compreensão acerca das questões políticas, econômicas e culturais da sociedade capitalista que priva a população do atendimento e de satisfação das necessidades sociais básicas (trabalho, saúde, habitação, educação, saneamento, lazer e outras), principalmente quando se trata de políticas públicas. Deste modo a pergunta de partida foi a seguinte: existem espaços e equipamentos para o lazer na cidade de Florianópolis, inerentes a uma política pública consistente em termos de espaços/equipamentos para os jovens de diferentes classes sociais, visando o usufruto do chamado tempo de lazer/“tempo livre”? Assim, percorri um caminho teórico-metodológico, inspirada em alguns pressupostos do materialismo histórico-dialético, procurando abordar as fundamentações e reflexões sobre o espaço urbano, classe social, juventude e lazer/“tempo livre”. Com base nos procedimentos teórico-metodológicos da pesquisa participante, busquei analisar, fundamentalmente, idéias e contradições, presentes nas representações sobre a problemática em questão. Trata-se de uma investigação acerca dos espaços/equipamentos para o lazer na cidade de Florianópolis – a partir dos jovens de Monte Serrat/Alto da Caieira e Ingleses da classe trabalhadora empobrecida e da classe média, ou seja, intra-classes. Independente de classe social, faz-se presente a necessidade de espaços/equipamentos para o lazer, principalmente de âmbito público, na representação social dos desejos desses jovens, com ressalvas dos jovens da classe média em relação ao acesso daqueles que são considerados por eles como os “vândalos” dos espaços públicos. No entanto, são escassas as possibilidades existentes de espaços/equipamentos públicos que possam ser usufruídos para o lazer, pois no livre jogo de mercado os espaços que poderiam ser destinados ao lazer, ou mesmo os que se destinam ao lazer, são alvo da especulação capitalista.

**Palavras-chave:** Espaço urbano, Juventude, Lazer.

## ABSTRACT

This study expands on the theme of research "spaces / equipment for the leisure of youth." A process of understanding the political, economic and cultural aspects of capitalist society, which deprives the population of care and meeting basic social needs (work, health, housing, education, sanitation, recreation and other), especially when it comes to policies public. Thus the starting question was: there are no spaces and equipment for leisure in the city of Florianópolis, associated with a consistent public policy in terms of space/equipment for young people from different social classes, seeking the enjoyment of so-called leisure time/ "free time"? So I traveled a theoretical-methodological assumptions inspired by the historical and dialectical materialism, seeking to address the reasoning and reflections on the urban space, social class, youth and leisure/free time. Based on theoretical and methodological procedures of participatory research, sought to analyze fundamentally ideas and contradictions present in the representations on the issue in question. This is an investigation of the space/equipment for leisure in the city of Florianópolis - from the people of Monte Serrat / Alto Caieira and Ingleses and the impoverished working class and middle class, intra-class. Regardless of social class, is present the need for space / equipment for leisure, mainly within public, social representation of the desires of these young people, with exceptions for young middle-class in relation to access those considered by them as the "vandals" of public spaces. However, there are few possibilities of space / public facilities that can be enjoyed for recreation, for the free play of market spaces that could be used for the leisure, or even those for recreation, are targets of capitalist speculation.

**Keywords:** Urban space. Youth. Leisure.

## SUMÁRIO

<b>RESUMO</b>	iv
<b>ABSTRACT</b>	v
<b>INTRODUÇÃO: JUSTIFICANDO A PERTINÊNCIA DO PROBLEMA E SUA RELEVÂNCIA</b>	1
<b>1. BASES TEÓRICO-METODOLÓGICAS</b>	30
1.1 ABORDAGEM TEÓRICA	30
1.2 ABORDAGEM METODOLÓGICA	39
<b>2. JUVENTUDE, CLASSES SOCIAIS E TEMPO/ESPAÇO PARA O LAZER</b>	56
2.1 JUVENTUDE E CLASSES SOCIAIS	56
2.2 JUVENTUDE, CLASSES SOCIAIS, “TEMPO LIVRE” E USUFRUTO DO TEMPO/ESPAÇO PARA O LAZER	72
2.2.1 <i>Juventude, lazer e tempo livre</i>	72
2.2.2 <i>Juventude e o usufruto do tempo/espaço para o lazer</i>	78
<b>3. ESPAÇOS/EQUIPAMENTOS PÚBLICOS PARA O LAZER DA JUVENTUDE: DESEJOS, PROJETOS E EXPECTATIVAS</b>	86
3.1. ESPAÇOS/EQUIPAMENTOS PÚBLICOS PARA O LAZER	86
3.2 DEMOCRATIZAÇÃO DOS ESPAÇOS/EQUIPAMENTOS PÚBLICOS PARA O LAZER DA JUVENTUDE: DESEJOS, PROJETOS E EXPECTATIVAS	100
<b>4. CONSIDERAÇÕES PROVISÓRIAS</b>	115
<b>REFERÊNCIAS</b>	124

## INTRODUÇÃO: JUSTIFICANDO A PERTINÊNCIA DO PROBLEMA E SUA RELEVÂNCIA

Antes de mais nada, convém ressaltar que este estudo se circunscreve no âmbito das dissertações de mestrado, constituindo-se no ponto culminante de um trabalho de investigação na perspectiva da pós-graduação strictu-sensu. Ele contém em seu processo, de acordo com Minayo (2006), os “Ciclos da Pesquisa”, a saber: escolha do tema, transformação deste em problema, delimitação do objeto, construção dos elementos teórico-metodológicos e abordagem metodológica (modos de abordar a realidade e procedimentos de análise dos dados).

No entanto, vale ressaltar que se trata de uma “monografia de base” (SAVIANI, 1991 p. 165) ou “pesquisa exploratória” (MINAYO, 2006). Segundo Saviani, dissertações de mestrado ou “monografias de base” devem abarcar temas relevantes ainda não suficientemente “explorados”, cabendo ao mestrando a tarefa de realizar levantamentos, da maneira mais completa possível, utilizando dados e fontes disponíveis. Estas fontes e dados devem ser organizados de acordo com critérios lógico-metodológicos adequados, prevendo a redação do texto correspondente, permitindo o acesso ágil do assunto tratado. Estas monografias de base permitirão aos estudantes de doutorado, ou mesmo ao próprio mestrando, ou ainda aos pesquisadores mais experientes, lançar mão dessas informações primárias, já devidamente organizadas e, a partir delas re-definir e problematizar, a partir da monografia realizada, novos objetos de estudo. As monografias de base representam a síntese do alcance dos mestrandos, em meio a multidimensionalidade e abrangência dos fenômenos investigados. As monografias de base, não abrem mão do rigor, mas partem do pressuposto da necessidade de um *continuum* das pesquisas iniciadas no mestrado (SAVIANI, 1991 p. 165).

\*\*\*

A condição de pesquisadora, na ação de um exercício de reflexão deste contexto social sob a vigência do modo de produção capitalista, corrobora para o reconhecimento da necessidade de compreender as questões políticas, econômicas e culturais que permeiam as relações sociais e, em razão disso, as conseqüências nefastas que incidem sobre trabalhadores e trabalhadoras e suas famílias. Trata-se de grande parte da população brasileira, bem como

de outros países; ou seja, uma horda de desempregados e miseráveis vivendo, conforme afirma Viviane Forrester (1997), numa “sociedade de escravos”. Neste contexto, a classe trabalhadora adulta e, por tabela, os jovens, passam por toda a sorte de privações e precariedades, principalmente, quando se trata das políticas públicas e necessidades sociais básicas: trabalho, saúde, habitação, educação, cultura, saneamento, lazer entre outras.

Diante disso, na posição de pesquisadora iniciante, constituindo um constante desenvolvimento do conhecimento, considero fundamental refletir criticamente sobre a realidade deste contexto histórico. Acrescenta-se a este processo o envolvimento político da pesquisadora à medida que vai se esclarecendo a essência do capitalismo. Ao mesmo tempo este envolvimento político auxilia a compreensão deste sistema contraditório e seus possíveis desdobramentos e repercussões sobre o espaço urbano, a juventude e o lazer.

Essas inquietações e a constante busca teórica para compreensão das questões acima mencionadas levam-me a este estudo que tem como tema fundante, “espaços/equipamentos para o lazer da juventude”, sendo seu ponto de partida minhas observações e estudos exploratórios acerca da problemática dos espaços urbanos para o lazer dos jovens na cidade de Florianópolis/SC (NASCIMENTO, 2003)<sup>1</sup>. Além deste fato, neste projeto de qualificação me inspiro em diversos estudos específicos e interdisciplinares sobre a problemática dos espaços urbanos em geral e, especificamente, sobre os “espaços/equipamentos urbanos para o lazer”<sup>2</sup> e sobre juventude<sup>3</sup>. Grosso modo, os estudos revelam inquietações referentes ao constante crescimento urbano, à democratização, à desumanização e à apropriação das cidades pela lógica do capital. Tal fenômeno culmina por transformar os espaços urbanos, sobretudo, as grandes cidades, em “cidades do capital”, ou

---

<sup>1</sup> Observações e reflexões teóricas iniciadas no Trabalho de Conclusão de Curso de Educação Física, tendo como objetivo introduzir a discussão referente aos espaços de lazer para a juventude na cidade de Florianópolis.

<sup>2</sup> Tais como os estudos de: Silva (1994), com abordagem sobre os espaços de lazer, na cidade de Florianópolis, em detrimento da especulação imobiliária; Costa (1995), que trata da questão do acesso aos conteúdos de lazer na comunidade da Serrinha; e Oleias (1994) que em sua dissertação de mestrado enfatiza seu estudo ao lazer que inicialmente estava destinado ao Aterro da Baía Sul (Florianópolis), sofre com o crescimento urbano e a comunidade perde o espaço que seria destinado ao usufruto da cultura lúdica.

<sup>3</sup> As produções teóricas na área de Educação Física abordam acerca da juventude sobre diferentes enfoques: juventude e esportivização das políticas públicas (OLIVEIRA, 2006); lúdico e trabalho de jovens meninas (JANATA, 2004; PERIM, 2003); lazer relacionado à mídia em culturas juvenis (HACK, 2005); e sobre as relações estabelecidas entre o esporte e ONGs, diante da esfera do sistema capitalista (SILVEIRA, 2007). Nos trabalhos apresentados em eventos como CONBRACE (Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte), também se encontram trabalhos relevantes no que se refere à juventude, lazer e espaço, em diversas áreas temáticas, que abordam temas como lazer relacionado a políticas públicas (CORREIA, 2005) e lazer relacionado ao espaço e juventude (NASCIMENTO, 2005). Além destes, há estudos em diferentes periódicos que abordam: a temática da vida cotidiana de jovens meninas no que se refere ao trabalho e cultura lúdica (SILVA, 2002); juventude como sujeito de direito (LYRA et. al., 2002); diferentes grupos juvenis e seu perfil, articulado ao espaço urbano com questões voltadas a juventude (BOUSQUAT e COHN, 2003); e juventude e suas práticas culturais e de lazer no contexto urbano (MAGNANI, 2005).

seja, em espaços para apropriação do solo e da renda fundiária no quadro urbano, possibilitando, como veremos no decorrer do texto, a circulação de mercadorias e a acumulação de mais-valia (LEFEBVRE, 1999). Estas reflexões estão dialeticamente articuladas às questões essenciais da conjuntura político-econômica engendrada pelo modo de produção capitalista neoliberal. As ações sociais que envolvem a juventude também estão articuladas a esta conjuntura político-econômica, principalmente no que diz respeito às políticas sociais e públicas neoliberais, cujos pressupostos éticos, ontológicos e ideológicos, dão materialidade às políticas públicas para a Educação Física, Esporte e Lazer intitulados sob a falsa inclusão social ou verdadeira no ponto de vista da inclusão de crianças e jovens aos moldes dessa sociedade capitalista.

Para entender um pouco essa questão da conjuntura político-econômica do modo de produção capitalista sob a ideologia neoliberal, é importante trazer para o texto, em linhas gerais, algumas considerações que tentam explicar o neoliberalismo que o capitalismo adotou para conquistar as mentes do mundo ocidental, mas para além disso, do mundo inteiro (COMBLIN, 1999). Segundo este autor, o neoliberalismo pode ser considerado uma utopia ou teoria que, a partir da economia, tenta dar uma explicação total do ser humano e da sua história, isto é, faz da economia o centro do ser humano. Compreende uma idéia, uma teoria liberal voltada à lógica do mercado, ao livre mercado, apresentando-se como “globalização” – abertura de mercado mundial sem fronteiras entre as nações para o livre intercâmbio de bens e serviços, mas na verdade é um conceito que serve para esconder o que ocorre na realidade (COMBLIN, 1999; IANNI, 2004).

O neoliberalismo, portanto, nada mais é que uma nova faceta do liberalismo. Se antes (século XIX) serviu para justificar a dominação do comércio mundial pela Inglaterra, atualmente serve para justificar a ascensão do poder imperialista e comercial dos Estados Unidos e sua vontade de entrar em todos os mercados nacionais, um mercado livre que deve servir aos interesses dos Estados Unidos e das empresas norte-americanas (COMBLIN, 1999).

É nesta nova fase do liberalismo que ocorre a destruição do “coletivo”, do Estado-nação, por meio da realização da desregulamentação das atividades econômicas pelo Estado, da privatização das empresas estatais (desestatização), das organizações e instituições governamentais relativas à habitação, aos transportes, à educação, à saúde e à previdência, pois tudo deve ser empresa privada, ficar por conta do mercado, pois deve ser oportunidade de criar capital, que na prática significa privatização dos lucros (sem participação dos cidadãos) e coletivização das perdas (os cidadãos pagam), (COMBLIN, 1999; GENTILLI, 2003). Além

do mais, para o capitalismo, nesta lógica liberal, o Estado é o problema, portanto, deve ser reduzido à função de polícia, isto é, um Estado que serve aos interesses do mercado, estabelecendo e fiscalizando as regras do jogo econômico (COMBLIN, 1999; IANNI, 2004).

Como já mencionado, tudo entra para o jogo do mercado, privatiza-se o que é público, inclusive o conhecimento está subordinado à lógica do mercado, a utilização dos resultados científicos tende a ser determinada pelo mercado ao invés de respeitar o princípio da liberdade e responsabilidade por parte dos pesquisadores e poder público, dentre outros aspectos como a utilização de pesquisadores (universidades públicas) para fins privados (CHAUÍ, 1999).

Diante disso, o problema em estudo, no meu entender, não deve fazer vista grossa a esse modo de produção da vida que, em escala regional e planetária, destrói o meio ambiente (problemas ecológicos da biodiversidade), provoca a perda dos direitos da classe trabalhadora, a precarização do trabalho assalariado, a exploração do trabalho infantil, o desemprego e o sub-emprego, além de promover a destruição do patrimônio público (privatizações) entre outros pontos da agenda político-econômica da agenda neoliberal (ANTUNES, 2003; ANTUNES, 2008; FORRESTER, 1997; FRIGOTTO, 1998; NOSAKI, 2004; SILVA, 2003; TAFFAREL, 2005).

Quando está em debate os espaços/equipamentos urbanos para o lazer da juventude, necessário se faz não perder de vista a relação imbricada entre trabalho-lazer, cujas perspectivas (teórico-metodológicas), prescindem da reflexão epistemológica no âmago da dialética entre tempo-espaço, tempo-espaço-trabalho e tempo “livre” no capitalismo. Seguindo esta linha de pensamento, espaço é política na medida em que “o espaço inteiro se torna o lugar da reprodução das relações de produção na vida cotidiana no mundo – no âmbito da dialética urbano-rural” (LEFEBVRE, 2008).

Neste sentido, ao tentar recortar o problema dos espaços urbanos para o lazer da juventude, urge aguçar as análises críticas, acerca da problemática da conjuntura da economia política mais ampla, com ênfase nas questões objetivas de produção da vida: a centralidade do mundo do trabalho para o conjunto da classe trabalhadora e, sobretudo, para a juventude. Nestes meandros, o que se percebe é uma exploração generalizada de crianças (trabalho infantil), de jovens, de adultos, de velhos e de velhas, principalmente, nos países considerados emergentes (dominados). Tal posicionamento epistemológico e teórico-metodológico se dá, considerando que o problema de investigação acerca dos “espaços/equipamentos urbanos para o lazer na cidade de Florianópolis”, prescindindo de um olhar sob a “problemática-conjuntura” maior, tornando, assim o “problema” de pesquisa mais “problemático”, isto é, no

âmbito da “dialética do concreto” (KOSIK, 1976). Isto sugere enveredar por uma radicalidade, que nos leva a romper com a esfera da “pseudoconcreticidade” dos fenômenos, realizando, para tanto, um movimento de ruptura da “aparência” e, conseqüentemente, buscando os elementos “essenciais” de análise da problemática social, mais amplas em seus contextos macro e micro sociais, políticos e econômicos (SILVA, 2007).

Há, portanto, as mais diversas formas degradantes e degradadas da exploração do trabalho, que são aquelas que se caracterizam pela exploração do trabalho de crianças e jovens oriundos da classe trabalhadora empobrecida<sup>4</sup>. Neste contexto de desumanização do ser social, o mundo do capital lhes reserva, criminosamente, em tantas e tantas partes do mundo, a condição de *mercadoria geradora de valor* (ANTUNES, 2003). Nestes termos, pode-se dizer que:

O misterioso da forma mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens as características sociais do seu próprio trabalho como características objetivas dos próprios produtos de trabalho, como propriedades naturais sociais dessas coisas e, por isso, também reflete a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social existente fora deles, entre objetos. Por meio desse quipocó os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas físicas, metafísicas ou sociais (MARX, 1988 p. 71).

Isto posto, pode-se inferir que, quando se fala em mercadoria geradora de valor (valores mercantis) no capitalismo, está se falando do valor de uma mercadoria, que é determinada pela quantidade de trabalho despendido durante a produção (MARX, 1988 p. 47). Esse caráter mercantil da exploração da força humana de trabalho segue o seu curso,

[...] não importando que o trabalho adulto se torne cada vez mais supérfluo, aumentando explosivamente o desemprego estrutural; não importando que tantos homens e tantas mulheres em idade de trabalho fiquem *sem labor*; não importando também que tantos trabalhem precariamente, mas as crianças, os meninos e meninas devem *produzir para o capital muito precocemente*. Da agricultura dos EUA à indústria de olaria no Brasil, dos trabalhadores e trabalhadoras juvenis da Nike, superexplorados em várias partes do mundo, ao trabalho na cana de açúcar no nosso Nordeste, os meninos, meninas e jovens devem fazer parte *do corpo produtivo do capital* (ANTUNES, 2003, orelha do livro, grifos do autor)

Como se pode perceber há uma enorme quantidade de denúncias, dados e indícios que nos permitem inferir o caráter destrutivo e o aviltamento da força humana de trabalho, constituindo-se num “espetáculo que se esparrama por todas as partes”. Dados mais recentes

---

<sup>4</sup> Dados do IDB (2007) referente a taxa de trabalho infantil apontam um percentual de 11,73% de crianças entre 10 a 15 anos ocupadas. De acordo com os dados do IDB (2007), a taxa de desemprego no ano de 2006 representava 8,2% de desempregados no Brasil e segundo dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2008) no ano de 2006 o número de pessoas desempregadas no Brasil era de 8210.

indicam que há cada vez mais exemplos de trabalho escravo<sup>5</sup> no campo, nos rincões do latifúndio. No agronegócio do açúcar, por exemplo, corta-se mais de dez toneladas de cana por dia (média por baixo, “low profile”). Nesta mesma perspectiva, há o que se convencionou chamar de “degradação do trabalho imigrante no limite da condição degradante”, em especial, na Bolívia ou nas empresas de confecção em São Paulo. Jornadas de até 17 horas diárias em troca de casa e comida. Trabalho imigrante no limite da condição degradante. Neste sentido, o espetáculo é multifacético e se alastra por todas as partes: “chicanos” nos EUA, “decasséguis” no Japão, “gastarbeiters” na Alemanha, “lavoro nero” na Itália, “brasiguaios” no Paraguai e ainda uma imensa lista de exemplos, além dos desempregados do Leste Europeu que invadem o “pequeno canto do mundo” ocidental em busca dos restos do labor. Todo esse contingente é formado por homens e mulheres “terceirizados”, subcontratados, part-time, exercendo trabalhos temporários, entre as outras diversas formas assemelhadas de informalização do trabalho que proliferam nos diversos rincões do mundo (ANTUNES, 2003; ANTUNES, 2008).

Todo esse quadro descrito inclui também “explosão do estagiário, candidato fresquinho a roubar um trabalho efetivo com remuneração de escravo” (ANTUNES, 2008, P.1), sem contar com as enormes manifestações de desigualdade de gênero, em que as mulheres trabalham mais, com duplas jornadas de trabalho, com menos direitos e reduzida remuneração, além das diferenças étnicas e raciais. Esses fenômenos podem ser percebidos nos diversos mundos do trabalho que envolvem crianças e jovens na ordem reprodutora do capital, quais sejam: produção de sisal, na indústria de calçados e confecções, cultivo de algodão e cana, pedreiras, carvoarias e olarias, no trabalho doméstico. Como se pode inferir, os espaços em que o trabalho infanto-juvenil valoriza o capital são inúmeros. (ANTUNES, 2003; ANTUNES, 2008; SILVA, 2003).

Em suma, está-se diante de uma autêntica conquista da chamada globalização neoliberal. Os capitais migram com velocidade mais ágil que a dos foguetes, enquanto isso, o trabalho se move no passo das tartarugas. Esses capitais transnacionais livres e trabalhadores nacionais cativos se proliferam nas cidades e nos campos, invadem com essa lógica destrutiva os tempos espaços dos trabalhadores – não importando que sejam crianças em idade prematura e jovens sem nenhuma perspectiva de educação, trabalho e lazer. Tudo isso acontece num mundo cada vez mais maquinal, informacional e digital, presenciamos também

---

<sup>5</sup> Segundo o Anuário dos trabalhadores (DIEESE, 2007), no ano de 2006 foram registrados 262 casos e um número de 6.930 pessoas escravizadas no Brasil.

a explosão do “cybertariado”<sup>6</sup>, trabalhador qualificado da era da cibernética que vivencia as condições do velho proletariado. A informalização, dada pela perda de liames contratuais de trabalho, vem aumentando em escala global, num contexto de ampliação de todas as formas de terceirização, gerando as mais distintas modalidades de trabalho precário, que se desenvolvem com a chamada polivalência da era flexível (ANTUNES, 2008).

\*\*\*

No que diz respeito aos espaços/equipamentos<sup>7</sup> urbanos para o lazer na cidade de Florianópolis, ao fazer as primeiras observações sobre o problema, percebe-se uma escassez e uma segregação dos espaços/equipamentos para o usufruto do lazer, como por exemplo, na perspectiva “geracional” (velhos, adultos, jovens e crianças), de “classe” (shoppings center, condomínios fechados, clubes, entre outros), gênero e outras categorias sociológicas. Além dessas observações, a produção do conhecimento existente acerca da problemática aponta para a escassez, falta de políticas públicas ou ineficiência destas (Oleias, 1994) e da privatização e precarização dos espaços públicos, bens e serviços – em detrimento da democratização dos espaços, equipamentos e bens públicos, no que diz respeito à educação, saúde, lazer e outros, na cidade (MARCELLINO, 1983; PIMENTA e PIMENTA, 2005; SILVA, 1994).

As questões supracitadas remetem a pensar a “segregação” e a democratização dos espaços urbanos a partir das idéias de Lefebvre (2001) no seu clássico livro “O direito à Cidade”. De acordo com esse autor, a ideologia do sistema dominante usa a segregação como uma estratégia, isto é, uma estratégia de classe que utiliza e sustenta essa ideologia. Uma racionalidade limitada exercida sobre as modalidades de uma inteligência analítica (dotada de grandes meios de pressão) revestida de privilégios e prestígios da síntese, dissimulando o que encobre (as estratégias). Segundo o autor, a “segregação” deve ser focalizada com os seguintes aspectos, que ora são simultâneos, ora sucessivos (LEFEBVRE, 2001, p.94, grifos

---

<sup>6</sup> Expressão de Ursula Huws, citada por Antunes (2008).

<sup>7</sup> Há uma idealização do lazer que geralmente considera a necessidade de equipamentos que propiciem a diversão, ocupando os espaços de lazer (públicos ou privados), como praças, salões, bares, parque urbano, com brinquedos, piscinas, quadras, lanchonetes, pista de skate, cinema, etc (MARIN e PADILHA apud CARNEIRO e PADILHA, 2005). São exemplos de espaços públicos: parque urbano, caracterizado como espaço público e livre de edificações, geralmente com abundante vegetação e eventualmente ligado a alguns equipamentos públicos de caráter cultural (museus, centros culturais e casas de espetáculo), podendo também ser ocupado por equipamentos como, playgrounds, quadras ou campo para esportes; praças que possuem tamanho variável e parques, grandes áreas verdes podendo estar inseridas ou afastadas dos centros urbanos e que podem ter funções específicas (GIASSI, s/d). São considerados espaços privados: clubes e áreas de lazer em residenciais e condomínios (GIASSI, s/d).

do autor): “*espontâneo* (proveniente das rendas e das ideologias) – *voluntário* (estabelecendo espaços separados) – *programado* (sob o pretexto de arrumação e de plano)”. Há, no entanto, diferentes tipos de segregação (dos grupos, das etnias, dos extratos e classes sociais). A separação dos grupos sociais quando não aparece como uma evidência berrante, de imediato, surgem indícios de segregação, como por exemplo, os guetos: dos intelectuais, dos operários, bairros residenciais, de riqueza (pessoas de alto poder aquisitivo). São como Harvey (2004) descreve sobre a cidade de Baltimore (EUA), disparidades geográficas em termos de riqueza e de poder, um crônico desenvolvimento geográfico desigual, aonde a riqueza se movimenta afastando-se da cidade, excluindo os pobres das urbes, fechando-se por trás de altos muros, em “privatopias”<sup>8</sup> suburbanas, isto é, possuem possibilidade de escolha, enquanto que à maioria da população “é negada toda escolha coletiva de sistema político, de formas de relacionamento social ou de meios de produção, de consumo e de troca” (idem, p.205).

Dentre as variedades e tipos de guetos, podem ser incluídos a educação, a saúde e o lazer (inacessíveis à população pobre, às vezes negado), amplos recursos educacionais, a sofisticação das instituições médicas, os escassos espaços de cultura e lazer, pois são destinados àqueles que possuem o poder de compra. São na sua maioria estabelecimentos particulares, de iniciativa privada, restando à população instituições educacionais públicas com escassos recursos educacionais, interferindo, por exemplo, nas habilidades de leitura; bem como os estabelecimentos de saúde pública, enquanto trabalham em instituições médicas sofisticadas<sup>9</sup> com baixa remuneração (HARVEY, 2004); ou muitas vezes sem direito a espaços públicos de cultura e lazer.

Lá onde uma ação preparada tentou reunir as camadas sociais e as classes, uma decantação espontânea logo as separou. O fenômeno da segregação deve ser analisado segundo índices e critérios diferentes: *ecológicos* (favelas, pardieiros, apodrecimento do coração da cidade), formais (deterioração dos signos e significações da cidade, degradação do “urbano”, por deslocação de seus elementos arquitetônicos), *sociológico* (níveis de vida e modos de vida, etnias, culturas e subculturas, etc.) (LEFEBVRE, 2001, p.94).

As desigualdades (oportunidades, classes sociais) são crescentes, chegando ao ponto em que se criam áreas de acesso somente aos abastados e somente aos pobres, como o autor Harvey (2004) explana em sua obra intitulada “Espaços de Esperança”, abordando a

---

<sup>8</sup> Expressão utilizada pelo autor para caracterizar as comunidades fechadas, os guetos de opulência dos ricos (utopias burguesas), espaços protegidos da realidade social sendo cada vez mais ocupados por aqueles que detêm o poder do dinheiro dispondo-se assim de liberdade para escolher mercadorias suntuosas.

<sup>9</sup> Acesso permitido à instituição, como o autor exemplifica, àqueles que limpam as alas de tratamento da AIDS, ou a quem possui uma doença rara de interesse à elite de pesquisadores. Ou ainda como shoppings em áreas nobres em que o padrão dos funcionários não oferece recursos para viver na comunidade que servem.

realidade da cidade de Baltimore (EUA). Podemos ter esse caso como exemplo para a maioria das cidades deste mundo capitalista, inclusive a cidade brasileira, capital do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, que mais adiante será abordada. O autor relata o cúmulo desta segregação sobre os espaços, que vão sendo criados especificamente para a população nobre, sendo a população pobre expulsa e negado o acesso à circulação de pobres nas áreas nobres, criando, por exemplo, área de saúde específica para estes e longe da área urbana central: “A burguesia, como alegou Engels, tem para os problemas sociais uma única solução – afastá-los das vistas enquanto culpa precisamente os que têm menos condições de arcar com o ônus” (HARVEY, 2004, p.185).

O modo de produção capitalista pratica a segregação (a exemplo dos guetos) e a integração, procurando integrar seus elementos num todo coerente e visando principalmente a classe operária, mas também os intelectuais e o pensamento crítico. É uma integração que ocorre em diferentes níveis e segundo suas diversas modalidades: através do mercado, no “mundo da mercadoria” (consumo, ideologia do consumo); através da “cultura”, como se fosse única e global; através dos “valores”, incluindo a arte; através da ação do Estado, como a consciência nacional, opções e estratégias políticas na escala do país (LEFEBVRE, 2001). São dois fenômenos paradoxais que incidem sobre a realidade urbana.

É por meio da integração, que ocorre no mercado, que as necessidades individuais se tornam mercadorias, no sentido dos produtos e bens materiais consumíveis. Mas as necessidades sociais possuem outra perspectiva, um fundamento antropológico, de que são opostas e complementares. Tais necessidades que não satisfazem os equipamentos comerciais e culturais, como a necessidade de criar, de informação, de símbolos, do imaginário e de atividades lúdicas. São, no entanto, necessidades específicas, manifestações particulares e *momentos*, que num contexto social aonde a cidade se afasta dos empregos do tempo ligados a símbolos, a um estilo, assumindo ares de museu (documento, exposição), torna-se “objeto de consumo cultural para os turistas e para o estetismo, ávidos de espetáculos e do pitoresco” (LEFEBVRE, 2001, p.104).

É por meio deste exercício crítico, desta prática reflexiva, que é possível uma nova cidade, mas construída sobre novas bases, em outras condições, numa nova sociedade. Uma cidade que o pensamento estuda, é, nas palavras do autor, “um *objeto virtual*”. Torna-se, no entanto, em uma utopia experimental, estudando-se na prática suas implicações e conseqüências, as quais podem surpreender. Acreditar nas reivindicações, buscar meios para concretizá-las, iniciando por operação intelectual, realizada metodicamente (transdução), elaborando e construindo um objeto teórico (possível), partindo de informações que incidem

sobre a realidade, constantemente alimentando o contexto conceitual e as observações empíricas, “ela introduz o rigor nas investigações e o conhecimento na utopia” (LEFEBVRE, 2001, p. 108).

Sim, utopia (objeto possível), presente até entre os positivistas, entre aqueles que projetam, fabricam cidades ao bel prazer do capitalismo, com seus mega empreendimentos, avenidas, estéticas (LEFEBVRE, 2001). Utopias estas que Harvey (2004) descreve com as seguintes expressões: “utopia burguesa”, que se refere aos empreendimentos comercializados como as comunidades fechadas (condomínios fechados), um desejo utópico de confortos isolados, protegidos, tranquilos e sem violência; “utopia dos incorporadores”, uma parceria entre poder público e iniciativa privada, investindo em obras que visem atrair serviços financeiros, turismo e hospitalidade para a cidade<sup>10</sup>; e ainda a “utopia degenerada”, um espetáculo urbano como mercadoria e de controle social, como os espaços destinados ao consumismo e ao turismo, como os shoppings (ambiente protegido, seguro, organizado, agradável, isento de conflito) e o parque Disneylândia (espaço supostamente feliz, harmonioso, tranquilo, diversão, de fantasia), são espaços que perpetuam o fetichismo da cultura mercadoria, que apartam o mundo real, promovem sensibilidades estéticas acríticas.

A utopia, no entanto, deve ser experimental, estudando na prática suas implicações, conseqüências que podem surpreender, a exemplo dos questionamentos que Lefebvre (2001, p.108) apresenta:

quais são, quais serão os locais que socialmente terão sucesso? Como detectá-los? Segundo que critérios? Quais tempos, quais ritmos de vida cotidiana se inscrevem, se escrevem, nesses espaços ‘bem sucedidos’, isto é, nesses espaços favoráveis à felicidade? Os projetos urbanos sempre devem ser submetidos ao exame crítico, “na medida do possível, será realizado e submetido à verificação experimental” (LEFEBVRE, 2001, p.110).

Contudo, essa possibilidade tem sido evitada, por meio do politicamente correto, imposto pela força do dinheiro, censurando a opinião, condenando-se as formas de pensamento utópico, podendo ocasionar a perda de esperança. Os projetos apresentados ou impostos à sociedade, à comunidade, por um sistema de significações atribuídas (interpretadas) pelo arquiteto (por exemplo), que são diferenciadas das significações

<sup>10</sup> São exemplos dessas utopias: revitalização do centro da cidade, construção de ginásios esportivos para equipes profissionais e a população pagando ingressos. Uma parceria em que é despejado dinheiro público, isto é, o poder público entra com os riscos, mas a iniciativa privada fica com os lucros e a para sustentar esses investimentos são necessárias outras levas. Enquanto isso a população espera por benefícios que nunca chegam. Estes exemplos são citados por Harvey (2004) em sua obra “Os espaços de utopia”, mas pode-se ter como referência, como um comparativo ao que vêm ocorrendo na cidade brasileira Florianópolis, que não se distanciando muito desses problemas, como veremos mais adiante.

percebidas e vividas pelo humilde habitante (LEFEBVRE, 2001). “Nós, o povo, não temos o direito de escolher o tipo de cidade que vamos habitar” (HARVEY, 2004, p.205). As formas de organização espacial, na realidade, possuem um propósito moral, com seus aparatos de vigilância e controle (HARVEY, 2004). As cidades pensadas, planejadas, possuem uma visão individualista, pensada pelos projetistas sob uma visão controlada, como uma cidade ideal, contudo na percepção de outros causam outras sensações (idem).

Segundo Maccellino (1983), é necessário tempo e espaço disponível para que as características do lazer sejam efetivadas, mas como na vida cotidiana, o espaço para o lazer é o espaço urbano, o lazer se encontra ameaçado em virtude da urbanização, do aumento da população nas cidades (pólos de atração) ocasionando o diferenciamento das classes em que são promovidas condições urbanas (melhorias da habitação, saneamento básico e embelezamento da paisagem urbana) de corte capitalista (mercado imobiliário) e a classe economicamente carente, os excluídos desse processo são encaminhados, são expulsos para os morros e periferias da cidade (MARICATO, 2001), para dar lugar às habitações financiadas pelo mercado imobiliário capitalista (condomínios fechados, prédios e mansões luxuosas). A população empobrecida, “vítima da segregação, expulsa da cidade tradicional, privada da vida urbana atual ou possível” (LEFEBVRE, 2001, p.101), fica concentrada nas periferias, em locais que se tornam depósitos de habitações precárias e seres humanos, sem acesso aos principais bens, serviços e políticas públicas, levando a uma saturação do espaço habitado e à falta de espaço para o usufruto do lazer, como é o caso do Maciço Central de Florianópolis, que está se aproximando do esgotamento dos espaços livres que antes permitiam um pouco a utilização dos espaços públicos (PIMENTA e PIMENTA, 2005).

Enquanto grande parte da população é esquecida, do ponto de vista dos direitos sociais no que diz respeito ao direito de acesso a um mínimo de bem-estar e segurança materiais, que nem sempre são concretizados, sendo mantidos ou conquistados, a classe capitalista não é afetada no que diz respeito à alimentação, à habitação, à saúde, à educação, ao lazer e ao saneamento. Uma pequena parcela da sociedade é beneficiada com planejamentos “excessivos”, de primeira linha, para habitação, saneamento, saúde, educação, lazer, isto é, tudo que possa ser adquirido por meio da troca de mercadorias (mercadoria dinheiro – mercadoria x), tudo que se pode comprar com dinheiro desde que haja a quantidade necessária para essa troca (SILVA, SILVEIRA e ÁVILA, 2007).

O espaço urbano é, então, um bem econômico, mais um produto no mercado, valorizando-se áreas centrais para especulação imobiliária, isto é, a propriedade privada torna-se um bem maior pela necessidade do lucro em detrimento de espaços e equipamentos

públicos gratuitos e o homem fetichizado (HARVEY, 2004; MARCELLINO, 1983; SILVA, 1994). O crescimento do capitalismo requer uma organização particular do espaço para sua recuperação e produção das relações econômicas, sociais e políticas, assim a cidade passa a ser o local de mercado (trabalho) e as áreas mais afastadas passam a ser locais de dormitório, sendo estas últimas, cada vez mais distantes do local de trabalho.

É perfeitamente lógica, nesse esquema de raciocínio, a falta de espaço para o lazer. Nas grandes cidades atuais sobra pouca ou quase nenhuma oportunidade espacial para a convivência, pois da forma pela qual são constituídas e renovadas, o vazio que fica entre o amontoado de coisas é insuficiente para permitir o exercício mais efetivo das relações sociais produtivas em termos humanos” (MARCELLINO, 1983, p.59).

Além disso, os espaços e equipamentos destinados para o lazer são assumidos pela iniciativa privada, frente à fúria capitalista pela especulação imobiliária que ocupa os espaços com edifícios – “espigões” – e Shopping Center, que antes eram utilizados para práticas de lazer, como o futebol de várzea, ameaçando as relações do lazer com o espaço e empurrando a classe trabalhadora pobre para a periferia que vive em condições sub-humanas de habitação, saneamento e lazer (SILVA, 1994).

Esses são problemas que, atrelados a outros problemas urbanísticos, como transporte coletivo deficiente e de alto custo para a classe trabalhadora, interferem na utilização dos espaços e hábitos de lazer que acabam, geralmente, se concentrando nos ambientes domésticos, aonde a classe desfavorecida também encontra condições desfavoráveis para o lazer, devido ao espaço ser exíguo. Cito aqui o exemplo do Maciço Central de Florianópolis, aonde a maioria dos moradores (65,59%) possuem pequena quantidade de terra para moradia, o que dificulta o uso do terreno ao redor da casa para lazer, cultivo e criação de animais, ficando então os espaços livres dos terrenos restritos aos porões das casas e ainda assim, muitas vezes, as crianças dividem o espaço com lixos ou animais, podendo acarretar problemas de saúde (PIMENTA e PIMENTA, 2005).

Florianópolis, no entanto, apresenta a mesma problemática urbana das demais cidades brasileiras. Possui os mesmos problemas que revelam carências de emprego, habitação, transporte, lazer, água, esgoto, educação e saúde. A forte transformação urbana em Florianópolis ocorreu no século XX, sendo que a origem do processo urbano, nesta cidade, data do período entre os séculos XVI e XVIII, passando por um processo lento de urbanização no século XIX, quando sua paisagem urbana sofre pouca mudança (VEIGA, 1993). No século XXI, segundo Monteiro (2005), Florianópolis já não é mais a mesma cidade, pois a vida

agitada não permite mais o antigo estreitamento das relações sociais e a cidade sofre cada vez mais com os empreendimentos da iniciativa privada que recebem apoio dos órgãos públicos, dos governos Estadual, Municipal e Federal.



**Ilustração 1: vista da praia dos Ingleses.**  
**Fonte: acervo da autora.**

O aumento populacional<sup>11</sup> e a ciência atuando em benefício do capitalismo, como o surgimento de novas técnicas construtivas (grandes obras de engenharia), contribuem com a urbanização da cidade, servindo de justificativa para abertura de novos eixos viários e prolongamento dos antigos. Com isto, áreas vazias e de interesse do capital imobiliário ganham valor (VEIGA, 1993), e da mesma forma, a propriedade da rua e os espaços públicos são submetidos aos interesses privados (PIMENTA, 2005). Determinados procedimentos durante a história da cidade caracterizaram, e continuam caracterizando o processo de sua ocupação, o qual está submetido à lógica dos interesses da iniciativa privada (o capital: ocupação das áreas de manguezais por loteamentos aprovados e pelas ampliações viárias; ocupação de áreas públicas e de parques com autorização municipal; ocupação e fechamento

---

<sup>11</sup> Segundo dados do IBGE, de 67.630 habitantes em 1949, este número aumenta para 138.37 habitantes em 1970 e para 254.951 habitantes em 1991, em 2000 chega um número de 339.063 habitantes e em 2007 a população aumentou para 396.723 (PIMENTA, 2005; IBGE, 2007).

das orlas marítimas por empreendimentos turísticos ou residenciais privilegiados (ilustração 1); ocupação de áreas de dunas por loteamentos de alto e médio padrão; transformação de diversas áreas públicas em áreas privadas; ocupação dos cumes dos morros por loteamentos e residências isoladas de alto padrão; perda de ambiência do patrimônio arquitetônico e histórico pelos processos circundantes de verticalização, promovidos pela legislação urbanística; aprovação de densidades incompatíveis com a possibilidade de alargamento do sistema viário e esfacelamento da estrutura viária hierárquica da cidade; alterações sucessivas no zoneamento proposto, visando a acomodá-lo a processos consolidados (PIMENTA, 2005).

Junto a essa cidade concebida pelo mercado estão aqueles que não constituem a demanda efetiva, que não possuem condições de adquirir frações do solo urbano, possuem somente as necessidades sociais urbanas. Contudo, sem poder para resolvê-las legalmente, ficam destinados à ocupação de espaços como: áreas de risco, encostas dos morros (em geral áreas de preservação) próximas a áreas urbanizadas (ilustração 2), faixas de domínio das rodovias, áreas loteadas a partir de processos de grilagem (por diferentes classes sociais) e terrenos alagadiços (PIMENTA, 2005).



**Ilustração 2: Aglomeração no morro da cidade.**

**Fonte: acervo da autora.**

O processo de ocupações ilegais é atribuído aos pobres, mas isto constitui apenas uma parte da realidade, a qual ocorre, inclusive, devido ao descaso do poder público em relação a esta classe populacional. No entanto, as irregularidades encontram-se também nas camadas sociais mais altas nas quais o poder público não é “capaz” de intervir (na verdade a falta de intervenção é uma “intervenção”). São os interesses dos capitalistas que movimentam o mercado imobiliário, que estão em primeiro plano e estão sendo defendidos pelo poder público por muitas vezes inserido nesse processo. A especulação imobiliária parece ganhar destaque (PIMENTA, 2005). Pode-se citar exemplos atuais destas irregularidades e que são insignificantes para a realidade da população: Costão do Santinho Resort & SPA e sua expansão imobiliária (residências, condomínios, Costão Golf), Shopping Center, como Iguatemi e Floripa Shopping (além da conjugação de mercadorias são considerados também como espaços de lazer). “O mercado imobiliário controla os investimentos públicos urbanos que são o fator mais importante de valorização imobiliária” (MARICATO, 2001, p.43).

O empreendimento “Costão Golf” (ilustração 3), na região norte de Florianópolis, está localizado na área em que a CASAN (Companhia de Águas e Saneamento do Estado de Santa Catarina) capta água potável abastecendo mais de 130.000 usuários da região norte. Segundo dados científicos sobre a utilização de produtos químicos (agrotóxicos, fertilizantes e outros) para a manutenção do gramado, o Sistema Aquífero de Ingleses corre riscos de contaminação (mesmo em baixas concentrações limites), gerando riscos ao ser humano e podendo levar à interdição da água consumida (NUNES, WESTARB e SILVA, 2004). Ainda assim, tendo conhecimento do perigo a FATMA (Fundação do Meio Ambiente), em sintonia com a Câmara de Vereadores do município, concordou e concedeu a liberação para a implantação do empreendimento que, apesar das manifestações contrárias (manifestações populares), foi inaugurado em dezembro de 2007, prevendo para dezembro de 2008 a inauguração do Condomínio Residencial Costão Golf (NUNES, WESTARB E SILVA, 2004; DA REDAÇÃO, 2007). Os órgãos públicos parecem ter se baseado nas necessidades dos empreendedores em viabilizar o projeto que visa interligar o Costão Golf, por meio de teleférico sobre as dunas de Ingleses, ao Resort Costão do Santinho (NUNES, WESTARB E SILVA, 2004).



**Ilustração 3: Costão Golf empreendimento.**  
**Fonte: Costão Golf (2009).**

Além disso, é um empreendimento que demonstra o descaso com as necessidades de lazer da população, pois é um país de poucos praticantes de golfe (0,01%): “o objetivo da ampliação da prática desse esporte no Brasil acompanha esse movimento internacional de valorização de um esporte praticado por poucos” (idem). Para calar as vozes das manifestações populares (abaixo-assinado, passeatas, pressões na Câmara de Vereadores, etc.) os idealizadores de tal empreendimento anunciam benefícios assistencialistas, contraditórios às ações em andamento, tais como: direito dos estudantes utilizarem o teleférico uma vez por ano, parte dos lucros (irrisória) vinculados a investimentos sociais e contratação de limitada mão-de-obra<sup>12</sup> na comunidade. Na realidade trata-se de exploração desta mão-de-obra e é um esporte insignificante para as comunidades da redondeza (idem).

Outro espaço público a ser invadido pela iniciativa privada, com empreendimento imobiliário (pousada), é o costão direito da Praia Mole (Canto do Gravatá), como parte do processo de elaboração do Plano Diretor da cidade, o mesmo que havia determinado que este

<sup>12</sup> Segundo notícia da Folha do Norte da Ilha (DA REDAÇÃO, 2007), o empreendimento gerará 400 empregos diretos e indiretos.

espaço fosse convertido em Parque, que seria preservado como área não edificável. Contudo, poderá ter sua paisagem descaracterizada e a trilha local (Caminho do Gravatá) destruída, pois está sendo apropriada pelos empreendedores para acesso ao local do projeto, transformando-a numa via pavimentada (SOS GRAVATÁ, 2008).

O empreendimento Shopping Iguatemi também negligencia a paisagem natural e o impacto ambiental da cidade, uma vez que “este gigante de concreto toma conta de uma enorme fatia do mangue” (TAVARES, 2006, P.1), alterando os cursos naturais do ambiente em prol da edificação, como por exemplo, a abertura de canais de drenagem no manguezal, ocasionando modificações nos padrões de circulação do ecossistema, provocando assim danos irreparáveis à flora e fauna da região (FERREIRA, 2007). Além disso, a implantação do Shopping transfere valor imobiliário ao seu entorno, expulsando a classe desfavorecida economicamente (pobre) para os morros da cidade como as comunidades do Maciço Central de Florianópolis, que se encontram próximas ao Shopping Iguatemi (Costeira e Morro da Cruz), aonde não há infra-estrutura urbana adequada. Esta valorização do espaço sugere novas substituições do mangue por aterros para surgimento de novos empreendimentos. Devido às pressões do mercado imobiliário são adotadas alterações de zoneamento nos bairros próximos, em prol do capital (FERREIRA, 2007). Tavares (2006) compara o shopping a uma caixa de Pandora, isto é, como uma caixa vedada à beleza que circunda este ambiente artificial, esquecendo a “beleza que pulsa lá fora” (idem).

O “xopim” é uma excrescência no meio do mangue. Um exagero, um desconforto, um elemento deslocado. Monumento da imbecilidade humana. Altar de sacrifícios em honra do grande deus do capital. Ali morre a vida mesma. Só fica o simulacro. Dentro dele, a farsa de um mundo que não existe: limpo, colorido, seguro, luminoso, perfumado. (TAVARES, 2006, p.1).

Com estes empreendimentos ocorrem também as alterações de zoneamento, como a “transformação de zonas residenciais exclusivas em zonas de uso misto ou ocupação de espaços anteriormente considerados área verde de lazer ou de preservação permanente para usos os mais diversos”, desta forma vão desaparecendo os poucos espaços públicos da cidade (PIMENTA, 2005, p.47). “A cidade é produto social, ou seja, o processo de valorização privada da renda define, pelo livre jogo de mercado, a estrutura da cidade” (PIMENTA, 2005, p.27).

Os espaços públicos em Florianópolis, que possibilitariam interações sociais, manifestação da cultura lúdica, constantemente são ameaçados ou transfigurados. Além disso, as áreas destinadas a fins públicos partem geralmente da iniciativa privada (PIMENTA,

2005). Pode-se considerar também exemplos de espaços ameaçados a Ponta do Coral e o Parque da Luz. A Ponta do Coral distinguia-se como um espaço privilegiado para esta vocação, mas a partir de 1980 começa a sofrer ameaças de privatização, quando o governo (estadual e municipal) põe esta área à venda<sup>13</sup> (SILVEIRA, 2005). O Parque da Luz, assim como a Ponta do Coral, tem sobrevivido devido à luta de associações de moradores em defesa desse espaço que é cobiçado pelos empreendedores imobiliários (Idem).

Devido à escassez de espaços para o lazer de âmbito público e gratuito, ocorre muitas vezes a adaptação de espaços urbanos para a ludicidade, como um espaço para um jogo de futebol (ilustração 4) entre retornos, contornos de elevados e avenidas (como o acesso à região sul da cidade, nas proximidades do túnel) e outras formas de adaptação, ou escassos espaços com pouca área territorial, sem garantia de que continuará sendo um espaço para o lazer. Como exemplos temos o Campo do Mirante no Alto da Caieira e o Campo da Caixa, no Monte Serrat, ambas as comunidades do Maciço central de Florianópolis. Muitas vezes a falta de espaço leva a comunidade a se apropriar do espaço escolar, como a escola de Monte Serrat, que possui um ginásio coberto.

Diante dessa problemática surgem projetos como tentativa de suprir essa carência. Na verdade o poder público tem como pressuposto político-ideológico e urbanístico “A cidade do Capital”, contribuindo com a “indústria do turismo” e do “entretenimento”, investindo em empreendimentos de iniciativa privada (Costão Golf, Shopping Iguatemi) entre outros. Assim, a população continua “carente” de espaços, para o lazer, mas também para o trabalho, saúde, saneamento básico entre outros. São exemplos de projetos destinados ao lazer na cidade de Florianópolis: Clube Social para o Maciço do Morro da Cruz, Campo da Gruta no bairro Trindade (em frente ao Shopping Iguatemi), Área de esportes e lazer da Costeira (Aterro da Baía Sul)<sup>14</sup>, praça comunitária no bairro de Ingleses<sup>15</sup>, entre outros.

---

<sup>13</sup> A II Oficina de Desenho Urbano sob o tema “Resgate da Orla: Floripa de Frente Pro Mar”, resultou em projetos a serem apresentados ao núcleo gestor do Plano Diretor de Florianópolis, dentre eles foi elaborada um projeto de Hotel para a Ponta do Coral (Pontes, 2007).

<sup>14</sup> Esses são os projetos apresentados pela Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF), das quais o Campo da Gruta já é uma realidade, e segundo notícias da PMF até final do ano de 2008 a praça da Costeira estará pronta (PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, 2008).

<sup>15</sup> Divulgado no Folha Norte da Ilha de 2006, a ser implantado no mesmo ano, o que não ocorreu.



**Ilustração4: Espaço de lazer.**

**Fonte: acervo da autora**

Os projetos urbanísticos da cidade de Florianópolis estão voltados ao embelezamento da cidade, visando, como acima mencionado, adaptar Florianópolis à indústria do turismo. Não fogem deste objetivo os projetos habitacionais no Maciço Central de Florianópolis, concebidos através do PAC (Programa de Aceleração de Crescimento), iniciadas na comunidade do Alto da Caieira com a pavimentação do acesso entre essa comunidade e Serrinha. O mesmo ocorre com a revitalização da Orla Central de Florianópolis, em que o espaço do aterro da Baía Sul, composto atualmente de equipamentos que fogem do conceito original pretendido: ser a maior área verde para uso recreativo deste perímetro urbano da cidade em frente ao mar. Este espaço foi sendo suprimido pelos bolsões de estacionamento, centro de eventos (CentroSul), Terminal de Integração do Centro (TICEN), Camelódromo, estação de tratamento de esgoto, restando hoje apenas um corredor de palmeiras e outras árvores espalhadas pela região central (PASTERNAK, 2008). As propostas para esta revitalização incluem a recuperação da ligação do mar com a cidade<sup>16</sup>.

<sup>16</sup> Segundo matéria de Dariene Pasternak publicada no jornal Notícias do Dia (2008), duas das propostas resultaram da Oficina de Desenho Urbano, uma delas recupera o projeto do arquiteto André Schmitt, vencedor de concurso público da prefeitura em 1997, a outra proposta retoma o projeto, apresentado na Bial de

Esta forma de oferecer projetos urbanísticos – habitação, saúde, educação e lazer (parque, praças, centros sociais, campo de futebol, quadras, etc.) – para a comunidade deve ser questionada, uma vez que é pensado para a população e não *com ela, a partir dela*, considerando assim, além da carência desses espaços, a pobreza de propostas de um trabalho a ser realizado *com/a partir* da comunidade (SILVA, 1994).

Além disso, espaços destinados à área verde de lazer correm riscos de serem privatizados, como o terreno da penitenciária, aonde 90% deste espaço pode ser entregue à iniciativa privada, conforme interesse do Governo do Estado (Luiz Henrique da Silveira), sendo destinados apenas 10% a equipamentos comunitários e de lazer (LISBOA, 2004; NOTÍCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL, 2008).

Diante disso, a população economicamente carente é quem mais sofre com a falta de espaços públicos e gratuitos para cultura, lazer e esporte, dificultando, ou até mesmo perdendo, seu direito de acesso aos equipamentos de cultura, lazer e esporte. Como por exemplo, o acesso à praia se torna uma dificuldade, pois é necessário, para muitos, a locomoção por meio do transporte coletivo não gratuito, sendo, muitas vezes, um elemento dificultador para as famílias pobres. Quando possuem algum espaço livre na comunidade, o mesmo é substituído por obras de urbanização.

Sendo assim, para uma política pública ao lazer se deve dar mais atenção às necessidades da população, como trabalho, habitação, transporte, saneamento, mas não se pode deixar de lado também a necessidade de cultura, lazer, diversão para todos e não apenas a uma pequena parte da população. O lúdico só existe quando gratuito, não como um consumo fugaz de mercadorias produzidas pelo sistema capitalista, diferente do lazer enquanto mercadoria de consumo (SILVA, 2000).

\*\*\*

---

Arquitetura no ano de 2002, ambas buscando religar a cidade ao mar, com espaços comerciais, de lazer e cultura, mas não especifica os equipamentos de lazer e sim enfatiza a volta da paisagem do mar, isto é, buscando desfazer o isolamento histórico com o mar. Além disso, o prefeito de Florianópolis (Dário Berger), encomendou no ano de 2007 um projeto de arena multiuso (em vidro e estrutura metálica), para esta área, chegando a lançar um edital de licitação para a obra, mas que foi suspensa pelo Tribunal de Contas do estado e ainda não foi retomado. Esta arena seria destinada a shows, eventos esportivos e teatro. Que benefício este tipo de equipamento esteticamente embelezador para cidade, traria para a população florianopolitana? Seria um espaço de utilidade pública e acessível democraticamente às necessidades lúdicas e culturais?. A intenção do IPUF (Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis) é unir essas propostas nas discussões do Plano Diretor Participativo da Capital.

No âmbito da construção, recorte e delimitação do problema de pesquisa emergiram, de forma contundente, as minhas observações a partir de elementos do senso-comum (questões empíricas) e, aliados a isso, dos estudos acadêmicos existentes, destacando-se os aportes teóricos de autores como Kowarick (1993), Lefebvre (1999, 2001), Maricato (2001), Santos (1986, 1991, 1994) e outros, que me possibilitaram, de maneira crítica, compreender, inicialmente, as conseqüências do processo de urbanização no âmbito do sistema capitalista e suas relações com as problemáticas mais amplas em termos de direito e acesso ao solo urbano, tais como: moradia, trabalho, saúde, cultura e, por fim, no que diz respeito a problemas referentes aos espaços para o exercício das “culturas juvenis” nos tempos, espaços/equipamentos de “lazer” da cidade de Florianópolis.

Retomando a questão das conseqüências do processo acelerado de urbanização, Pellegrin (1996) adverte que os espaços vazios, que serviam para encontros, a rua, os equipamentos de lazer, desaparecem em meio às especulações imobiliárias, sendo substituídos por edifícios, ruas movimentadas, que dificultam o lazer e afastam a proximidade social. As especulações imobiliárias são resultados da transformação do espaço habitado em mercadoria, ocasionando o aumento das cidades, que se tornam maiores em relação ao aumento da quantidade de imóveis multifamiliares, tais como os condomínios residenciais e os mega edifícios, acarretando na diminuição do espaço entre os imóveis e, conseqüentemente, da diminuição cada vez maior da aproximação e do contato social (SANTOS, 1991).

Esse processo de diminuição dos espaços de contato social, propiciado pela especulação imobiliária, transfere gradualmente as possibilidades de contato social para o âmbito da iniciativa privada, tornando as relações sociais cada vez mais subordinadas ao valor das mercadorias. Além disso, há a desigualdade social concentrando parte da população nas áreas centrais e a classe trabalhadora empobrecida (economicamente carente) nas áreas periféricas, sem acesso, ou usufruto precário das políticas sociais e públicas (saneamento, cultura, lazer, trabalho, educação e outras) como, por exemplo, as comunidades do Maciço do Morro da Cruz<sup>17</sup>, comunidade Chico Mendes e outras.

De acordo com Maricato (2001) o mercado habitacional, utilizando-se de recursos do Banco Nacional da Habitação (BNH) e Sistema Financeiro da Habitação (SFH), proporcionou a transformação da paisagem nas grandes cidades por meio da verticalização das edificações, contribuindo com a “explosão” imobiliária. Esta expansão urbana, que está

---

<sup>17</sup> Morro Mariquinha, Monte Serrat, Nova Descoberta, Morro do Tico-Tico, Morro do 25, Nova Trento; Morro Do Horácio; Morro da Penitenciária; Morro da Queimada e Jagatá, Morro do Céu, Vila Santa Vitória, Serrinha, Cadeira, Angelo Laporta, Santa Clara, Laudelina da Cruz, Jose Boiteux, Morro do Mocotó.

imbricada de serviços, infra-estrutura, espaços, relações sociais e níveis de consumo, relaciona-se ao processo e acúmulo de capital (KOWARICK, 1993). Para Lefebvre (1999) esta problemática – cidade e divisão do trabalho – é uma consequência histórica. Este autor traz considerações baseadas em Marx, com sentido e importância no contexto social da realidade urbana:

A predominância do econômico caracteriza o capitalismo, com ele, a divisão do trabalho, a concorrência, as exigências do mercado e da produtividade se tornam absolutamente compulsórias, o poder da indústria pesa sobre os indivíduos, sobre os trabalhadores, sobre a sociedade inteira (LEFEBVRE, 1999, P.63-64).

A realidade urbana de Florianópolis, conforme mencionei antes, está fundada na especulação imobiliária, centrada em prol do capital, o que pesa sobre a sociedade inteira, a qual é caracterizada por diferentes momentos interligados da vida, a saber: infância, juventude, mundo adulto e velhice. No que diz respeito à juventude, em termos de políticas públicas, a realidade urbana tem colocado as questões da juventude de um lado, em segundo plano e, de outro, concebendo e oferecendo programas, cujas “boas práticas”, fundamentam-se na crença da “inclusão social” e na “cidadania”, visando tirar os jovens do mundo das drogas, da marginalidade e da pobreza, através da cultura, esporte e lazer (SILVA, SILVEIRA, ÁVILA, 2007).

A juventude vem sendo entendida como um elemento potencializador de diversos “problemas sociais”, tais como: falta de participação social, drogas, delinquência, problemas com a escola, entre outros, sendo assim busca-se enquadrar a juventude<sup>18</sup> nos moldes desta sociedade capitalista (ABRAMO, 1997; PAIS, 1993) ao invés de aceitar ou entender, que os setores populares estão inseridos numa competitividade cotidiana, como a concorrência pelo emprego não qualificado e a habitação social (BONELLI, 2008).

Além disso, a compreensão de juventude homogênea<sup>19</sup>, principalmente no senso comum, tem relacionado juventude ao tempo livre e ao lazer sob a percepção que os jovens são privilegiados ao lazer, com maior capacidade de desfrutar este tempo integralmente. Contudo, como descrevi anteriormente, os jovens, assim como as demais gerações (adultos,

<sup>18</sup> O disciplinamento das classes populares (as frações mais turbulentas) no passado, segundo Bonelli (2008), ocorreu mais com o trabalho não qualificado em relação às ações familiares, aonde a fábrica incorporava as normas e os valores dos jovens, mas ao mesmo tempo estabelecia um limite entre o aceitável e o inaceitável (uma instituição de “normatização”), oferecia a possibilidade de um futuro palpável, nas palavras do autor, “os jovens eram *enquadrados*” (p.33).

<sup>19</sup> A juventude deve ser compreendida também no sentido heterogêneo, ou seja, como juventudes, no seu sentido plural, pois não há uma definição precisa sobre quem e até quando se é jovem, no que se refere limite de idade, fase de vida e diferentes juventudes (mesmo dentro de uma mesma faixa etária). Essas questões são abordadas por autores como Abramo (1994), Margulis (2000), Novaes (2003) e Pais (1993).

(idosos) e, inclusive as crianças) possuem a sua força de trabalho como mercadoria geradora de valor, devendo produzir para o capital em troca de seus escassos e precários meios de subsistência – alimentação, habitação, saúde, educação (ANTUNES, 2003). Quando o jovem conquista seu primeiro emprego, a exemplo do passado dos jovens franceses “sem eira nem beira” (os “blousons noir”, os “loubards” e os “vadios”), a “cultura da rua” (própria dessas sociabilidades juvenis) sofre uma fase de transição para a cultura operária, tornando-se posteriormente a sua cultura (BONELLI, 2008). Além disso, o desemprego torna-se uma preocupação, pois faltam recursos financeiros para transporte, estudo, etc<sup>20</sup>, principalmente os jovens da classe economicamente carente (pobres), da periferia, que moram ou não com os pais, com filhos ou sem filhos. Eles fazem parte, são atores sociais integrados nesta sociedade globalmente capitalista (PAIS, 1993; ABRAMO, 1994).

Desta forma, os jovens não estão distantes do mundo do trabalho como se pode imaginar num primeiro momento. Dados da pesquisa do Datafolha (2008) apontam que 35% dos jovens brasileiros apenas trabalham, alguns combinam estudo e trabalho (25%), sendo que a escola é um meio para a obtenção de uma inserção ocupacional e o trabalho, muitas vezes, uma forma de garantir ao jovem a permanência de seu estudo, mesmo que esta combinação apresente dificuldades de conciliação, o que leva a desistência e outras causas relacionadas ao desempenho escolar<sup>21</sup> (MADEIRA apud ABRAMO, 1994).

Apesar do lazer relacionado ao jovem apresenta-se (no senso-comum) para a visão da sociedade, como um momento de ludicidade e “diversão”, ele também é visto “como espaço para a realização de valores conturbadores da tranqüilidade, ordem e segurança social” (UVINHA, 2001, p.17). Um momento de transgressão que foge do tempo de positividade relacionada à formação humana, esperada pela sociedade dominante (adulter) de uma determinada época histórica ou pelos valores de determinadas comunidades de referência (BRENNER, DAYRELL e CARRANO, 2005). Contudo, este “lazer transgressor”<sup>22</sup> refere-se ao momento de superação e resistência, ligado ao potencial de criação, de fantasia, aonde os consumidores críticos rebelam-se “contra os hábitos convencionais, estabelecendo, portanto, uma relação entre a busca de identidade e a fuga dos ditames do poder instituído” (SILVA, 2000, p.167).

---

<sup>20</sup> Pesquisa do Datafolha (2008) sobre o perfil do jovem brasileiro, indica que os jovens desejam estar empregados, seja profissionalmente ou não (33%), sendo que 40% desejam um emprego decente.

<sup>21</sup> O que pode representar 54% dos jovens brasileiros que já repetiram o ano escolar (DATAFOLHA, 2008).

<sup>22</sup> “Lazer quadrado” e “lazer transgressor” são expressões formuladas por Parker (SILVA, 2000), aonde o primeiro se refere as formas de lazer alienado, dos sujeitos adaptados às mazelas do sistema, que fornece divertimentos superficiais, prazer sem perturbações e que “condena” o lazer transgressor .

Estas questões sociais voltadas à juventude dizem respeito aos problemas sociais emergidos de uma realidade material e social que, interrogados pelo estudo sociológico tornam-se problemas sociológicos. Busca-se, assim, desconstruir um objeto pré-construído, neste caso, a juventude, para então reconstruir esta categoria, estabelecendo rupturas com representações, com a *doxa* dominante (opiniões espontâneas) na tentativa de desenvolver uma *doxa* mais firme, tornando-se um conceito paradójico em relação ao conceito dominante (PAIS, 1993). A juventude se torna uma categoria socialmente manipulável, como ocorre com o tratamento da juventude como um grupo que possui os mesmos interesses conforme a faixa etária (uma “unidade social”), como se pertencesse a uma cultura juvenil unitária. É aí que a sociologia questiona esta aparente realidade, explorando as diferenças sociais e similaridades entre os jovens ou grupos de jovens.

Não se vê como possam englobar-se, numa mesma geração – e, por conseguinte, *num mesmo grupo* -, indivíduos que, apesar de coetâneos e portadores do sentimento comum de se encontrarem em presença de outras gerações na sociedade, se identificam a si mesmos como pertencendo, por exemplo, a classes sociais, grupos ideológicos ou grupos profissionais *diferentes* (A. Sedas Nunes apud PAIS, 1993, p.22-23, grifo do autor).

As culturas juvenis, quando geralmente referenciadas a conjunto de crenças, valores e símbolos podem, no entanto, ser próprias de uma fase da vida, mas também podem ser derivados ou assimilados de gerações precedentes como das trajetórias de classe (PAIS, 1993). Há, no entanto, diferentes sentidos para o termo juventude, o qual pode ser compreendido como um conjunto social pertencente a uma fase de vida (corrente geracional), ou como um conjunto social de diferentes perfis de culturas juvenis segundo suas diferenças de classe, situação econômica, interesses, oportunidades ocupacionais, entre outras diferenças (corrente classista). A esses diferentes sentidos do termo juventude e às manifestações de sentido contrárias entre os jovens o autor chama de paradoxos da juventude, dentre eles, no dizer de Pais (1993, p.23) estão “as representações (ou doxas) mais vulgares da juventude”, isto é, a juventude “encarada como uma fase de vida marcada por certa instabilidade associada a determinados ‘problemas sociais’” (id, p.24). Um problema que pode ser transformado em problema sociológico quando questionado, a exemplo do autor, se os jovens sentem estes problemas como pertencentes a eles, sentem que são seus problemas. Um problema que busca desmistificar uma certeza questionável merecendo um estudo específico. Devem ser questionadas as realidades aparentes que predominam sobre a juventude nas representações de senso-comum, isto é, sobre as manipulações que sofre esta categoria social:

“a definição da cultura juvenil é como qualquer mito, uma construção social que existe mais como representação social do que como realidade”, em que alguns jovens se reconhecem parte dele e outros não (PAIS, 1993, p.28).

Como todo significado cultural está relacionado ao uso de símbolos que possuem significados para os indivíduos, estes caracterizam algumas culturas juvenis conforme os aspectos que regulam suas condutas quotidianas em seus aspectos normativos e de seus códigos de significação (PAIS, 1993). Desta forma, cada grupo possui suas diferenciações, identidades juvenis diferenciadas, conforme símbolos e estilos adotados pelo grupo (GROPPO, 2000; PAIS, 1993, LOURO, 2000). É um fenômeno de comunicação que envolve formas concretas de produção de estilo como vestuário, penteados, modos, linguagens, objetos, hábitos, lazeres, educação, entre outros: “hábitos, posturas, vestimentas e gestos combinam-se, de maneira intencional, numa lógica de significação” (PAIS, 1993, p.100). Constituem-se em marcas corporais de distinção entre os jovens ou grupos juvenis, que podem ser tanto sinais exteriores no corpo, caracterizando a imagem (vestimenta, corte de cabelo, adornos, etc.), como também sinais incorporados, caracterizando o comportamento através do modo de falar, andar, comer, expressão corporal, porte, etc (PAIS, 1993).

Sendo diferentes os ângulos de observação da juventude, ou melhor, das culturas juvenis, aparecendo ora como culturas de geração, ora como culturas de classe, ou ainda como culturas de sexo, de rua, entre outras, ela pode ser vista como problemas relacionados ao comportamento quando foge dos padrões sociais estabelecidos pela ordem dominante, surgindo, assim, diversos meios, estratégias (formação profissional, Ongs, oficinas ocupacionais, etc.) visando à inclusão dos jovens às normas vigentes na sociedade capitalista (ABRAMO, 1997; PAIS, 1993).

Conforme as reflexões teóricas voltadas à juventude, as ações que se relacionam com a Educação Física, esporte e lazer, continuam a contribuir com os padrões sociais estabelecidos pela ordem social: “as configurações do Esporte e Educação estão habitualmente atreladas ao que o Estado procura definir para a sociedade” (OLIVEIRA e SILVA, 2007, p.211). Programas voltados à juventude visam à integração dos jovens à sociedade, isto é, visam moldar os comportamentos juvenis às normas desta sociedade capitalista. De acordo com Oliveira e Silva (2007), o Estado possui o papel de regulador da manutenção da ordem econômico-social capitalista. Buscam-se maneiras de manter os jovens ocupados por meio do controle dos tempos, pois é através dos empregos do tempo (obrigatório, livre e imposto) que nosso cotidiano é organizado e controlado (LEFEBVRE, 1991).

Assim como Henri Lefebvre, Padilha (2006) baseada em Roger Sue nos diz que a sociedade é organizada em tempos sociais, que determinam as atividades sociais por meio do tempo para o trabalho, tempo livre, tempo familiar, tempo da educação, entre outros, regendo a vida em coletividade pela articulação desses tempos. No que diz respeito ao tempo livre, diferentes são os sentidos atribuídos a esse tempo, com definições que variam entre tempo que sobra após o trabalho, tempo que fica livre das necessidades e obrigações cotidianas, que podemos empregar no que queremos e parte destinada ao desenvolvimento físico e intelectual do homem com fim em si mesmo (Munné apud MASCARENHAS, 2005). De grosso modo, o tempo livre está associado ao tempo do não-trabalho, ao tempo destinado às atividades que se realizam fora do tempo das obrigações (inclusive o trabalho), mas como nenhum dos tempos está livre de coações ou normas, este tempo seria um tempo disponível e não tempo livre (Marcellino apud MASCARENHAS, 2005).

Não há, no entanto, um tempo realmente livre neste modo de produção capitalista, sem a falsa promessa de lazer como momento de liberdade, em que o sujeito possa escolher o que fazer no “tempo livre”, mas quando visto para além da mercadoria e acrítico, como o “lazer transgressor”, usando o tempo (vivência de valores que embasem mudanças) como sinal de utopia a uma nova sociedade (SILVA, 2000).

Contudo, a história do lazer está “associada à história dos tempos sociais, seus usos, suas percepções, representações, bem como às lutas travadas para medi-los e controlá-los”, tal qual estamos hoje habituados a controlar nosso tempo com base nos símbolos do calendário e do relógio (ano, mês, semana, dia, hora, minuto, segundo) e associada também à história do trabalho, inclusive ao trabalho antes da indústria (PADILHA, 2006, p.144). Não se caracterizando, assim, como um tempo verdadeiramente livre, sendo também transformado em mercadorias de consumo em constante crescimento (SILVA, 2000).

Antes da sociedade industrial os homens tinham mais autonomia sobre seu tempo, mas com o desenvolvimento industrial os usos dos tempos foram alterados, havendo um maior controle do tempo no trabalho e fora dele, passando o tempo a ser medido pelo dinheiro, isto é, o capitalista tem em suas mãos a posse dos meios de produção, a posse e o controle do tempo dos trabalhadores, e o tempo possui um valor (PADILHA, 2006). O trabalho sofre um movimento progressivo de sincronização, e com isto ocorre um processo de estruturação industrial que implica: regulação do trabalho, divisão do trabalho e disciplina do tempo de trabalho. A medida do tempo passa a ser então um meio de exploração do trabalho, e a classe trabalhadora com seu tempo de não-trabalho ameaçado:

Desde o final do século XVIII, a desapareção progressiva da ociosidade foi anunciada. O iluminismo impôs a valorização da atividade e a exaltação do trabalho produtivo, recusando o ócio. No século XIX, a ociosidade é bastante condenada, tanto que a preguiça era e ainda é, para a Igreja católica, um dos sete pecados capitais. Assim, a ocupação permanente passava a ser uma necessidade, e os médicos alertavam que a desocupação e o tédio provocavam cansaço cerebral, portanto, faziam mal à saúde do homem (PADILHA, 2006, p.151).

O ócio, assim como o lúdico, são sinais de valores que não coadunam com a lógica produtiva, por isso a incessante teimosia capitalista em domesticar crianças e jovens para o trabalho, explorando-os e obrigando-os a contribuir com a produtividade e desempenho, condenando o lúdico como sendo improdutivo e inútil, pois este não é regulável, não é mensurável e muito menos lucrativo; aos que se permitem, são discriminados, pois são improdutivos, lentos, transgressores e criativos; a lógica da produtividade, do sistema produtor de mercadorias oferece à sociedade o simulacro da liberdade, da criação, o lazer mercadoria (SILVA, 2000).

Segundo Mascarenhas (2005), é preciso verificar a origem das categorias tempo de trabalho e tempo livre (esta presa à primeira). Para isto é fundamental recorrer ao pensamento de Marx (*O capital*) a fim de entender essas categorias, pois ele faz uma forte análise sobre as questões que envolvem a estrutura do capital, o que envolve a mercantilização do tempo em que o valor da força de trabalho, assim como as demais mercadorias, é determinado pelo tempo (*quantum*) necessário para sua produção e reprodução. Além disso, é princípio para a obtenção da *mais-valia*, por meio do sobre trabalho, isto é, do excedente do tempo necessário.

No entanto, o tempo livre também é alienado pelo capitalismo, encontra-se envolvido na mesma alienação do tempo de trabalho (SILVA, 2000). Este tempo não se configura exatamente como um tempo de liberdade, pois é manipulado aos fins capitalistas, ou seja, pode ser concretizado e consumido como qualquer outro objeto, uma vez que o tempo é mercantilizado, determinando o valor da força de trabalho, assim como são determinados os valores das mercadorias (tempo necessário para sua produção e reprodução). Além disso, nenhum tempo está livre das determinações dominantes, das normas estabelecidas pela classe dominante.

O tempo é precioso para o capitalista em prol de sua *mais-valia*, possui um valor como mercadoria e não pode ser desperdiçada. No entanto, o “tempo livre” dos jovens é considerado não “apenas o espaço para o desenvolvimento pessoal e social do indivíduo: é também o espaço de produção de fenômenos suspeitos diante dos valores das sociedades modernas” (Requixa apud UVINHA, 2001, p.19). Uma visão funcionalista, segundo o autor,

que possui cunho moralista e tende a afirmar que os jovens não privilegiam o trabalho e os estudos.

Considerar o lazer como um tempo sociológico, de liberdade e de escolha, é importante, pois a juventude, ou a fase da juventude, é um "campo potencial de construção de identidades, descoberta de potencialidades humanas e exercício de inserção efetiva nas relações sociais" (BRENNER, DAYRELL e CARRANO, 2005, p.176).

Diante dessas reflexões surge a seguinte pergunta-síntese ou pergunta de partida, a saber: *Existem espaços e equipamentos para o lazer na cidade de Florianópolis, inerentes a uma política pública consistente em termos de espaços/equipamentos para os jovens de diferentes classes sociais, visando o usufruto do chamado tempo de lazer/“tempo livre”?* Dito isto, a hipótese que subjaz à pergunta formulada pode ser assim redigida: *Os espaços e equipamentos destinados ao lazer das diversas classes sociais, estão concentrados, primordialmente, nas áreas “nobres” da cidade de Florianópolis, destinadas, portanto às classes média (pequena burguesia) e alta (burguesia).*

A partir da pergunta central, o objetivo geral do estudo possui a seguinte abrangência e recorte: *investigar sobre a existência e o teor das políticas públicas dos espaços/equipamentos intra-classes para o lazer da juventude de Florianópolis, junto aos jovens, dos bairros de Ingleses e Monte Serrat/Alto da Caieira.*

Procurando refletir um pouco mais sobre esta questão, surgem algumas sub-questões de pesquisa que contém em seus bojos outras “hipóteses” secundárias, assim como os objetivos específicos deste estudo, quais sejam: que tipo de espaços e equipamentos para o lazer há nas comunidades investigadas (Monte Serrat/Alto da Caieira e Ingleses)? Estes espaços são públicos ou privados? Como a população jovem se apropria e usufrui desses espaços? Quais são os tipos de manifestação lúdica juvenil? Em razão do estudo se realizar em espaços sociais diferentes: quais as diferenças dos espaços e equipamentos urbanos para o lazer no ponto de vista das classes sociais?

Para dar conta das análises e discussões anunciadas, este trabalho está apresentado da seguinte forma: no primeiro capítulo, aonde serão apresentadas as bases teórico-metodológicas da pesquisa, início com uma abordagem teórica pautada no marxismo acerca do espaço urbano, expondo, em seguida, os caminhos trilhados durante o fazer investigativo, a apresentação do campo de pesquisa e os eixos temáticos de análise. No segundo capítulo abordo a discussão classista comportando as questões referentes à classe social, juventude, lazer, “tempo livre” e ao usufruto do tempo/espaço para o lazer. Detalho no terceiro capítulo as discussões referentes aos espaços/equipamentos públicos para o lazer, à democratização

destes e às reflexões acerca dos desejos, projetos e expectativas dos jovens. Finaliza-se esta “monografia de base” com uma síntese das discussões realizadas ao longo da pesquisa com a proposição de respostas para as questões de pesquisa e considerações finais.

## 1. BASES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

### 1.1 ABORDAGEM TEÓRICA

Inicialmente, gostaria de destacar que, mesmo sendo iniciante na pesquisa e construindo uma “monografia de base” (SAVIANI, 1991), tentei, durante o tempo de construção deste trabalho acadêmico, escapar das amarras do fetiche do método positivista. Neste sentido, procurei, a partir da “categoria” dialética do espaço, articulá-la com a noção de “tempo” (tempo de lazer/tempo livre). E com a noção de “concreto pensado”, cujo pressuposto, indica que o concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações (MARX, 1988 p. 16-17). Para realizar este intento, apesar das minhas limitações teóricas, busquei inspiração nos pressupostos, categorias e leis do materialismo histórico-dialético, a partir do legado do marxismo e de um dos mais importantes comentadores da obra marxiana – Henri Lefebvre.

A opção pelo autor se dá em virtude de ser um dos melhores representantes do inquieto pensamento dos inconformados como os dogmatismos e opressões, pois trouxe Marx para nosso tempo, representou o que de mais importante havia em Marx, ou seja, o método e a concepção da relação entre teoria e prática, entre o pensar e o viver. Na vasta obra de Henri Lefebvre destacam-se livros fundamentais sobre o espaço, o urbano, a vida cotidiana, sobre a crescente importância do imediato e do reprodutivo na história do homem hodierno, entre outras questões importantes nos detalhes da vida social, sobre as transformações e contradições da sociedade (MARTINS, 1996)

Com relação ao materialismo-histórico dialético, este autor faz uma abordagem sobre o materialismo, explicita que o materialismo moderno “constata a existência – real, efetiva, eficaz – da consciência e do pensamento”, sendo que essa realidade não pode ser definida isoladamente e nem ser destacada “da história humana (social), do organismo humano e da natureza”. Cabe à ciência experimentar, aprofundar e criticar as sensações e representações humanas, sendo que o materialismo supõe que elas “correspondem ao real segundo uma lei, que nos cabe investigar” (LEFEBVRE, 1991b, p.67 e 68).

Vale ressaltar, no entanto, que o materialismo histórico pode ser compreendido como a ciência filosófica do marxismo que estuda as leis sociológicas que caracterizam a vida em

sociedade, de sua “evolução histórica” e da “prática social” dos homens, do desenvolvimento da humanidade. Trata dos fenômenos sociais, a partir da história, problematizando a totalidade da sociedade ao abordar a) a estrutura sócio-econômica, b) as forças produtivas e c) as classes sociais (as lutas de classe: entre capital e trabalho). Em síntese, o materialismo histórico, esclarece conceitos como “ser social”, relações materiais dos homens com a natureza (o trabalho) e entre si que existe em forma objetiva, isto é, independentemente da consciência social (idéias jurídicas, políticas, filosóficas, estéticas, religiosas etc.), (TRIVIÑOS, 1987, p.51).

O materialismo dialético representa o caminho teórico que aponta a “dinâmica do real” na efervescência de uma sociedade, pois o real se apresenta como móvel, múltiplo, diverso e contraditório (LEFEBVRE, 1991b; TRIVIÑOS, 1987). Pode ser compreendida como a estratégia de apreensão da “prática social empírica” dos indivíduos em sociedade (grupos, classes e seguimentos sociais); de realização de “crítica” das ideologias e tentativas de articulação entre sujeito e objeto – ambos históricos- ambos humanos. Em suma, a dialética, refere-se ao “método de abordagem da realidade” – reconhecendo-a como processo histórico em seu peculiar dinamismo, provisoriade e transformação – levando em conta a expressão de suas “leis universais” (TRIVIÑOS, 1987, p.51).

São leis objetivas, ao mesmo tempo leis do real e leis do pensamento – leis de todo movimento: no real e no pensamento. As leis desse caminho teórico (método) devem ser concretas a fim de nos permitir entrar em todo o objeto, em toda realidade, portanto, elas são “universais” e “concretas” (LEFEBVRE, 1991b, p.237). São então as leis do método dialético: a) lei da **interação universal** (da conexão, da mediação recíproca de que tudo existe), b) lei do **movimento universal** (que implica na integração entre movimento interno e externo, promovendo o universal), c) **lei da unidade dos contraditórios**, c) lei da **transformação da quantidade em qualidade** (lei dos saltos), e) lei do **desenvolvimento em espiral** (da superação) (LEFEBVRE, 1991b; TRIVIÑOS, 1987).

Antes de adentrarmos, especificamente, nas reflexões teóricas acerca das relações dialéticas entre espaços urbanos, lazer, tempo livre e juventude, iniciarei com uma reflexão teórica e “provisória” sobre o espaço urbano, que devido às relações entre a natureza e a sociedade, mediatizadas pelo trabalho, transformam a configuração territorial<sup>23</sup>, conforme cada momento histórico, pela interação contínua com a dinâmica social (SANTOS, 1991).

---

<sup>23</sup> Conjunto de dados naturais modificados pela ação consciente do homem (por meio dos sistemas de engenharia), ações sobre o território dos elementos naturais e artificiais de uso social como plantações, aeroportos, redes de comunicação, edifícios comerciais, residenciais e industriais (SANTOS, 1991).

Sendo, no entanto, neste espaço em que ocorrem as relações sociais, definindo sua dinâmica (economia, cultura, política), atualmente regida pelo sistema econômico capitalista que se sustenta por meio da força de trabalho<sup>24</sup>, explorando-a de tal modo que interfere nos tempos do trabalhador<sup>25</sup>, bem como se apropriando de tudo que se constitui como necessidade ao homem tornando-a mercadoria (habitação, saúde, educação, lazer, etc.).

O espaço é modificado pelas ações humanas, servindo a terra como um produto às necessidades dos homens (SANTOS, 1986), inicialmente por meio do trabalho concreto (condição de existência do homem) constituindo-se em valor de uso para suas necessidades naturais, mas tornando-se trabalho abstrato à medida que do produto do trabalho seja abstraído o trabalho útil (concreto), tornando-se sua totalidade a igual trabalho humano, independente de sua função, se é produto do fiandeiro, marceneiro (MARX, 1985). Assim, o meio urbano vai tornando-se cada vez mais artificial, como os jardins que vão desaparecendo, se tornando raros neste meio urbano, contando com apenas restos de natureza primitiva, os quais vão sendo encobertos pelas obras dos homens (SANTOS, 1991).

O mesmo ocorre com os espaços vazios que se constituíam em espaços públicos de lazer (terrenos baldios, ruas pouco movimentadas, campos de várzea, etc.) que aos poucos são tomados pelas edificações, sejam elas destinadas ou não ao lazer e, quando o são constituem-se em espaços privados ou de acesso restrito a grande parte da população (às diferentes classes). Valorizando o espaço como produto de mercado, a sua característica natural vai sendo transformada em produto da obra humana (espaço para edificações) e aos poucos desaparecendo.

Transferindo ao espaço terrestre (espaço habitado) um valor mercantil, adaptando o espaço natural em nosso benefício, diminui-se o seu contrário: a nossa adaptação ao espaço natural (SANTOS, 1986). O resultado desta negação à natureza traz graves conseqüências, tais como “o esquecimento do que mais naturalmente constitui o ser humano, sua dimensão física e a ignorância sobre a ordem morfológica” e “a redução do espaço valorizado a espaço social, isto é, espaço constituído unicamente por homens e por frutos do trabalho dos homens” (BOADA, 1991, p.15). Segundo Marx (1985, p.45), uma “imensa coleção de mercadorias”, que constituem a riqueza das sociedades no modo de produção capitalista.

<sup>24</sup> Segundo Marx (1985), a força de trabalho é a fonte do capital, por meio da *mais-valia* adquirida com o trabalho excedente não pago ao trabalhador, pois sua força de trabalho vale apenas o *quantum* (tempo necessário para a sua produção e reprodução) para consumir seus meios de subsistência. Tendo o capitalista produzido sua *mais-valia*, este irá aplicar novamente na esfera da circulação, pois o capital é um movimento incessante e insaciável da produção de valor, da *mais-valia*.

<sup>25</sup> Antes da introdução das máquinas os trabalhadores não tinham a necessidade de se matarem a trabalhar, faziam o que desejavam ganhando para suas necessidades, tendo tempo livre para outras funções, como cuidar do jardim, distrações ou jogos (ENGELS, 1985).

Por isso a necessidade das especulações imobiliárias<sup>26</sup> em prol do capitalismo: tornando o grande território em fragmentos, atribuindo a ele um valor de troca<sup>27</sup>; transformando as diversas esferas da vida social, um simples encontro social passa a ser mediado pelas mercadorias; o chamado tempo livre está subordinado a este sistema capitalista; tudo se torna mercadoria. Lefebvre (2001, p.6) apresenta a seguinte tese<sup>28</sup>:

A cidade e a realidade urbana dependem do valor de uso. O valor de troca e a generalização da mercadoria pela industrialização tendem a destruir, ao subordiná-las a si, a cidade e a realidade urbana, refúgios do valor de uso, embriões de uma virtual predominância e de uma revalorização do uso.

Com o processo de industrialização, “o motor das transformações na sociedade”, surge a problemática urbana, que com seus efeitos induzidos (urbanização e problemática urbana) podem definir como sociedade urbana “a realidade que nasce a nossa volta” (LEFEBVRE, 2001, P.3). A urbanização está conectada à industrialização, conseqüentemente com o crescimento demográfico, pois a indústria não poderia existir sem os operários (força de trabalho), e a população precisa sobreviver, adquirir seus meios de subsistência para viver, assim ocorrem os movimentos migratórios, obrigando massas a virem do campo, evidenciando a hipertrofia das cidades industriais, alterando a distribuição da população (ENGELS, 1985).

A indústria começa a se aproximar dos centros urbanos na medida em que vai se tornando insatisfatória para os “empresários”<sup>29</sup>. A indústria, no entanto, vai tomando as

---

<sup>26</sup> “A especulação imobiliária deriva, em última análise, da conjunção de dois movimentos convergentes: a superposição de um *sítio social* ao *sítio natural* e a disputa entre atividades ou pessoas por dada localização. A especulação se alimenta dessa dinâmica, que inclui expectativas” (SANTOS, 1994, p. 96, grifos do autor).

<sup>27</sup> A mercadoria é, nesta sociedade de produção capitalista, a forma elementar da riqueza (acumulação de mercadorias) e o conteúdo material dessa riqueza corresponde ao valor de uso, o qual serve para satisfazer as necessidades humanas (como objeto de consumo ou como meio de produção), no entanto é a sua utilidade que a torna valor de uso (qualidade). Nesta forma de sociedade os valores de uso também são veículos materiais do valor de troca (quantidade). A propriedade privada dos meios de produção (o mercado) produziu essa transição do valor de uso em mercadoria e esta só existe quando em relação à outra mercadoria (MARX, 1985).

<sup>28</sup> Que pode se apoiar nos seguintes argumentos: as sociedades muito opressivas foram bastante criadoras e ricas em obras; a produção de obras e de relações sociais a elas relacionadas, é substituída pela produção de produtos (na cidade); a capacidade criadora, então, desaparece com a substituição da opressão pela exploração.

<sup>29</sup> Há uma descontinuidade histórica entre a indústria nascente e suas condições históricas. Inicialmente a indústria era implantada (não de forma absoluta, lei absoluta) fora das cidades, de modo esporádico e dispersas, dependendo das circunstâncias locais, regionais, nacionais: próximo a fontes de energia (rios, florestas, carvão), de meios de transporte (rios, estrada de ferro), de matérias-primas (minerais), de reservas de mão-de-obra (artesanato camponês, tecelões e ferreiros com mão-de-obra já qualificada). Neste mesmo tempo as velhas cidades são mercados, fontes de capitais disponíveis, locais onde esses capitais são gerados, como os bancos, residências dos dirigentes econômicos e políticos, reservas de mão-de-obra (exército de proletariado como diz Marx, permitindo o crescimento da mais-valia) e além disso, a Cidade, assim como a fábrica, permite a concentração dos meios de produção num pequeno espaço: ferramentas, matérias-primas, mão-de-obra (LEFEBVRE, 2001).

cidades: 1) cidades antigas – apoderando-se das redes e moldando-as conforme sua necessidade; 2) rompe e se apodera de antigos núcleos de cada cidade. Assim ocorre a “extensão do fenômeno urbano, cidades e aglomerações, cidades operárias, subúrbios (com anexação de favelas lá onde a industrialização não consegue ocupar e fixar a mão-de-obra disponível)” (LEFEBVRE, 2001, p.9).

O autor considera esta fase como duplo processo, ou de dois aspectos, os quais compreendem a industrialização, urbanização, crescimento e desenvolvimento, produção econômica e vida social. Dois aspectos desse processo, segundo o autor, que são inseparáveis, que possuem uma unidade, e por isso o processo é conflitante, pois historicamente há “um choque violento entre a realidade urbana e a realidade industrial” (LEFEBVRE, 2001 p.9). É um processo complexo de difícil apreensão, principalmente pela industrialização produzir, não apenas empresas, mas também diversos estabelecimentos, centros bancários e financeiros, técnicos e políticos (LEFEBVRE, 2001). Este duplo processo ocasiona situações problemáticas, como o êxodo de habitantes da cidade pequena em direção a aglomeração industrial, para a cidade capital.

Segundo Lefebvre (2001), além das inúmeras cidades submersas pela industrialização, há também casos em que há uma urbanização com pouca industrialização, mas com uma ampliação maciça da cidade, sendo o caso geral das cidades da América do Sul e da África, cercadas por favelas. É comum nesses países, de acordo com o autor, a dissolução das estruturas agrárias (das antigas estruturas agrárias), pois os camponeses (sem posse ou arruinados) migram para as cidades em busca de trabalho e subsistência. Contudo, o jogo dos preços mundiais depende estritamente dos países e dos pólos de crescimento industriais: fenômenos que dependem da industrialização.

O espaço habitado se tornou um meio geográfico completamente diverso do que fora na aurora dos tempos históricos. Não pode ser comparado, qualitativa ou estruturalmente, ao espaço do homem anterior á Revolução Industrial. [...] a articulação tradicional, histórica, da comunidade com o seu quadro orgânico natural, foi então substituída por uma vasta anarquia mercantil. Agora, o fenômeno se agrava, na medida em que o uso do solo se torna especulativo e a determinação do seu valor vem de uma luta sem trégua entre os diversos tipos de capital que ocupam a cidade e o campo. O fenômeno se espalha por toda a face da terra e os efeitos diretos ou indiretos dessa nova composição atingem a totalidade da espécie. Senhor do mundo, patrão da Natureza, o homem se utiliza do saber científico e das invenções tecnológicas sem aquele senso de medida que caracterizará as suas primeiras relações com o entorno natural. O resultado, estamos vendo, é dramático. (SANTOS, 1991, P.44)

A industrialização favorece o desenvolvimento e a aceleração do sistema capitalista. Surge com a hegemonia da burguesia específica deste sistema, pois a concorrência capitalista necessita de aprimoramentos para se manter no mercado. A propriedade privada<sup>30</sup> é o eixo da sociedade burguesa e a concorrência é seu fenômeno característico (ENGELS, 1985). Contudo, a concorrência vai além do grande capital que a indústria necessita. O pequeno capital, o salário que o trabalhador precisa adquirir para sobreviver gera, devido aos movimentos da população em busca de sua sobrevivência, segundo Engels (1985), uma reserva de mão-de-obra, isto é, trabalhadores ficam desempregados.

É necessário que apareça à plena luz do dia o cinismo da propriedade, que o monopólio imóvel se converta em monopólio móvel e assaltado, em concorrência, que o prazer cioso do suor de sangue de outrem se transforme na faina do comércio. O que é necessário ainda? Que a feudalidade desapareça; que no lugar do adágio, “nenhuma terra sem senhor” venha o provérbio, “o dinheiro não tem mestre” (LEFEBVRE, 1999, p.33).

Com a indústria atingindo seu grande poderio, “ela arranca à grande propriedade seus monopólios e os lança na concorrência com a propriedade fundiária do estrangeiro, no mercado mundial (dos cereais)” (LEFEBVRE, 2001, p.33). Desta forma, este autor, assim como Engels descreve em sua obra (*A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*), aponta a cidade como “o lugar, o instrumento, o teatro dramático” (Lefebvre, 2001, p.33) dessa metamorfose, pois é sobre ela, principalmente nas grandes cidades, que a indústria e o comércio se desenvolvem mais perfeitamente, e assim mais manifesta e claras são as conseqüências que exercem sobre o proletariado (ENGELS, 1985). É onde a extensão da propriedade fundiária no espaço urbano, o crescimento do aluguel e da miséria estão conectados, e o que é verdade para Londres é também para todas as cidades grandes: indiferença, miséria, guerra social (Idem).

Com a expansão do comércio, as riquezas se centralizaram e se concentraram nas mãos da burguesia (uma classe pouco numerosa) e acompanhando esse processo, as massas empobreceram, gerando a divisão da sociedade em classes antagônicas (ENGELS, 1874).

---

<sup>30</sup> A Propriedade privada se diferencia das demais formas de propriedade que se modificam no decorrer do tempo histórico, conforme o desenvolvimento da divisão do trabalho e as diferenças entre os trabalhos e as trocas: 1º. Propriedade tribal, fase não desenvolvida da produção (caça, pesca, agricultura, no máximo), a divisão do trabalho estava limitada a divisão natural (seio familiar); 2º. Propriedade comunal e estatal, reunião de várias tribos (cidade) por contrato ou conquista, subsiste a escravidão, há o desenvolvimento da propriedade móvel e do imóvel, propriedade privada coletiva dos cidadãos ativos (poder sobre os escravos), com uma divisão do trabalho mais desenvolvida (oposição entre cidade e campo); 3º. Propriedade feudal ou estamental, relações partindo do campo, a classe produtora corresponde aos camponeses, surge a oposição entre as cidades, os nobres são os detentores do poder sobre os servos. É o feudalismo, então, a raiz da propriedade privada que se torna mercadoria, desaparecendo a relação pessoal entre proprietário e sua propriedade, sendo substituída a honra com a terra pelo interesse, levando ambos (terra e homem) a um valor comercial (MARX e ENGELS, 1999).

Uma centralidade de poder que Lefebvre (2001, p.5), denomina de desigualdade social, “violentos contrastes entre riqueza e pobreza” e que para Corrêa (2005) representa um dos fatores que leva a entender o espaço urbano, sendo o espaço da cidade capitalista dividido em áreas residenciais segregadas, refletindo a estrutura social em classes, um reflexo que Engels (1985) descreve bem sobre como a cidade é construída de modo que cada classe habita sua determinada região da cidade conforme seus direitos capitalistas<sup>31</sup>.

Atualmente o processo induzido vai se aprofundando, o que se pode chamar de “implosão-explosão” da cidade:

O fenômeno urbano se estende sobre uma grande parte do território, nos grandes países industriais. Atravessa alegremente as fronteiras nacionais. [...] este território está encerrado num *tecido urbano* cada vez mais cerrado, não sem diferenciações locais e sem ampliação da divisão (técnica e social) do trabalho para as regiões, aglomerações e cidades. Ao mesmo tempo, nesse tecido e mesmo noutros lugares, as concentrações urbanas tornam-se gigantescas; as populações se amontoam atingindo densidades inquietantes (por unidade de superfície ou de habitação). Ao mesmo tempo ainda, muitos núcleos urbanos antigos se deterioram ou explodem. As pessoas se deslocam para periferias distantes, residenciais ou produtivas. Escritórios substituem os apartamentos nos centros urbanos. Às vezes (nos Estados Unidos) esses centros são abandonados para os “pobres” e tornam-se *guetos* para os desfavorecidos. Às vezes, pelo contrário, as pessoas mais abastadas conservam fortes posições no coração da cidade (em redor do Central Park em New York, no Marais em Paris). (LEFEBVRE, 2001, p.10-11, grifos do autor).

O autor utiliza o termo *tecido urbano* como uma metáfora para a análise, ou uma melhor compreensão sobre a problemática urbana: além de “um tecido jogado sobre o território, essas palavras designam uma espécie de proliferação biológica e uma espécie de malhas desiguais, que deixam escapar setores mais ou menos amplos: lugarejos ou aldeias, regiões inteiras” (p.11).

Como os fenômenos da vida social e cultural se encontram na base econômica, a sociedade e a vida urbana penetram nos campos, com semelhante modo de vida, comportando sistemas de objetos e sistemas de valores. Dentre os elementos do sistema de objetos, os mais conhecidos são: água, eletricidade, gás, carro, televisão, utensílios de plástico, imobiliário moderno, comportando também novas exigências no que se refere aos serviços. Entre os elementos do sistema de valores se encontram: lazeres ao modo urbano, como danças e canções, costumes, rápida apreensão do modismo da cidade. O tecido urbano, no entanto, vai se apoderando e se expandindo para além da cidade, não de forma direta, mas por meio da

---

<sup>31</sup> Bairro comercial (centro): quase vazio, deserto à noite; bairro operário: rodeia a zona comercial, habitações de má qualidade, amontoadas, ruas sujas; média burguesia: habita ruas regulares, próximo ao bairro operário; alta burguesia: habita vivendas com jardins, mais afastadas, habitações esplêndidas, confortáveis (ENGELS, 1985).

relação *urbanidade-ruralidade* que vai se intensificando, e as tensões tornando-se conflitos (LEFEBVRE, 2001).

Em meio ao conflito entre as classes, nasce o Estado, produto da sociedade quando chega a certo grau de desenvolvimento, em que as classes possuem interesses econômicos colidentes, sendo necessário o *poder*, a fim de amortecer o choque e mantê-lo no limite da ordem, estando acima da sociedade (ENGELS, 1974). De acordo com o autor, para impossibilitar qualquer organização da população surge a Força Pública, como a polícia. Essa classe economicamente e politicamente dominante – o Estado – possui os meios para a repressão e exploração da classe oprimida se utilizando da Força Pública, a qual se fortalece, cresce à medida que se exacerbam os antagonismos de classe (luta de classes e rivalidade nas conquistas).

Devido ao processo de expansão do capitalismo que ultrapassa fronteiras, ganha força o capitalismo internacional, que invade a qualquer custo os países deste mundo, tornando-se o capitalismo de livre mercado, o chamado neoliberalismo, por meio da “perpetuação do atual estado de coisas e a eternização e naturalização das relações sociais capitalistas como únicas formas de organizar a vida em sociedade” (MELO, 2007, p.190), onde o Estado se afasta de suas obrigações, passando a agir cada vez mais em prol do capitalismo, por meio das novas dinâmicas de organização política. As obrigações do Estado para com a sociedade passa a ocorrer pelo envolvimento do Estado com ONGs, voluntariados, serviços do terceiro setor, quando não diretamente privatizando o serviço ou eliminando os direitos trabalhistas. Passa a construir estratégias de privatização do trabalho; os direitos da sociedade passam a ser: como serviços e por serviços (MELO, 2007).

Tornando-se uma dura luta da classe trabalhadora na tentativa de manter atrelados seus direitos aos órgãos públicos, sejam eles municipal, estadual ou federal, para não serem privatizados e, até mesmo manter seus direitos trabalhistas e melhorá-los. A condição atual, a crise que vem se construindo, avançando, no sistema capitalista, prevê caos à classe trabalhadora, pois não havendo capitalização, produção de mercadorias, não há emprego, havendo, conseqüentemente, aumento do desemprego que prejudica a vida da família trabalhadora (alimentação, moradia, subsistência). No entanto, cabe à classe trabalhadora se unir para a construção de uma nova sociedade, na tentativa da tomada do poder, derrotando o capitalismo.

Esta nova sociedade seria construída sobre a base do socialismo, pois como anuncia Benjamin (2003), os sinais da barbárie – exclusão social e nas esferas cultural e espiritual com a perda do sentido da existência humana – se multiplicam na atual forma de organização

social (capitalismo). Marx já demonstrava a necessidade e a possibilidade de superação da sociedade capitalista, já que a partir da compreensão da gênese e da dinâmica dessa sociedade que é repleta de contradições, ele colocou o socialismo na história (BENJAMIN, 2003).

Este autor relata que o desafio de impulsionar a transição para o socialismo deixou de ser abstrato quando na Rússia a edificação de uma ordem socialista passou a ser o problema central da ação política, uma fase que marcou o socialismo no século XX. Para esta fase de transição, teóricos bolcheviques e outros revolucionários da época se apoiaram em dois elementos presentes na obra de Marx: substituição do trabalho complexo pelo trabalho simples (desqualificação do trabalho em detrimento do uso das máquinas com o advento da grande indústria) e processo de concentração e centralização do capital (concentração do capital pelo controle do mercado cada vez mais em torno de um número pequeno de grandes unidades produtivas). De um lado uma economia simplificada com o predomínio de poucas grandes empresas e de outro o predomínio de massas trabalhadoras (homogêneas e concentradas). Disto nasce a centralidade do conceito de planejamento para a construção da nova sociedade (idem).

Herdando as condições típicas da economia industrial, concentraria a propriedade no Estado e adotando o princípio do planejamento superaria o sistema gerador de irracionalidades e crises constituindo-se em uma forma superior de organização social, funcionando a economia como se fosse formada por uma única empresa de porte gigantesco. Superando a fase inicial revolucionária (fusão do partido revolucionário com a classe trabalhadora), a sociedade caminharia para a abolição das classes, uma fusão que se desdobraria em Estado-comuna.

É importante ressaltar que o socialismo deve se dar em nível global, isto é, no mundo, lançando em nível internacional o que se imaginou ser possível em nível nacional, pois é em escala global que se manifestam as relações, as “tensões e contradições entre capital e trabalho, mercado e planejamento, propriedade privada e propriedade coletiva, assalariados e proprietários [...]” e “simultaneamente, reiteram-se e intensificam-se as atividades de apropriação, exploração e predação de recursos naturais, do meio ambiente ou da ecologia, em todos os continentes [...]”, um processo de privatização do planeta Terra, (IANNI, 2004, p. 354 e 355). Em suma, é em nível global que deve ocorrer o socialismo, pois o capitalismo não existe apenas em uma nação, mas sim globalizado.

Trata-se, no entanto, de lutar contra o capitalismo, contra as contradições sociais existentes, mas ao mesmo tempo organizar, mobilizar, conscientizar e lutar pela transformação das condições de vida e trabalho (condições sociais, econômicas, políticas e

culturais), pela igualdade das possibilidades reais de cada cidadão, como saúde, educação, moradia e trabalho, uma luta pelo aprofundamento e extensão da democracia em todas as áreas da vida (IANNI, 2004).

## 1.2 ABORDAGEM METODOLÓGICA

No espaço social habitado, permeado de relações sociais manipuladas pelo sistema capitalista, onde “o ser social se produz na forma do capital”<sup>32</sup>, nossa vida é determinada pelo mercado. No capitalismo, para conseguirmos as condições materiais mínimas para manutenção da nossa vida é necessário passar pelo mercado, isto é, precisamos vender nossa força de trabalho (mercadoria), para então comprar (trocar por) nossos meios de subsistência (mercadoria). Como no sistema capitalista os valores de uso se transformam em mercadoria e assim tornam-se valor de troca, o espaço habitado é então mercadoria de grande interesse capitalista a fim de obter lucro capital, continuando e aumentando a esfera de circulação com as especulações imobiliárias, crescendo a quantidade de edifícios comerciais, consumindo (explorando) força de trabalho e aumentando seu lucro. Por sua vez o ser humano vai perdendo seu espaço de convívio social público, pois o mesmo torna-se mercadoria (propriedade privada)<sup>33</sup>. Permanece então a contradição do capital presente na realidade da desigualdade social, pois nem todos possuem a mesma condição de acesso aos bens materiais.

Para compreender essas questões sociais, esta realidade social (na sua essência), escondida na sua aparente realidade (como se manifestam), isto é, um problema político e econômico, é fundamental haver articulações com as disciplinas das Ciências Humanas e Sociais.

Neste contexto histórico, a Educação Física também está presente. De acordo com o ponto de vista dos pesquisadores, os quais também são atores sociais da história, dos acontecimentos da sociedade, a pesquisa pode ser considerada como uma atividade política à serviço da reprodução, manutenção da ordem ou como transformação social em que o pesquisador está inserido (MEKSENAS, 2002). Por isto a produção do conhecimento deve ir

---

<sup>32</sup> Anotação de aula da disciplina Capital, Trabalho e educação, ministrada pelo Prof. Paulo Tumolo (semestre 2 de 2007).

<sup>33</sup> Segundo anotações da Disciplina referida acima, propriedade privada significa privar, impedir o outro de ter o mesmo.

ao encontro com as necessidades sociais e públicas, tendo, então, relevância acadêmica e social. Uma das características da Pesquisa Social é a identidade entre sujeito e objeto da investigação, onde os seres humanos investigados são diferentes por razões culturais, de classe, faixa etária, ou outro motivo, com substrato comum (MINAYO, 2004). Na investigação social “a visão de mundo do pesquisador e dos atores sociais estão implicadas em todo processo de conhecimento, desde a concepção do objeto até o resultado do trabalho” (idem *ibidem*, p.21).

Segundo Silva (2003), o objeto de pesquisa não deve ser tratado como uma coisa e nem se impõe ao sujeito, mas sim construído durante o processo de análise. A relação sujeito-objeto, de acordo com este autor, pode ser tratada como uma relação de troca, de aproximação e distanciamento, compreendendo que os sujeitos da pesquisa constroem “uma realidade, a história da vida cotidiana” (p.58). Ambos (investigador e investigados) fazem parte do curso da história. Compreende-se sujeito do conhecimento o sujeito que “pensa, cria e recria, produz e reproduz a vida e a natureza, o conhecimento, a cultura, o trabalho, o lazer” (SILVA, 2003, p.59). Assim tem-se uma relação dialética entre sujeito e objeto, onde em certos momentos o pesquisador é sujeito (quando pergunta) e o pesquisado objeto (escuta o pesquisador); ou o pesquisador torna-se objeto (escuta os investigados) e o pesquisado sujeito (fala, responde ao pesquisador).

Neste sentido, o método de pesquisa percorre um caminho em direção a algo, sendo que esta trilha a ser percorrida pode ser construída durante o processo de investigação, isto é, não precisa ser um “caminho rigidamente construído” a priori, mas sim precisa de constante vigilância epistemológica (SILVA, 2003).

Estes pressupostos, possibilidades de estudos, são, no entanto, de natureza qualitativa, buscando refletir sobre as diferentes posições de abordagem da realidade, assim como os momentos do desenvolvimento e da dinâmica social (Idem, *Ibidem*). A apreensão do real deve fazer parte da prática científica, o senso comum também deve ser considerado, no sentido de que este “produz o cotidiano, produz luta, cultura, política e história” (SILVA, 2003, p.61). Trata-se, no entanto, de uma Pesquisa Social, de natureza qualitativa com característica descritiva, que corresponde à descrição de uma determinada realidade, população, fenômeno ou relação social investigada (GIL, 1994; MEKSENAS, 2002; TRIVIÑOS, 1987).

Segundo Neto (1994), uma realidade empírica de estudo, que parte dos pressupostos teóricos fundamentando o objeto de pesquisa, é representada por um determinado campo de pesquisa (um recorte espacial) que convivem numa interação social. Segundo o autor, os

grupos sociais “são sujeitos de uma determinada história a ser investigada, sendo necessária uma construção teórica para transformá-los em objetos de estudo. Partindo da construção teórica do objeto de estudo, o campo torna-se um palco de manifestações de intersubjetividades e interações entre pesquisador e grupos estudados, propiciando a criação de novos conhecimentos” (p.54).

Para abordagem da realidade investigativa desta pesquisa, no que confere ao problema dos espaços/equipamentos públicos segundo a visão dos jovens da cidade de Florianópolis, é fundamental iniciar pela fase exploratória, o pré-campo. Este momento consiste em um maior envolvimento, uma aproximação ao problema de estudo, possibilitando ao pesquisador encontrar elementos necessários para a compreensão e interpretação do problema, bem como obter contato com determinada população (SILVA, 2003; TRIVIÑOS, 1987; NETO, 1994). Sendo assim, pretendo me aproximar da população jovem ou grupos de jovens, buscando compreender sua vida cotidiana, no que diz respeito às categorias trabalho, tempo livre, lazer e espaço urbano. Também com o intuito de levantarmos em conjunto (pesquisador e jovens) os problemas e demandas existentes (emergidas da realidade), para então nos inserirmos no campo propriamente dito, tendo, constantemente, o cuidado teórico-metodológico com o problema, com a temática a ser estudada (idem, ibidem).

Para este segundo momento da pesquisa, inspirei-me em alguns pressupostos da pesquisa de natureza participante, visando com isso emprestar à pesquisa de campo um caráter, em certa medida, “interventivo”.

A pesquisa de natureza participante caracteriza-se pela interação, participação real entre pesquisador e os sujeitos da pesquisa (comunidade ou grupo), tendo como objetivo inicial a compreensão da importância da investigação por parte dos sujeitos, do grupo envolvido na pesquisa (GIL, 1994; MARCONI e LAKATOS, 2007). Considerando para este estudo a finalidade de obter informações dos membros envolvidos na pesquisa a partir da perspectiva e pontos de vista deles (CHIZZOTTI, 1991), com intuito de atingir o objetivo deste estudo, pois as condições reais deste estudo acadêmico, o qual envolve limite de tempo para a realização e conclusão do mestrado, dificulta uma pesquisa de caráter efetivamente interventivo à realidade estudada buscando levantar soluções e propostas de ações, reivindicações, mobilizações, tal como os pressupostos da pesquisa-ação (THOLLENT, 1986). Este momento, então, é uma preparação para uma futura intervenção, na realidade estudada, inspirada na pesquisa-ação<sup>34</sup>.

---

<sup>34</sup> Quando busca-se enfatizar a resolução de problemas, a pesquisa-ação volta-se a um objetivo “instrumental”, tendo um propósito limitado em resolver um problema prático de ordem técnica concebida em seu contexto

Como já me referi anteriormente, a inspiração na pesquisa de natureza participante articulada como propósito do problema de pesquisa em questão, visa, a partir dos próprios jovens, buscar elementos, idéias, representações acerca da problemática “espaços/equipamentos para o lazer na cidade de Florianópolis”. Esses argumentos pretendem considerar as demandas sociais, culturais, políticas e pedagógicas, a cerca da problemática dos espaços/equipamentos para o lazer, cujas idéias concretas advindas dos próprios jovens, poderão influenciar na construção de políticas públicas urbanas e urbanísticas para esses sujeitos.

O processo de investigação deste estudo, que é caracterizado como Pesquisa Social, no âmbito das Ciências Sociais, está relacionado ao conhecimento com base na realidade social, que segundo Silva (2003, p.81) deve ser “orientada por fecunda relação entre teoria, observação e interpretação”. Dessa forma são necessárias algumas técnicas de coleta e registro para a abordagem da realidade durante a inserção investigativa. Sendo assim foram utilizados os seguintes procedimentos (técnicas) – observação, entrevista, fotografia, filmagem e gravação – fundamentais para a fase exploratória (pré-campo), com o intuito da aproximação e estabelecer diálogos com os sujeitos (SILVA, 2003) para a fase posterior da pesquisa, a inserção no campo propriamente dito, no qual foram utilizados os mesmos procedimentos conforme a intervenção se encaminhava (mais adiante segue a breve descrição dos momentos da pesquisa de campo), sendo necessário, em certo momento, ser utilizado o questionário aberto.

A observação pode ser considerada como observação semidirigida, partindo de um conjunto de aspectos a serem observados conforme as questões de pesquisa do estudo, visando obter informações sobre a realidade abordada (TRIVIÑOS, 2001; NETO, 1994). Esta técnica permite obter variadas situações que na entrevista podem não aparecer (Idem, ibidem), sendo, o que se torna importante é “o que se observa com método” (SILVA, 2003, p.84). De acordo com o autor, a observação, quando realizada de modo rigoroso e sensível, é um treino para os olhos do pesquisador social. Deve-se ter cuidado com as idéias preestabelecidas, cuidando com o olhar dirigido aos fatos que “confirmam as suas concepções forjadas *a priori*” (p.84, grifo do autor). Segundo o autor, há três operações intelectuais englobadas e

---

sócio-cultural de geração e uso. Na situação em que se visa a tomada de consciência dos sujeitos implicados na atividade investigativa, busca não apenas resolver um problema imediato, mas sim desenvolver a consciência da coletividade nos planos político ou cultural com relação aos problemas importantes enfrentados. Quando o objetivo da pesquisa-ação está voltado à produção de conhecimento significa que ir além de ser útil apenas para o coletivo da investigação local, compreende um conhecimento a ser cortejado com outros estudos e podendo haver generalizações em estudos de problemas sociológicos, educacionais ou outros, de maior alcance (THIOLLENT, 1986).

importantes para conduzir o processo de observação: acumulação dos dados brutos (a análise dependerá do conhecimento objetivo dos fenômenos estudados); identificação e seleção, na massa dos dados, dos fatos que possuem significação determinável na produção dos fenômenos estudados; e operações que determinam “as instâncias empíricas relevantes para a reconstrução e explanação dos fenômenos, nas condições em que foram considerados” (Fernandes apud SILVA 2003.p.84). Por meio da observação o pesquisador pode encontrar pessoas que podem ser fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa, vindo a indicar possíveis pessoas a serem entrevistadas, contatos e horários para reuniões, atividades a serem observadas, gerenciando outros focos que venham a contribuir com o estudo (TRIVIÑOS, 2001).

As entrevistas correspondem a um conjunto de perguntas relacionadas ao problema de pesquisa buscando obter informações na fala dos atores sociais (NETO, 1994; TRIVIÑOS, 2001). Segundo Triviños (2001), a entrevista semi-estruturada corresponde à técnica onde o investigador segue o caminho traçado no roteiro da entrevista, podendo enriquecer com novas perguntas (perguntas esclarecedoras) conforme a necessidade que venha a surgir durante a entrevista, que toma forma de um diálogo entre entrevistado e pesquisador, com propósitos bem definidos (NETO, 1994). Segundo este autor, ela pode ser realizada de forma individual e/ou coletiva. No processo de análise dos dados obtidos por meio dessas técnicas, deve-se procurar relacionar (fundir) a entrevista à observação para compreender o não dito, a exemplo da experiência de Silva (2003, p.92): “as pausas, os silêncios, as caretas, as expressões ocultas e manifestas do corpo, as gestualidades diversas”.

O questionário constituiu-se de uma série de perguntas ordenadas respondidas por escrito, sem a presença do pesquisador (MARCONI e LAKATOS, 2007), mas neste estudo estive presente durante este momento, no qual foi observado o sujeito da pesquisa e sanadas as dúvidas destes em relação às perguntas. As perguntas realizadas foram de caráter aberto, de modo que os sujeitos respondem livremente, com sua própria linguagem, emitindo suas opiniões.

A fotografia pode assumir o caráter de documentação visual que se realiza no trabalho de campo, “constituindo-se numa referência e num dos modos de apreender a realidade” (SILVA, 2003, p.88). Segundo Neto (1994) esta forma de recurso para o registro das informações obtidas no campo pode ampliar o conhecimento do estudo proporcionando a documentação dos momentos que ilustram o cotidiano vivenciado. Buscar valorizar “a imagem como texto polissêmico diante do predomínio das fontes escritas e documentais tradicionais” (SILVA, 2003, P.88). É importante também a imaginação sociológica,

compreendendo a perspectiva da reflexão crítica sobre as problemáticas sociais (Idem, *ibidem*).

A gravação e a filmagem podem ser utilizadas durante a inserção no campo para momentos de observação e entrevista, possibilitando o registro de informações importantes para a pesquisa, que tomam forma de documentos de consulta aos informantes e ao pesquisador (TRIVIÑOS, 2001). Este autor salienta a importância de gravar a entrevista, com a devida permissão das pessoas, tanto para o entrevistado que pode ouvir sua resposta e acrescentar informações que considere pertinente, quanto ao pesquisador que poderá transcrever a entrevista permitindo assim uma melhor exploração do material durante o processo de análise e de interpretação do conteúdo. A filmagem também pode ser utilizada para o registro de entrevistas, bem como pode assumir o caráter de registro visual, assumindo, assim como na fotografia, o papel de complementação das informações obtidas no campo (MEKSENAS, 2002; NETO, 1994).

O diário de campo é imprescindível para o registro das observações do pesquisador durante a inserção no campo em qualquer momento (MEKSENAS, 2002; NETO, 1994). De acordo com Neto (1994), neste diário podem ser registrados os sentimentos do pesquisador (percepções, angústias), questionamentos e informações não obtidas por meio de outras técnicas. Nele estarão contidos os detalhes que poderão somar-se aos demais momentos da pesquisa e contribuir na análise e interpretação das informações obtidas.

A inserção no pré-campo possibilitou o levantamento de diversas informações para a inserção no campo propriamente dito, que também resultou em informações, a priori das questões levantadas na pesquisa. Essas informações foram analisadas pelo processo de análise do conteúdo. Segundo Laville e Dione (1999), este procedimento coloca-se como o mais adequado para os dados que ganham forma de discurso, tais como os textos extraídos de documentos e respostas obtidas em questionários com perguntas abertas ou entrevistas. Este processo, segundo Bardin (1979), compreende as diferentes fases, a saber: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados (inferência e interpretação). De acordo com este autor a pré-análise compreende a sistematização das “idéias iniciais, de maneira a conduzir a um esquema preciso do desenvolvimento das operações sucessivas, num plano de análise” (p.95). Corresponde à fase preparatória, onde o material recolhido no campo é explorado para que o pesquisador possa se interar dos elementos e passar para a análise propriamente dita (LAVILLE e DIONNE, 1999). É o momento, no entanto, de estabelecer a compreensão das informações obtidas (recorte e a reestruturação dos conteúdos) para rever, confirmar ou não, os pressupostos da pesquisa (problema de pesquisa) tentando responder às

questões formuladas (pergunta de partida e questões de pesquisa) e os objetivos, articulando com o contexto cultural a que pertence (MINAYO, 1994).

Feito isso, seguimos com Bardin (1979, p.100) para determinar, a partir da pré-análise, as seguintes operações: “recorte do texto em unidades comparáveis de categorização para análise temática e de modalidade de codificação para o registro dos dados”. A categorização (organização dos dados brutos) compreende a classificação de elementos em categorias, pelo processo de diferenciação dos elementos (isolando-os) e em seguida reagrupá-los conforme a analogia e critérios definidos previamente. Os critérios podem ser de caráter semântico (categorias temáticas), sintático (verbos, adjetivos), léxico (classificação das palavras pelo seu sentido) e expressivo. Esse agrupamento de elementos segundo os caracteres comuns existentes entre eles sob um título genérico, são as categorias. A codificação dos dados compreende a transformação sistemática dos dados brutos que serão agrupados em unidades, permitindo assim uma representação do conteúdo para esclarecimento das características do texto (análise quantitativa e categorial).

O recorte dos conteúdos é, segundo Laville e Dionne (1999), a primeira tarefa do pesquisador. De acordo com estes autores, esta tarefa consiste no recorte de conteúdos em elementos, para em seguida serem ordenados em categorias a fim de constituírem as unidades de análise, chamadas também de unidades de classificação ou de registro. O recorte do conteúdo pode ser realizado, de acordo com os autores acima, de forma simples por meio das estruturas sintáticas que são delimitadas, isto é, correspondem a palavras, expressões ou frase; ou em temas, que leva a uma aproximação mais rica do pesquisador ao sentido do conteúdo, isto é, constroem-se as unidades de análise por meio da compreensão do conteúdo.

Neste sentido, para dar conta da definição das categorias analíticas (*a priori* e *a posteriori*), buscamos fundamentação em Laville e Dionne (1999), os quais apresentam três modelos de definição, a saber: **aberto, fechado e misto**. No modelo aberto as categorias inicialmente não são fixas, mas vão ganhando forma no decorrer do processo de análise. No modelo fechado as categorias são decididas pelo pesquisador, *a priori*, com base no ponto de vista teórico, submetendo-o à prova da realidade. Já o modelo misto serve-se dos dois modelos, onde são selecionadas as categorias no início (*a priori*), podendo ser modificadas conforme o andamento da análise.

No entanto, para este estudo, foi utilizado o modelo misto, onde as categorias, segundo os autores, são definidas, *a priori*, fundamentadas nos conhecimentos teóricos e no quadro “operatório”, pois assim é possível considerar todos os elementos significativos, “mesmo que isso obrigue a ampliar o campo das categorias, a modificar uma ou outra, a

eliminá-las, aperfeiçoar ou precisar as rubricas” (p.222) por meio de revisões críticas. A primeira etapa deste procedimento é semelhante ao modelo fechado, mas assemelha-se mais ao modelo aberto na continuação desse processo (idem). Após a elaboração das categorias analíticas e recortes dos conteúdos em unidades, a categorização dos elementos desses conteúdos deve ser definida, para então partir para a análise e interpretação do *corpus* dos dados estruturados, respeitando os objetivos perseguidos e decidir por modos de operacionalização deste procedimento final. O momento da análise de conteúdo, portanto, não se trata de um método rígido, com etapas rigidamente construídas a serem seguidas, mas sim compreende um “conjunto de vias possíveis”.

Determinada esta fase inicial do processo investigativo de busca e definição dos elementos teóricos-metodológicos da pesquisa, o momento de inserção no pré-campo consistiu, *a priori*, nos seguintes eventos denominados para fins deste estudo de Fórum-Campo<sup>35</sup>:

- Fórum-campo 01: Fórum Social da Juventude do Mercosul (FSJM);
- Fórum-campo 02: Fórum Social da Juventude (FSJ).

O Fórum Social da Juventude é um evento organizado pelo Comitê Executivo\Gestor de SC; Conselho Político e Parlamentar; Conselho Nacional de Entidades de Apoio ao FSJ; Conselho Internacional de Apoio ao FSJ; Comitês Estaduais de Mobilização e Divulgação do FSJ com objetivo de “mobilizar os estudantes, jovens, movimentos sociais, acadêmicos, movimentos sindicais e ONGs de SC, da região Sul (RS, PR e SC), do Brasil, países do Mercosul e regiões do planeta, para integrar as pessoas participantes, permitir que possam voltar a sonhar e construir Um Outro Mundo Possível” (FSJ, 2007). O primeiro evento (FSJM) ocorreu entre os dias 01 e 04 de novembro de 2007 em Florianópolis/SC, com o tema “Um Outro Mundo é Possível!”. Sua segunda edição, denominada apenas de Fórum Social da Juventude, mas de âmbito internacional, ocorreu entre os dias 18 e 20 de abril de 2008, também em Florianópolis, tendo como eixos de discussão educação e cidadania, integração cultural planetária e meio ambiente e mudanças globais.

Como um campo de investigação exploratória, nossa intenção no Fórum –campo 01 foi de buscar a compreensão dos jovens participantes no evento sobre as categorias juventude, lazer e espaço de lazer, o que ocorreu por meio de entrevistas filmadas, fotografias, gravação, observação e diário de campo. Esta primeira inserção de um pré-campo, além de possibilitar

---

<sup>35</sup> A exemplo dos eventos-campos realizados por Silva (2000) em sua tese de doutorado.

uma aproximação com o problema de estudo, serviu também como um campo de aprendizagem para observação, contato com determinados jovens e autoridades que venham a contribuir com o estudo. Devido a alguns contratemplos que ocorreram durante o evento, como troca de local onde seria realizado, devido às fortes chuvas que ocorreram neste período, houve atrasos nas palestras, não comparecimento de alguns palestrantes, bem como pouca participação de jovens e cancelamento das atividades culturais. A maior parte dos jovens que estiveram presentes no evento representavam grupos de jovens partidários, de projetos municipais e/ou estaduais e ONGs. Poucos eram os jovens escolares da cidade de Florianópolis, principalmente da região norte onde ocorreu o evento, os que estavam presentes não tiveram oportunidade de participar das atividades, pois estavam auxiliando a organização.

A partir dos elementos e experiência obtidos no Fórum-campo 01, trilhou-se o segundo Fórum-campo com o intuito de ampliar as possibilidades de categorias investigativas emergentes a partir da compreensão dos participantes no evento (ouvintes e palestrantes brasileiros e da América Latina em geral), sobre as categorias juventude, lazer, tempo livre, trabalho e espaço de lazer. A busca desses elementos para o processo investigativo deu-se por meios de entrevistas gravadas, fotografias, observação e diário de campo. Este evento, no entanto, teve boa participação na primeira tarde de palestra, onde alguns participantes ficaram instigados com a baixa participação de jovens, pois estavam presentes apenas alguns representantes de secretarias e departamentos da juventude municipal e estadual (Sergipe, Curitiba, Piauí, Pará) e um representante da UNE, um grupo de estudantes de uma escola do Rio de Janeiro e representantes de projeto com jovens de São Paulo. No encontro seguinte o evento foi “boicotado”, comparecendo apenas os participantes hospedados no local do evento, sendo então cancelado pela manhã e retornando no período da tarde, onde também teve baixa participação. Devido a isto o evento foi encerrado um dia antes do período proposto. O evento também não contou com a participação de palestrantes estrangeiros como estava programado.

O contato com os participantes ocorreu somente quando compareciam ao local para as palestras, pois a hospedagem não se concentrou em um único local. Estes contratemplos dificultaram a inserção no campo, as entrevistas, pois todos se encontravam no momento da palestra, possibilitando apenas o contato momentâneo com os participantes, a presença dos palestrantes apenas durante o momento da palestra também dificultou um envolvimento com os mesmos. A indignação de grande parte dos ouvintes com o evento também dificultou uma melhor aproximação com estes. Foi possível, no entanto, aproveitar algumas discussões durante as palestras, principalmente nos momentos de debate, referente a questões

relacionadas à juventude, tais como participação na sociedade, definição do termo e caracterização da juventude de algumas cidades do país.

Seguindo ao processo de análise e construção das categorias analíticas, partindo das categorias teóricas (Espaço urbano, Juventude e Lazer) que fundamentaram a inserção no pré-campo e a análise das informações obtidas no mesmo, surgiram inicialmente as seguintes categorias empíricas: Cultura Juvenil, Desejos/Expectativas, Juventude, Tempos da Juventude, Espaços para lazer e cultura juvenil.

O intuito da inserção, reflexões e categorias iniciais emergidas destes campos exploratórios foi de contribuir com os próximos passos da pesquisa a serem percorridos durante o campo específico. Esta trajetória inicial da pesquisa forneceu alguns elementos e momentos de reflexão necessários para guiar os rumos desta investigação, a fim de compreender a realidade que veio a ser investigada, isto é, buscou-se conhecimento sobre a temática espaço e equipamentos urbanos para o lazer juvenil em Florianópolis, que devido às limitações reais de tempo, foi delimitada pelos seguintes bairros: Ingleses e comunidade Monte Serrat e Alto da Caieira, do Maciço Central de Florianópolis.

A opção por esta delimitação, e escolha destes deu-se pelo propósito de ser o bairro de Ingleses um local que, além de ser próximo a área de minha residência, é uma região que vem sofrendo com a especulação imobiliária, especialmente com o surgimento de grandes empreendimentos imobiliários de iniciativa privada, como o polêmico caso do empreendimento “Costão Golf” sobre o Sistema Aquífero de Ingleses, enquanto que a população fica à espera de benefícios que não chegam e a juventude (na realidade a comunidade em si) tem limitados espaços para o lazer, como a praia. Já a opção pelas comunidades do Maciço Central de Florianópolis ocorreu após o contato com a escola localizada entre Monte Serrat e Alto da Caieira, que atende crianças e jovens das comunidades próximas a Monte Serrat, como o Alto da Caieira onde estão ocorrendo as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), comunidades carentes de espaços/equipamentos para o lazer, segundo relato do diretor da escola, professor de educação física e funcionário.

O contato com os jovens ocorreu através da escola, por ser um local em que os jovens encontram-se reunidos, sendo em certo ponto um facilitador para a realização do estudo. Foi selecionada, no entanto, uma escola em Ingleses e a escola de Monte Serrat. O recorte do problema de estudo inclui “indiferentes classes sociais”. Prevendo, no entanto, a delimitação do estudo em duas classes sociais, a escola de Ingleses é uma escola particular que atende alunos de classe média a alta, residentes em Ingleses e redondezas (Rio Vermelho,

Santinho), já a escola de Monte Serrat apresenta outra realidade, com alunos de classe média a baixa. Devido à limitação de tempo para realização desta pesquisa, delimitou-se o contato com os jovens que cursam a oitava série do ensino fundamental de ambas as escolas, uma vez que a escola de Monte Serrat oferece ensino básico até esta fase.

Durante a inserção no campo, acima descrito, à luz da inspiração na pesquisa participante, foi possível perceber algumas diferenças, não apenas com relação à questão de classe, mas já de início o acolhimento, a recepção da comunidade escolar com minha presença na escola, o que em certo momento contribuiu com os objetivos da pesquisa, mas que tornou-se também, em certo momento, um elemento dificultador.

Sendo o caso, em especial, da escola particular em Ingleses, onde inicialmente, em contato com a responsável pelo estabelecimento, fui bem recebida, que por sinal achou interessante o tema do estudo, quando combinamos os momentos em que eu poderia estar conversando com os alunos. Foi então delimitada uma das aulas da semana, não as aulas de Educação Física, pois segundo ela, os alunos não gostariam de perder esta aula e também estavam em fase de ensaio para o desfile de sete de setembro, motivo, pelo qual não foi possível tirar os alunos de sala, pois não havia espaço na escola. A pesquisa, no decorrer deste tempo, estava caminhando bem, e os alunos mostravam interesse pela problemática, alguns deles preocupados com a situação do bairro não ter um espaço público para o lazer, além da praia, com algumas observações quanto às pessoas que utilizariam o ambiente (classe pobre, marginais). Outros, no entanto, mesmo conhecendo e sabendo dessa importância, pareciam estar satisfeitos com o espaço deles para o lazer. Essas questões serão aprofundadas no capítulo seguinte.

Contudo, tive que apressar a fase final da pesquisa, por conta de que eu não poderia mais estar tomando o tempo das aulas para tal intuito, pois na visão da diretora, eu já tinha tido tempo para concluir a pesquisa. Foi aonde a pesquisa pode ter perdido um pouco, pois como as questões são complexas, exigem tempo para contemplá-las, por meio de reflexões por parte dos sujeitos e do pesquisador e neste momento tive de optar pelo questionário com perguntas abertas.

Já na escola em Monte Serrat fui bem recebida pela comunidade escolar, os quais acharam muito importante o tema da pesquisa para a comunidade, devido à escassez de espaços de lazer para a mesma, fato que sentem ao ter o espaço da escola sendo utilizado por ela como ginásio, o qual encontra-se em condições “precárias”, por falta de manutenção e, que, segundo o diretor, professor de Educação Física, e outros funcionários da escola, não adianta fechar o espaço pois a comunidade “arrombaria” para utilizá-lo.

Neste estabelecimento (escola pública) tive mais liberdade para a inserção da pesquisa. Foi acordado que teria as aulas de Educação Física para intervir. Os alunos é que não gostaram muito de perder aquele tempo, aquela aula. Às vezes, mais pro final da inserção, me questionavam: “porque você não vem nas aulas de matemática!?”. Os alunos com que convivi, neste curto período de tempo, também acharam muito conveniente a problemática, muitas vezes ficavam surpresos com algumas questões que lhes eram apresentadas, como por exemplo, o projeto da Prefeitura Municipal de Florianópolis (Clube Social), que prevê seis desses espaços distribuídos pelo Maciço Central de Florianópolis, sendo um deles ao lado da escola e outro no campinho utilizado pela comunidade do Alto da Caieira. Eles não tinham conhecimento, poucas conversas com a comunidade, mas não sabiam ao certo se era sobre este espaço, e nem haviam sido chamados a participar de tal reunião. Com eles foi possível fazer uma saída da escola a fim de contribuir com a pesquisa. Mesmo, às vezes, eles não estando interessados em conversar, momento este que era respeitado. No dia em que fomos até o Mirante (Morro da Cruz), mesmo não tendo atingido por completo o objetivo daquela intervenção, foi um dos momentos em que senti, ainda que pequena, uma amizade entre nós e, foi possível conversar com todos em um só momento, e pensou-se como, o que nós, eles, a comunidade, poderia intervir na questão do espaço de lazer, questionar o espaço que estava sendo pensado para a comunidade, apresentar uma proposta ao órgão responsável (IPUF, a princípio) pelos projetos da cidade. Foi quando combinamos fazer um esboço do que eles gostariam de ter para o lazer na comunidade, o qual será explicitado mais adiante, no próximo capítulo.

Como comentei acima, no decorrer da pesquisa, nas aulas de Educação Física, como numa primeira tentativa, houve pouca participação em falas por parte dos alunos (poucos se expressavam). Curiosamente alguns mal se mexiam, permanecendo com um olhar parado. Não insistindo muito com eles, pois imaginava que estivessem “loucos” para ir ao ginásio, finalizei esse início da pesquisa e fomos para o espaço da aula. Foi quando argumentei com o professor que achei que eles não “participaram” por terem ficado “chateados” comigo por mantê-los na sala naquele momento, mas o professor me deixou um pouco mais tranqüila falando que esse é o jeito deles mesmo, que são sempre os mesmos que pedem para falar. Então sugeri a ele que eu interviesse em grupos, aonde pudesse obter a opinião de “todos”, não “impedindo” de irem participar da aula. Os grupos que ficavam para o diálogo eram “voluntários”, isto é, deixamos eles escolherem o momento para isso, até um dia percebi haver um grupo de meninos esperando que eu terminasse a conversa com outro grupo para que eles pudessem contribuir. Outros momentos também foram importantes para a pesquisa,

de modo que pudemos nos conhecer melhor, e por meio da conversa informal obter mais informações deles, e de maneira, acredito, que mais descontraída, pois neste momento não havia um gravador guardando nossas conversas.

No caminhar desta inserção no campo as primeiras incursões já trouxeram algumas “evidências empíricas” para iniciar o debate, aonde, os jovens de ambas as escolas, de classes sociais diferentes, de situação de vida diferente, sentem a falta de espaço público para lazer, mesmo os jovens da escola particular de Ingleses possuindo condições econômicas para acesso aos lazeres pagos. Já os jovens da escola de Monte Serrat têm espaço limitado para o lazer. O ginásio da escola, que se encontra em estado precário de banheiro, equipamentos e ginásio depredado, pois segundo eles, este espaço é utilizado pela comunidade, que não tem preocupação em cuidar do espaço. Possuem ainda o “campo da caixa” (comunidade Monte Serrat), e o campinho do Alto da Caieira (atualmente comprometido com as obras do PAC). Estes jovens também reclamam da discriminação que sofrem por serem negros e moradores do morro, dificultando o momento de diversão entre amigos no centro de Florianópolis, bem como se torna uma barreira na tentativa de um emprego.

Diante das investigações que ocorreram no pré-campo, surgiram algumas categorias de análise, apresentadas nos quadros a seguir, auxiliando na inserção ao campo propriamente dito e de cujo processo foi construído a estrutura da investigação que segue nos próximos capítulos.

## **EIXOS TEMÁTICOS DE ANÁLISE**

### **FÓRUM-CAMPO 01**

<b>CULTURA JUVENIL</b>		
<b>JUVENTUDE</b>	<b>TEMPO LIVRE/LAZER</b>	<b>ESPAÇO DE LAZER</b>

<b>CULTURA JUVENIL</b>		
		<b>(equipamento)</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Amizade</li> <li>- Aproveitar a vida</li> <li>- Capacidade/vontade de mudança, de transformação</li> <li>- Curtição</li> <li>- Curtir a vida enquanto pode/ o máximo</li> <li>- Disposição para a vida</li> <li>- Dúvida</li> <li>- Energia, disposição</li> <li>- Escolha de profissão</li> <li>- Estado de transição</li> <li>- Fase de preparação para o futuro</li> <li>- Folia</li> <li>- Formação de opinião</li> <li>- Gostar de estudar</li> <li>- Idade para prática de esportes</li> <li>- Liberdade</li> <li>- Mais que uma fase de transição da vida</li> <li>- Percepção de aprendizagem</li> <li>- Prática, atitude na vida</li> <li>- Rebeldia</li> <li>- Responsabilidade/ postura de responsabilidade</li> <li>- Saúde</li> <li>- Ter ideal</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ajudar em casa</li> <li>- Assistir TV, filme</li> <li>- Aventura/ trilha</li> <li>- Balada, festa</li> <li>- Banho de mar</li> <li>- Beber</li> <li>- Busca de conhecimento e passar para outros</li> <li>- Capoeira/ Maracatu</li> <li>- Criar/ ouvir música</li> <li>- Cultura</li> <li>- Dançar</li> <li>- Dar um role, vadiar com os amigos</li> <li>- Depende das tribos</li> <li>- Descarregar energias</li> <li>- Dever do Estado</li> <li>- Direito básico para o ser humano</li> <li>- Educacional/ projeto</li> <li>- Em grupos</li> <li>- Esporte (futebol, vôlei, judô)</li> <li>- Estar com amigos/família</li> <li>- Estudo</li> <li>- Exercício</li> <li>- Faltam opções para a juventude (aspecto cultural)</li> <li>- Fazer nada</li> <li>- Gastar dinheiro</li> <li>- Gostar/ o que te faz feliz</li> <li>- Grafite</li> <li>- Internet</li> <li>- Leitura</li> <li>- Livre</li> <li>- Ócio</li> <li>- Periferia sem direito assistido</li> <li>- Rir, conversar</li> <li>- Se sentir a vontade</li> <li>- Surf</li> <li>- Trabalho de casa</li> <li>- Trabalho escolar</li> <li>- Última opção para quem trabalha</li> <li>- Viagem</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Academia</li> <li>- Alternativo (pistas, bar)</li> <li>- Ambiente livre não valorizado</li> <li>- Artificial (shoppings, construções, concretos)</li> <li>- Bar</li> <li>- Beira-mar de São José</li> <li>- Campinho de futebol</li> <li>- Casa/ casa de amigos/ muro da casa</li> <li>- Centralizados</li> <li>- Cinema</li> <li>- Computador</li> <li>- Escola (projetos)</li> <li>- Espaço público com regras, número determinado de pessoas para atender (projeto)</li> <li>- Específicos</li> <li>- Falta segurança</li> <li>- Individualidade (falta convívio social)</li> <li>- Não democráticos</li> <li>- Para elite, opressão de conduta (modo de agir)</li> <li>- Para estacionamento</li> <li>- Praça, parque</li> <li>- Praia</li> <li>- Quadra</li> <li>- Repressão</li> <li>- Sem equipamentos</li> <li>- Sem espaço público (pensado para moradia, voltado para turista)</li> <li>- Teatro</li> <li>- TV, vídeo-game</li> </ul>

<b>UNIDADES TEMÁTICAS: DESEJOS/ EXPECTATIVAS</b>	
<b>JUVENTUDE</b>	<b>ESPAÇO DE LAZER</b>

<b>UNIDADES TEMÁTICAS: DESEJOS/ EXPECTATIVAS</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Conquistar seu espaço</li> <li>- Fazer valer seus direitos</li> <li>- Fortalecer a democracia</li> <li>- Ser ouvida</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Adequado para movimento cultural (Hip-Hop)</li> <li>- Apropriados a suas vontades</li> <li>- Cultural/ teatro na comunidade</li> <li>- Esporte/ esporte de treinamento</li> <li>- Fechado</li> <li>- Grande e para todos</li> <li>- Identificado com o povo</li> <li>- Iluminação adequada</li> <li>- Liberar energia negativa</li> <li>- Para deficientes</li> <li>- Para expressar o que sentem</li> <li>- Para se sentir bem, a vontade, fazer o que gosta</li> <li>- Para sentar, discutir, conversar, passear</li> <li>- Pichação</li> <li>- Programação, preço e acessível</li> <li>- Público</li> <li>- Segurança</li> <li>- Sem intervenção, sem proibição</li> <li>- Valorização dos poucos espaços</li> </ul>

## EIXOS TEMÁTICOS DE ANÁLISE

### FÓRUM-CAMPO 02

<b>JUVENTUDE</b>			
<b>JOVEM</b>	<b>ADOLESCENTE</b>	<b>CARACTERÍSTICA</b>	<b>JUVENTUDE HOJE</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Faixa etária 15 a 29 anos</li> <li>- Jovem adolescente</li> <li>- Jovem adulto</li> <li>- Vai além de faixa etária</li> <li>- Não são nem tão jovens de acordo com a: maturidade, experiência de vida, responsabilidades</li> <li>- Com filhos</li> <li>- Definição complexa</li> <li>- Fase de definição/ do que quer para a vida</li> <li>- Pouca maturidade para vida adulta</li> <li>- Não é adolescente</li> <li>- Não é adulto</li> <li>- Conhecimento dos prazeres da vida</li> <li>- Sem responsabilidade de adulto</li> <li>- Aprende a conquistar espaço na sociedade</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Um tipo de juventude</li> <li>- Jovem adolescente: faixa etária determinada pelo ECA</li> <li>- Saindo da infância</li> <li>- Ganhando características próprias da juventude</li> <li>- Início da juventude</li> <li>- Deixa de ser criança</li> <li>- Mudança física, mais hormonal</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Diversificada, multiperfil</li> <li>- Homossexuais</li> <li>- Quilombolas</li> <li>- Mulheres</li> <li>- Mães de família</li> <li>- Classe alta</li> <li>- Da periferia</li> <li>- Do hiphop</li> <li>- Do rock</li> <li>- Buscam direitos</li> <li>- Necessidade de política pública, necessidade de oportunidades a todos por igual</li> <li>- Desempregados</li> <li>- Grupos de religião</li> <li>- Grupos de dança gaúcha</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Perdição</li> <li>- Bitolada</li> <li>- Recebe tudo pronto, mastigado, certinho</li> <li>- Não tem opinião</li> <li>- Não toma atitude</li> <li>- Falta união entre estudantes</li> <li>- Muito tempo na frente da te</li> <li>- É falar do futuro</li> <li>- São manipulados</li> <li>- Pensar numa mudança</li> <li>- Conscientização do jovem</li> <li>- Muito livres (liberdade)</li> <li>- Não lêem</li> <li>- Correm graves riscos</li> <li>- Parte significativa da população brasileira, parte que foi esquecida</li> <li>- Muito tempo sem</li> </ul>

<b>JUVENTUDE</b>			
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ter espírito jovem</li> <li>- Outra fase</li> <li>- Mais maturidade que adolescente</li> <li>- Mudança mais mental que física</li> <li>- Adquirindo responsabilidade</li> <li>- Ir se assumindo enquanto pessoa</li> <li>- Deixar a ignorância infantil</li> <li>- Uma transição</li> <li>- Faixa etária bem nova (começando a adolescência)</li> <li>- Não entende bem o mundo</li> <li>- Não é mais criança</li> </ul>			política publica em relação à criança, adolescente e idoso

<b>TEMPOS DA JUVENTUDE</b>		
<b>LAZER</b>	<b>TEMPO LIVRE</b>	<b>TRABALHO</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Muito subjetivo</li> <li>- Cada um se diverte de uma forma</li> <li>- Depende da tribo</li> <li>- Como gosta de passar o tempo livre</li> <li>- Algo que provoque: diversão</li> <li>- Algo que fizesse esquecer os problemas</li> <li>- Descansar fisicamente e mentalmente</li> <li>- Fazer rir</li> <li>- Ir à praia</li> <li>- Trabalhar no que gosta</li> <li>- Nocivo</li> <li>- Não é saudável</li> <li>- Leva à doença</li> <li>- distraído</li> <li>- Ver televisão</li> <li>- Fazer besteira</li> <li>- Recreio: momento ostil (crianças violentas)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ocupado por situações de lazer benéficas pra formação do jovem</li> <li>- Tempo que provoca ociosidade da juventude</li> <li>- Não é usado com trabalho</li> <li>- Não é usado com estudo</li> <li>- É pra gente</li> <li>- Para se dedicar mais</li> <li>- Tempo planejado</li> <li>- Lazer</li> <li>- Trabalhar no que gosta: é relaxante, se sentir bem, fica feliz</li> <li>- Para quem não tem tempo de trabalho</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Não há tempo de trabalho</li> <li>- De poucos</li> <li>- Precisa sobreviver</li> <li>- Pouco tempo pro lazer</li> <li>- Realizar algo pra alguém</li> <li>- Receber dinheiro para gastar no lazer</li> <li>- Prestar serviço a outros</li> <li>- Pode ser outras coisas/ não precisa ser imagem de operário</li> </ul>

<b>ESPAÇOS DE LAZER E CULTURA JUVENIL</b>			
<b>ESPAÇOS E</b>	<b>DEMOCRATIZAÇÃO</b>	<b>PLANEJAMENTO/</b>	<b>NECESSIDADES</b>

<b>ESPAÇOS DE LAZER E CULTURA JUVENIL</b>			
<b>EQUIPAMENTOS</b>		<b>POLÍTICA PÚBLICA</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Centro de esporte e lazer: tipo de quadra, pra criança, pra adulto, churrasqueira</li> <li>- Internet de integração (orkut, msn)</li> <li>- Academia</li> <li>- Cinema</li> <li>- Camping</li> <li>- Praça dos tropeiros</li> <li>- Lan houses gratuitas</li> <li>- Eventos itinerantes gratuitos conforme o gosto dos bairros</li> <li>- Ruas de lazer (campeonatos esportivos, brincadeiras, jogos de mesa) cada domingo uma comunidade</li> <li>- Cinema com debate</li> <li>- Salas de jogos</li> <li>- Estrutura esportiva com variedade de bolas</li> <li>- Não há parque de diversão</li> <li>- Não há espaço</li> <li>- Não olham para o lazer</li> <li>- Não é interesse do governo</li> <li>- Não há pra onde ir</li> <li>- Pista para skatistas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Grande disparidade</li> <li>- Muito ruim</li> <li>- Classe desfavorecida atendida pelo governo</li> <li>- Classe favorecida tem seus privilégios, que o dinheiro pode ofertar</li> <li>- Classe desfavorecida fica ociosa, complicado buscar alternativas</li> <li>- Campo de futebol com terra, trave e olhe lá, para o pobre</li> <li>- Teatro para classes mais altas</li> <li>- Boate para classe alta, povo seletto, não se misturam, valor alto</li> <li>- Baile pra rico</li> <li>- Boate para pobre, entrada livre</li> <li>- Pra quem tem poder aquisitivo: balada, boate, som no carro, vai a shows, teatro, algum tipo de apresentação</li> <li>- Classe baixa não tem acesso a cultura</li> <li>- Clube caro pra bacana</li> <li>- Acesso a espaços sofisticados</li> <li>- Pobre – programa escola aberta</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Muito pouco, principalmente na periferia</li> <li>- Partindo da base (Sergipe)</li> <li>- O pouco que se tem é feito pela concepção das pessoas que estão no gabinete acham que é melhor pra juventude</li> <li>- Não tem planejamento</li> <li>- Rádio de show</li> <li>- Encontro de jovens (religioso)</li> <li>- Grupo de dança</li> <li>- Não há preocupação com lazer</li> <li>- Não há preocupação com cultura</li> <li>- Interesse deles</li> <li>- Não escuta o povo</li> <li>- Deve planejar para o pobre</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ouvir a comunidade</li> <li>- Ouvir a juventude</li> <li>- Saber com que se identificam</li> <li>- Pro governo identificar se é benéfico, se é viável pra formação juvenil</li> <li>- Ouvir, atender e implementar</li> <li>- cinema</li> <li>- Centro recreativo (com quadras)</li> <li>- Centro de convivência</li> <li>- brinquedos</li> <li>- Área para esportes e cultura</li> <li>- Encontrar com outro jovem para construir cultura</li> </ul>

<b>UNIDADES TEMÁTICAS: DESEJOS/ EXPECTATIVAS</b>	
<b>JUVENTUDE</b>	<b>ESPAÇO DE LAZER E CULTURA</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ter bom projeto de futuro para não ser presa fácil de desvios, para se orientar</li> <li>- Ser uma época de descobertas, horizontes</li> <li>- Época de construção de um projeto pro futuro</li> <li>- Meta para vida</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Academias públicas: dança, de tudo</li> <li>- Equipamento de ginástica em espaço público</li> <li>- Praça bonita (para passear, namorar, circular, comércio)</li> <li>- Palco alternativo: dança, música, teatro</li> <li>- Recreativos</li> <li>- Esporte e cultura</li> <li>- Break, capoeira, esportes clássicos, novos esportes</li> </ul>

## 2. JUVENTUDE, CLASSES SOCIAIS E TEMPO/ESPAÇO PARA O LAZER

### 2.1 JUVENTUDE E CLASSES SOCIAIS

“Dia após dia nega-se às crianças o direito de ser crianças.

Os fatos, que zombam desse direito, ostentam seus ensinamentos na vida cotidiana. O mundo trata os meninos ricos como se fossem dinheiro, para que se acostumem a atuar como dinheiro atua. O mundo trata os meninos pobres como se fossem lixo. E os do meio, os que não são ricos nem pobres, conserva-os atados 1ª mesa do televisor, para que aceitem desde cedo, como destino, a vida prisioneira. Muita magia e muita sorte têm as crianças que conseguem ser crianças (GALEANO, 1999).

A centralidade deste estudo traz em seu bojo o problema do “usufruto dos espaços e equipamentos para o lazer na cidade de Florianópolis, oportunizados pelas políticas públicas para os jovens de diferentes classes sociais” (intra-classes), nomeadamente, do bairro de Ingleses (classe média) e do bairro Monte Serrat (classe trabalhadora empobrecida). Neste sentido, necessário se faz refletir o conceito de classe presente nos pressupostos marxianos, sem perder de vista a possível atualização deste conceito no âmbito da juventude que está imersa nas práticas sociais engendradas pelo capitalismo, no contexto do chamado capitalismo neoliberal. Esta reflexão é de suma relevância, considerando que o trabalho da juventude, no limiar da gênese do capitalismo (século XIX), possui algumas semelhanças no ponto de vista da exploração do trabalho humano, fato este hoje ainda presente na dinâmica do capitalismo, no qual crianças e jovens, oriundos da classe trabalhadora, ainda encontram-se submetidas, em diferentes mundos do trabalho, às mais diversas formas de exploração infanto-juvenil. Passado mais de duzentos anos de vigência do capitalismo, pode-se ainda perceber que a situação dos jovens da classe trabalhadora empobrecida não difere da situação que Engels aborda em seu clássico “A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra”.

Neste livro, Engels relata a situação em que viviam crianças, jovens e mulheres nos ambientes insalubres das fábricas, que os patrões empregam pelo terço ou metade do salário de um operário adulto, os quais foram sendo demitidos, reduzidos ao desemprego pelas máquinas que passaram a exigir menos esforço dos homens, tornando-os menos aptos ao trabalho em relação às mulheres e crianças, as quais eram consideradas mais rentáveis e mais

hábeis que os homens e, quando eram empregados jovens estes trabalhavam até completar 21 anos, por vezes também eram empregados idosos. As condições de trabalho são tão precárias e insalubres que, segundo Engels (1985, p.189), forma “uma bela lista de doenças, devidas exclusivamente da cupidez da burguesia”, são exemplos: mulheres incapacitadas a gerar filhos, crianças aleijadas, deformações físicas, homens enfraquecidos, membros quebrados, gerações inteiras estragadas, tudo em benefício ao lucro da burguesia. Estão relatados nesse livro atos de barbaridade, como tirar crianças da cama a tapas, empurrões, pontapés para a fábrica, não mais que isso, apanham quando adormecem, sem falar do ambiente de trabalho em que, por exemplo, são confinados a trabalhar em pequenas salas de ar viciado, respirando a poeira dos materiais utilizados na fabricação de produtos, como tecidos, tinturaria, levantando pesos para ganhar um mísero salário, causando um organismo subdesenvolvido, fraco. Sem falar das situações que as mulheres, mulheres-crianças, sofrem no ambiente de trabalho com relação ao trabalho durante a gestação, sendo obrigadas a trabalhar quase até o momento do parto, caso contrário, perdem seu emprego. O industrial também se acha dono do corpo e dos encantos de suas operárias, tornando sua fábrica, muitas vezes, em seu *harém*, sendo motivo de demissão a resistência das jovens pelos atentados de seus patrões.

Como se pode inferir há, quando se confronta, a clássica aceção de classe trabalhadora e proletariado e a chamada classe média da atualidade, de algum modo, semelhanças no que se refere à exploração do trabalho infanto-juvenil<sup>36</sup>, como também ao usufruto dos tempos e espaços para o lazer – considerando, tanto no século XIX, quanto no século XX e XXI, as péssimas condições de saúde, educação, saneamento básico, moradia e outros pontos da agenda das políticas públicas.

Isto posto, considero importante trazer para o trabalho o conceito de classe que fundamenta a teoria marxista. O conceito de classe não foi formulado sistematicamente por Marx e Engels, mas foi importante, sendo o ponto de partida de sua teoria por meio da descoberta do proletariado como uma nova força política na luta pela emancipação, levando Marx à análise da estrutura econômica das sociedades modernas e de seu processo de desenvolvimento. A estrutura de classes é característica das sociedades capitalistas, que acabou se tornando um produto da nova sociedade que surgia, que tomava o poder derrotando o feudalismo – a burguesia.

---

<sup>36</sup> Ver a esse respeito Silva (2003), que investigou a exploração do trabalho infantil na zona canavieira de Pernambuco, onde o autor viu semelhanças, em termos de insalubridade e desumanização da infância e da juventude, com a perversão da exploração do trabalho infantil no âmbito das fábricas do século XIX.

As classes correspondem a uma posição das subdivisões particulares entre os indivíduos em que se exerce o trabalho, seja ele agrícola, industrial, ou comercial, isto é, decorrente da divisão do trabalho que apresenta diversas fases de desenvolvimento, representado por tantas outras formas de propriedades, desde as sociedades ou formas de propriedade tribal, passando pelas sociedades pré-capitalistas, culminando na forma da propriedade privada do capitalismo a qual estamos subordinados até os dias atuais (MARX e ENGELS, 1999).

Nas épocas mais antigas da história, a sociedade estava estruturada em diversas ordens, em uma múltipla gradação das posições sociais, distinguindo-se da época burguesa em que a sociedade vai se dividindo, cada vez mais, em dois campos inimigos, em duas grandes classes que se enfrentam diretamente – a burguesia e o proletariado (MARX e ENGELS, 2003). Segundo estes autores, o antagonismo que existia entre as classes antes da sociedade burguesa, que surgiu das ruínas da sociedade feudal, não foi eliminado nesta nova sociedade, mas sim estabeleceu “novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta em lugar das antigas” (p.46).

Os primeiros elementos da burguesia surgiram dos servos da Idade Média – os burgos, moradores das primeiras cidades. O crescimento do mercado, atravessando as fronteiras (colonizações, aumento dos meios de troca e das mercadorias), implantando a livre concorrência, impulsionou o comércio, a navegação, a indústria e, assim, favoreceu o movimento revolucionário na sociedade feudal em declínio, com uma constituição política e social apropriada, bem como com o domínio econômico e político da classe burguesa (MARX e ENGELS, 1999 e 2003). É, no entanto, com a grande indústria que o mercado mundial ganha espaço, desenvolvendo o comércio, a navegação, ferrovias, comunicação (por terra) e consequentemente desenvolvendo também a burguesia, aumentando seus capitais, ficando em segundo plano as classes legadas pela Idade Média. A “burguesia moderna é o produto de um longo processo de desenvolvimento, de uma série de revoluções nos modos de produção e troca” (MARX e ENGELS, 2003, P.47).

De acordo com os autores, o Estado moderno é um comitê administrativo dos negócios da classe burguesa. A burguesia desempenhou um papel revolucionário na história, conquistando o poder e destruindo as relações feudais, patriarcais, idílicas; ela

*dilacerou impiedosamente os variegados laços feudais que ligavam o ser humano a seus superiores naturais, e não deixou subsistir de homem para homem outro vínculo que não o interesse nu e cru, o insensível “pagamento em dinheiro”. [...] Fez da dignidade pessoal um simples valor de troca e no lugar das inúmeras liberdades já reconhecidas e duramente conquistadas colocou a liberdade de*

*comércio sem escrúpulos. Numa palavra, no lugar da exploração mascarada por ilusões políticas e religiosas colocou a exploração aberta, despudorada, direta e árida. (MARX e ENGELS, 2003, P.48).*

E mais, segundo Marx e Engels (2003), a burguesia não pode existir sem revolucionar, continuamente, os instrumentos de produção, as relações de produção, as relações sociais; ela obriga a todos se voltarem à sua imagem, a todas as nações se tornarem burguesas, a ingressar na produção da burguesia; essa sociedade submeteu o campo ao domínio da cidade, do oriente ao ocidente, criou cidades enormes, o aumento da população urbana, concentrou a propriedade em poucas mãos, aglomerou a população, e, conseqüentemente, houve a centralização política, isto é, unindo tudo em apenas um interesse (uma só nação, um só governo, uma só legislação, um só interesse nacional de classe, uma só barreira alfandegária).

Com o desenvolvimento da burguesia, do capital, ocorre, conseqüentemente, o desenvolvimento do proletariado (MARX e ENGELS, 2003). Segundo Engels (1985) o proletariado é o principal produto da revolução industrial, da revolução burguesa. Essa classe, para o qual o autor utiliza também outras expressões como, trabalhadores, proletário, classe operária e classe não proprietária, inicia-se com a invenção das máquinas, como descreve Engels (1985, p.25-26) na passagem abaixo:

*O proletariado nasceu da introdução da maquinaria. A rápida expansão da indústria exigia braços; por conseguinte, os salários subiram e exércitos compactos de trabalhadores vindos das regiões agrícolas emergiram para as cidades. A população cresceu rapidamente e quase todo o crescimento veio da classe dos proletariados.*

A situação desta classe operária é o ponto máximo, e a manifestação mais visível, da miserável situação social, sendo que os trabalhadores excluídos da grande indústria encontram-se em situação ainda pior que a dos trabalhadores dessa grande indústria (ENGELS, 1985; MARX e ENGELS, 1999). O proletariado vive na medida em que encontra trabalho, mas só encontra trabalho “na medida em que o seu trabalho aumente o capital” (MARX e ENGELS, 2003, 51). São, no entanto, mercadoria, como qualquer outro produto de mercado, estando expostos às conseqüências da concorrência, das flutuações do mercado (idem). O proletariado não possui propriedade, isto é, não tem nada para salvar, mas tem para destruir toda a segurança e garantias privadas existentes (MARX e ENGELS, 2003).

Como a classe operária sofre a miserável situação social, assim como Engels (1985) descreve em *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, sobre as condições e

precariedade dos bairros operários conforme o salário que a sociedade paga a estes trabalhadores, implicando nas condições de moradia, alimentação, saúde, vestimentas, trazendo este relato para a atualidade, percebemos muitas semelhanças quando nos colocamos a disposição de observar a realidade que está a nossa volta. Às nossas vistas, a realidade da classe trabalhadora (vamos dizer empobrecida, já que há trabalhadores em contextos de vida diferenciados conforme a condição econômica) geralmente passa despercebida, como uma “arte delicada em mascarar tudo o que pudesse ferir a vista ou os nervos da burguesia”, em que as ruas se diferenciam dos bairros operários, afastados das belas ruas “com mais casas bonitas que feias, e que o valor do terreno que as rodeia é mais elevado que nos bairros periféricos” (ENGELS, 1985, p.58), ou mesmo quando cruzamos os caminhos dos bairros, das comunidades, muitas vezes não somos capazes de “notar que estão ladeados, à direita e à esquerda, pela mais sórdida miséria” (idem, p.57).

Assim é em muitas cidades brasileiras, inclusive aqui em Florianópolis, estando a classe trabalhadora empobrecida destinada a residir, conforme suas condições econômicas, e até mesmo sendo redistribuída pelos bairros da cidade pelas ações de governo municipais, conforme a valorização imobiliária de determinados espaços da cidade<sup>37</sup>, levando-os a locais distantes de infra-estrutura, tirando-os das vistas dos burgueses, ou mesmo pequenos burgueses, abandonando-os ao acaso. E para se esquivar ainda mais desta situação, não tendo mais para aonde levar essa grande massa de trabalhadores em situação econômica desfavorável, chegou-se ao ponto de esconder essa população por meio de construções de altos muros ao redor das favelas, como vem ocorrendo no Rio de Janeiro<sup>38</sup>, que a fim de “limpar a pobreza”, impõem na cidade a política de “limpeza social” chamada “Choque de Ordem”<sup>39</sup>, atingindo principalmente os pobres negros e brancos, a classe trabalhadora, a juventude (MIRANDA, 2009). Para Florianópolis há o projeto de mascaramento por meio do embelezamento das comunidades do Maciço Central, dissimulando “aos olhos dos ricos senhores e senhoras, de estômago robusto e nervos débeis, a miséria e a sujeira, complementos do seu luxo e da sua riqueza” (ENGELS, 1985, Pp.58).

---

<sup>37</sup> Como se os pobres fossem um “lixo humano”, como descreve Malaguti (apud BRITO e NADER, 2009) a exemplo da situação do Rio de Janeiro: “os pobres do Rio de Janeiro são vítimas de crescente truculência oficial e, vistos como ‘lixo humano’ que precisa ser removido da cidade, uma vez que a presença dessa parcela da população é prejudicial aos grandes negócios e à especulação imobiliária”.

<sup>38</sup> Sob desculpa de preservar algumas áreas verdes da cidade a fim de conter o avanço das favelas sobre as zonas de preservação ambiental, quando na verdade estão ligados aos grandes negócios privados (Malaguti apud idem).

<sup>39</sup> Segundo notícia publicada no site Último Segundo (2009), o objetivo dessa política é combater a desordem urbana por meio de diversas ações como: combate à ambulantes informais, população de rua e desordem nas praias.

Para ilustrar a “assepsia social” e os princípios da “tolerância zero” nos espaços urbanos da cidade de Florianópolis, trago para reflexão um artigo publicado no jornal “A notícia”, datado de 15/09/2000, cujo título da matéria é “Largo da Alfândega vira área de sem-teto: Presença constante de desocupados causa apreensão em turistas e usuários”. Um dos comentários do jornal diz o seguinte:

Os usuários do Largo convivem com os personagens marginais porque são obrigados a conviver, mas sonham com soluções que pelo menos retirem da paisagem (grifos meus) as figuras feias e potencialmente perigosas (grifos meus), para a beleza do lugar – vale lembrar que Florianópolis é uma cidade turística (grifos meus) – e para o bem geral. Fala-se em um canto que os recolha, uma entidade que lhes apresente uma perspectiva de vida, ou simplesmente, que lhes ofereça passagem de ônibus para que voltem “para casa”.

São novas formas de combater, de resolver o caos que os próprios burgueses criaram, como a razão penal, a política de “tolerância zero”, como forma de proteção social reprimindo cada vez mais a população da classe trabalhadora empobrecida (WACQUANT, 2000), como se já não bastassem as desigualdades sociais entre as diferentes situações de vida da classe trabalhadora nos diversos âmbitos da vida na sociedade capitalista. Pude perceber algumas características que diferenciam as situações de vida da classe trabalhadora em que os jovens deste estudo se encontram, conforme as possibilidades de observação durante a inserção no campo.

\*\*\*



**Ilustração 5: ginásio da escola pública de Monte Serrat (alunos em aula de Educação Física).  
Fonte: acervo da autora**

Quando se fala de espaço urbano, e da divisão de classe, convém falar sobre o espaço escolar. A escola funciona de acordo com a classe social, isto é, sofre diferença conforme a classe social, assim como a inserção de crianças e jovens no mundo do trabalho, e, conseqüentemente, sua exploração, não é uma realidade apenas da atualidade, mas aparecem desde o início do capitalismo<sup>40</sup>, como Marx já diagnosticava – o capitalismo não supera a sociedade de classes (FRIGOTTO, 2004). Indo além da questão de diferença na qualidade de ensino, a diferença no ambiente escolar de acordo com a classe social está presente também em sua estrutura, o que acaba influenciado na qualidade de ensino. No caso da escola pública, que sofre o descaso do órgão público estadual no que diz respeito, por exemplo, a sua manutenção, como na escola de Monte Serrat. O ginásio da escola (ilustração 5) – um dos ambientes mais recentes da escola – está com seus equipamentos quebrados, fato que, segundo relato dos alunos, diretor, professor e funcionário, está relacionado ao uso freqüente da comunidade local nos períodos em que não é utilizado pela comunidade escolar, como final de semana e no período noturno, por não haver na comunidade outro espaço para o lazer.

<sup>40</sup> A escola sempre foi diferenciada, aonde para cada classe trabalhadora sempre foi uma escola voltada à disciplina do trabalho precoce e precário, enquanto que para os burgueses a escola estava voltada à sua origem etimológica, isto é, significa lugar de ócio, um espaço para incorporação de valores, conhecimentos e amadurecimento para a vida futura (FRIGOTTO, 2004).

Os equipamentos encontram-se em estado precário, o que acaba sendo risco aos alunos, como as traves de futebol, sendo necessário cuidado nas atividades para não causar problemas que podem por em risco a vida dos alunos. Já na escola particular percebe-se que há um cuidado com o ambiente, recebendo constante manutenção, garantindo beleza do estabelecimento, contando com mesas, cadeiras e mesas de pingue-pongue para os alunos. Contudo, neste ambiente, os espaços externos, isto é, para uso nas aulas de educação física e recreio, por exemplo, são poucos, e são pequenos em relação à quantidade de alunos atendidos na escola.

Também é visível a diferença de classe nas vestimentas dos alunos. Enquanto os jovens de Monte Serrat trajam roupas comuns, utilizadas no dia-dia, bem como calçados comuns adquiridos conforme suas condições econômicas, os alunos da classe média (Ingleses), trajam, por ser uma obrigatoriedade do estabelecimento, uniforme, calçados melhores em relação aos alunos da escola pública, em sua maioria, calçados e mochilas de marca. Entre esses dois grupos de jovens está bem visível a diferença de cor/raça, sendo a maioria dos alunos de Monte Serrat negros ou descendentes. Assim como evidenciam os estudos sobre a relação e superposição entre classe social e cor/raça, revelando estatísticas de dominância de negros nos presídios, FEBEM, jovens de rua e inserção precoce em trabalhos desgastantes e mal remunerados, bem como o acesso e a qualidade da escola e o tempo de escolaridade estão ligados, o que não deixa de se estender à fração da classe trabalhadora mais pobre e excluída, pois essas características estão ligadas à origem social dos jovens (FRIGOTTO, 2004). Já na escola particular, a maioria dos alunos é de cor branca.

Uma outra diferença de pertencer à classe trabalhadora empobrecida ou média é a visão da realidade vivida pelos jovens, e que está expressa em suas palavras, em que os jovens de Monte Serrat apontam suas angústias, por exemplo, com a necessidade de trabalho, de estar empregado e discriminação, tanto com relação a freqüentar os espaços da cidade, como na tentativa de emprego. Já os jovens de Ingleses apresentam outra visão de vida, não parecendo ser tão difícil iniciar em um emprego, ou mesmo ter essa necessidade, quanto para os jovens da classe trabalhadora empobrecida. Também para eles, deve haver uma distinção dos espaços, desde haver um espaço para quem não pode pagar, bem como para evitar o acesso daqueles que representam um risco a essa classe, pois segundo eles, os pobres, muitas vezes, são os que não cuidam do espaço, são os culpados pela destruição dos equipamentos.

Realidades diferentes entre os jovens da classe trabalhadora empobrecida e os jovens da chamada classe média, que pertence, na realidade, a uma estratificação social de classes entre as duas classes antagônicas – burguesia e proletariado, esta última Marx e Engels (2003) também denominam como classes de opressores e classes de oprimidos –, as camadas

intermediárias e transitórias – as camadas médias – que acabam obscurecendo as linhas divisórias entre as classes que constituiriam as três grandes classes, de acordo com o modo capitalista de produção (assalariados, capitalistas, proprietários de terras) (MARX, 1991).

Contudo, de acordo com o próprio Marx (1991), esse aspecto que constituiria a definição de classe – identidade de rendas e fontes de renda (salário, lucro e renda fundiária) – levaria a constituir, entre grupos sociais distintos (funcionário público, médico) ou conforme a divisão do trabalho social (interesses e ofícios), classes conforme a distinção entre esses grupos, que apesar de serem distintos as rendas fluem da mesma fonte.

Essas camadas intermediárias, que correspondem às pequenas camadas médias, os pequenos comerciantes, por exemplo, acabam caindo no proletariado quando não possuem capital suficiente que os permita alcançar o exercício da grande indústria, sucumbindo na concorrência com os grandes capitalistas (MARX e ENGELS, 2003). Desta forma, de acordo com os autores, o proletariado é recrutado em todas as classes da população. Essa classe intermediária, também chamada de pequena burguesia, correspondia, também, à transição de acesso à burguesia ou ao proletariado, pois “a numerosa burguesia dos ‘velhos tempos’ foi destruída e decomposta em ricos capitalistas por um lado e pobres operários por outro” (ENGELS, 1985, P.32). Isto a tornou uma classe instável, em virtude de que nas grandes cidades se desenvolvem a indústria e o comércio, manifestando-se desta forma mais claramente as conseqüências exercidas sobre o proletariado. Sendo composta de uma classe rica e uma classe pobre, é nas grandes cidades industriais e comerciais que a maior parte da população encontra-se na classe operária e onde a pequena burguesia se compõe de comerciantes e poucos artesãos, sendo que com o crescimento da indústria, revolucionando os instrumentos de produção – utensílios em máquinas; oficinas em fábricas – a classe trabalhadora média foi suplantada em proletariado operário, reduzindo a população “à oposição única entre capitalistas e operários sem perspectiva de se elevarem acima da sua classe” (ENGELS, 1985, p.26).

No entanto, como foi possível perceber no breve contato com os jovens que vivem em diferentes realidades, conforme o padrão social econômico, a sociedade apresenta diferenciações no que diz respeito à classe social, e, conseqüentemente, às suas condições de vida, acesso, direitos e deveres. Apesar destas questões que extrapolam o recorte etário e os limites cronológicos, sendo esta uma das questões que no estudo sociológico referente à juventude, encontram-se dificuldades para uma definição do que seria este segmento, esta fase

ou “etapa da vida”<sup>41</sup>. Torna-se necessário este recorte advindo do real, que, segundo o contexto social, é caracterizado como um período de transição entre a infância e o mundo adulto (ABRAMO, 1994; MARGULIS, 2000 e PAIS, 1993). Um segmento, ou fração/divisão da sociedade em fase de vida, assim como infância, idade adulta e velhice não estão desconectados da realidade que vive a sociedade capitalista, uma vez que cada fase da vida humana, seus períodos de transição, é justamente determinada pelo sistema sócio-cultural e econômico (GROPPO, 2000), a fim de estruturar (moldar) a sociedade, a classe trabalhadora, a seus fins, isto é, a favor do modo de produção capitalista.

Essa compreensão de juventude, caracterizada como uma fase de transição para a vida adulta, está presente no entendimento dos próprios jovens, segundo os dados na “fase exploratória da pesquisa”, conforme apresentado nos quadros de evidências empíricas (Fóruns campo), composto por jovens e adultos ligados a diversas organizações, ONGs, partido político, etc. e, aos jovens escolares que participaram da pesquisa na “fase do campo propriamente dito”. Uma compreensão de juventude que considera o deixar de ser criança para entrar na fase de preparação para a vida adulta:

*“Adolescente para mim é... ter mais responsabilidade, é uma **mudança**. Tem mais **responsabilidade**. Também tem aquela pessoa, adolescente, o cara cresce mais, desenvolve mais a mente, o cara tem que ser responsável, **falar mais adequado**” (jovem de Monte Serrat, grifos meus).*

*“Parte de sair de criança pra ser adulto. Eu acho que na adolescência a gente começa a entender um pouco mais as coisas, que a gente já não é criança e passa a entender melhor e se ter mais responsabilidades na adulto. E é a melhor parte da nossa vida e que ela não volta e a gente tem que aproveitar muito”. (jovem de Ingleses).*

Contudo, segundo Margulis (2000), enquanto um marco classificatório para um conceito de juventude parece ser uma consideração precisa, também pode levar a uma confusão quando se inclui a ambigüidade de imprecisão ao considerar a juventude como um período que vai da adolescência (início da maturação biológica) até a independência da família, formação de um novo lar, autonomia econômica (elementos da condição adulta). Uma ambigüidade que passa a ser chamada de “prolongamento da juventude”, enquanto há a possibilidade de retardar a entrada do jovem na vida adulta, isto é, enquanto o jovem não assume responsabilidades referentes a trabalho e formação de uma nova família (FRIGOTTO, 2004; SPOSITO, 2003). Uma condição que diferencia os jovens da classe trabalhadora

---

<sup>41</sup> De acordo com Arroyo (2004 p. 274), [...] as formas de periodizar a vida e a definição de práticas relacionadas a cada período apresentam variações segundo os grupos sociais.

empobrecida em relação aos jovens da classe média, por exemplo, principalmente quando se leva em consideração a noção da necessidade de subsistência, da necessidade de trabalho para sobreviver e até mesmo para suprir suas vontades de consumo, mesmo que esses sejam limitados, conforme as falas apresentadas acima.

Enquanto o jovem de Monte Serrat deixa claro o entendimento de responsabilidade, de uma fala mais adequada, inserindo-se em uma vida social que exige tais aparências para ser reconhecido nesta sociedade de ordem capitalista a fim de vender sua força de trabalho – *Acho que é uma mudança [criança aproveita mais a infância]. Ser mais responsável pra aprender a ser adulto, pra trabalhar [...].* (jovem de Monte Serrat). A classe média parece ter um entendimento diferenciado, entendendo essa fase como um momento de transição para a vida adulta, moldando-se para a entrada em uma nova fase de vida, que compreende adquirir responsabilidades de adulto, interferindo nesse tempo dito da juventude, mas também, como acima descrito na fala desses jovens, é o momento de aproveitar a vida, de divertir-se enquanto não se tornam adultos, é a fase de “liberdade”, em que *a pessoa já tem idade pra fazer as coisas que ela quer, ela é jovem. Assim, quando tem 18, 19 anos, aí ela pode fazer já o que ela quer, como por exemplo, pode tirar carteira de motorista* (falas das jovens de Ingleses).

Os jovens de Monte Serrat também apresentam essa noção de ser uma fase para aproveitar a vida, momento de sair, se divertir, mas as falas com relação a trabalho apresentam mais ênfase, presente em quase todas as falas, nos diferentes questionamentos feito a eles, sem precisar focar uma questão a esse respeito. Mais enfática aparece a necessidade de trabalho quando se referem ao que é ser jovem em Florianópolis – *jovem trabalha:*

*“São um pouco mais [velhos] que adolescente. Idade, maturidade, compromissos, na hora de começar a arranjar emprego”.* (Monte Serrat).

Além desta constatação sobre classe social que leva, conseqüentemente, a outras diferenças entre os jovens, indo de encontro ao que Groppo (2000, p.15) chama de pluralidade de juventudes, sobre a realidade de grupos sociais concretos: “de cada recorte sócio-cultural – classe social, estrato, etnia, religião, mundo urbano ou rural, gênero etc. – saltam subcategorias de indivíduos jovens, com características, símbolos, comportamentos, subculturas e sentimentos próprios”; o que Pais (1993) diz corresponder à visão da juventude em sua diversidade (jovens socialmente diferentes), não considerando a juventude apenas sob o ponto de vista de faixa etária, que possui as mesmas características (juventude homogênea)

– juventude na sua aparente unidade (fase de vida) –, pois não existe um conceito que abarque os diferentes campos semânticos associados à juventude.

Segundo este autor, a transição dos jovens para a vida adulta está relacionada às desigualdades sociais, como considera a corrente classista, que defende os jovens como membros de uma classe social, enquanto que a corrente geracional compreende a juventude como uma fase de vida, valorizando mais o aspecto etário em relação às diferenças socioeconômicas e culturais, baseando-se na teoria da socialização desenvolvida pelo funcionalismo e na teoria das gerações, discutindo a questão da continuidade (reprodução da cultura adulta na cultura juvenil) e descontinuidade dos valores intergeracionais.

A desigualdade social, no entanto, ocorre na vivência escola e trabalho, sob os acessos diferenciados, não apenas com relação às condições econômicas dos pais, mas também na diferença de tratamento e compreensão da escola pública para a escola particular, assim como para as demais instituições públicas estaduais, municipais, que acaba levando a uma compreensão de oferecimento de serviço público gratuito apenas para os pobres, e por ser para eles não deve ser igual ao tratamento de um estabelecimento particular, que por ser pago, tem-se o direito de um serviço diferenciado e melhor que o serviço público. Essa diferenciação se amplia também para as condições de moradia, atingindo principalmente os moradores das grandes cidades, que além de servir como indicador de classe econômica e de áreas urbanas subjugadas pela violência, corrupção de traficantes e da polícia, acaba servindo como critério de seleção no mercado de trabalho, com diferentes justificativas para não empregá-los (NOVAES, 2003). Uma realidade sentida pelos jovens da classe trabalhadora empobrecida, que não há como ser diferente na cidade de Florianópolis, assim como um dos jovens de Monte Serrat deixa claro:

*“É muito difícil! Difícil porque tem muitas barreiras pra enfrentar, o jovem é muito discriminado, porque nós somos jovens e somos negros. Quando a gente vai procurar um emprego é mais difícil, porque nós somos negros e somos pobres, daí acham que nós somos bandido. É muito difícil de arranjar trabalho assim. [É por], que desenvolveram o projeto chamado Aroeira, que daí **formata** mais o jovem quando for trabalhar, já tem mais habilidade”*. (grifos meus).

Um sentimento de discriminação, sentimento do que vem a ser jovem na cidade de Florianópolis, que está relacionado ao emprego, assim como Frigotto (2004) aponta que os negros possuem desvantagens sobre a qualidade das ocupações e o nível de remuneração. Muitos não escondem o raciocínio da relação da pobreza com ser bandido, como Miranda (2009, p.10) apresenta as palavras do Governador Cabral: “as mulheres das favelas deveriam

ser esterilizadas porque só dão a luz a bandidos”. A discriminação, segundo esses jovens, está presente também ao acesso na cidade, comprometendo o direito de “ir e vir”, mesmo sendo “logo ali”, um espaço que pertence a todos, mas ao mesmo tempo não lhe pertence. Lembrando o que Engels (1985) descreveu sobre a diferenciação dos espaços da cidade para cada extrato da classe social (burguesia, pequena burguesia e proletariado), chegando ao cúmulo de delimitar, construir espaços específicos na cidade para ser utilizado pelo pobre, o que essa classe pode habitar, pode usar (HARVEY, 2004):

*“Discriminação todos nós sofremos, mais ainda [...] aqui no morro [...]. Quer dar uma volta né, andar de bicicleta, quem vê, vê um monte de gente vindo na bicicleta, três, quatro, chama a polícia [...]. Chegam dando porrada. Uns chegam apontando a arma, outros chegam dando porrada na barriga, coluna”.*

A juventude, ou melhor, as culturas juvenis, apresentam diferentes ângulos de observação, como anteriormente mencionado (culturas de geração, culturas de classe, culturas de sexo, de rua, etc.). No entanto, muitas vezes a juventude é vista como uma fase de vida “marcada por certa instabilidade e associada a determinados *problemas sociais*” (PAIS, 1993, P.24, grifos do autor), uma ótica com a qual o poder público ou a sociedade civil trata os jovens, como trata a classe trabalhadora empobrecida (a um exemplo extremo do tratamento da população do Rio de Janeiro), como elementos de desacato a ordem social (SPOSITO, 2003). Jovens com comportamentos que fogem dos padrões sociais são reconhecidos pela sociedade como grupos de delinquentes ou ligados à criminalidade, ao consumo de drogas, o que na verdade pode ser uma forma de contraposição aos padrões dominantes, formados por grupos de oposição, geralmente relacionados aos jovens da classe trabalhadora empobrecida (ABRAMO, 1994; PAIS, 1993). De acordo com Lefebvre (1991, p.83) a juventude aspira entrar na cotidianidade, “mas não sem recusar um pouco antes de entrar”. O que também não deixa de estar presente na visão dos jovens relacionado à questão de responsabilidade:

*Acho que o jovem que não trabalha não tá nem aí pra vida. Quem já trabalha tem que tá focado num trabalho já. – Falta responsabilidade – porque não tem muita coisa pra fazer, tem mais hora vaga, pra fazer o que ele quer.*

As políticas públicas voltadas ao jovem, no entanto, são tidas como uma saída de qualificação para o trabalho, para a falta de experiência para ingressar no mercado de trabalho. Além disso, muitas políticas estão voltadas não somente a essa questão de auxílio ao ingresso no mercado de trabalho (o qual merecem críticas, uma vez que a raiz do problema da falta de emprego é outra), mas surgem inclusive para tentar controlar esses jovens, tentar fazer

com que seus comportamentos se enquadrem nos padrões das normas determinadas pela ordem social, como os “programas de formação profissional e de oferecimento de serviços especiais de saúde, cultura e lazer” (ABRAMO, 1997, p.26), programa de assessoria à juventude vinculada à Educação (Ministério da Educação) e programas de solidariedade aos jovens voltados à capacitação profissional, projetos e programas por instituições e agências de trabalhos sociais (Ongs, etc.), geralmente voltados aos jovens em “desvantagem social” (carentes e de risco) e voltados à ressocialização (educação não-formal, oficinas ocupacionais, atividades de esporte e arte) e programas de capacitação profissional, encaminhamento para o mercado de trabalho, tais como oficinas ocupacionais (ABRAMO, 1997).

Os exemplos citados acima se referem às agências juvenis mantidas por adultos que Groppo (2000) apresenta como um dos principais grupos etários nas sociedades, sendo que este surgiu, e formou-se como alternativa para a lacuna que a escola (outro grupo etário referido pelo autor) não conseguiu preencher: as necessidades da personalidade de crianças e jovens. O objetivo destas organizações, segundo o autor, é preencher o tempo dos jovens com atividades de valores cívicos, religiosos e lidar com “crianças-problema” como delinquentes, abandonados, etc. Nesses programas há uma preocupação em manter os jovens ocupados: “ocupação de mãos ociosas” (ABRAMO, 1997, p.26), a fim de enfrentar os problemas sociais que afetam a juventude, estando a culpa, muitas vezes, localizada nos próprios jovens, “mas, no fundo, tomando os jovens eles próprios como problemas sobre os quais é necessário intervir para salvá-los e reintegrá-los à ordem social” (Idem, *ibidem*).

O surgimento desses grupos ocorreu no final da Revolução Industrial (século XIX), período no qual surgiu a concepção de “juventude-problema” (GROPPO, 2000). De acordo com Abramo (1997), quando se coloca a questão da juventude e da cidadania, o enfoque são os problemas, privações, desvios: “as questões elencadas são sempre aquelas que constituem os jovens como problemas (para si próprios e para a sociedade) e nunca, ou quase nunca, questões enunciadas por eles, mesmo porque, regra geral, não há espaço comum de enunciação entre grupos juvenis e atores políticos” (ABRAMO, 1997, p.28). De acordo com esta autora, os debates são realizados sob a ótica dos adultos (privação e mote de denúncia), eles não são considerados sujeitos capazes de formular questões significativas, propor ações relevantes, participar dos processos de definição, invenção e negociação de direitos.

São ações voltadas especificamente para os jovens, e além desses programas há também outras ações que dizem atender às necessidades dos jovens carentes a fim de contribuir com sua entrada no mercado de trabalho, como o “bolsa-projeto” e o programa primeiro emprego (SPÓSITO, 2003). A falta de experiência para conseguir trabalho é uma

preocupação expressa no depoimento de um jovem menor de 18 anos e que outros jovens de Monte Serrat também expuseram quando apontam a falta de projetos na comunidade para os jovens com menos de 16 anos, idade mínima para participar do projeto Aroeira, por exemplo. Essa realidade, no entanto, foge um pouco da pesquisa que Abramo (2005) apresenta, sendo a falta de experiência a principal preocupação dos jovens entre 18 e 20 anos, enquanto que, numa breve conversa com os jovens da comunidade de Monte Serrat, essa questão pareceu como um dos aspectos fundamentais e esses jovens se encontram na faixa etária entre 12 e 16 anos.

A experiência de trabalho é um requisito para contratação de trabalhador (LEITE, 2003), isso porque há outras questões que estão envolvidas na raiz do problema em questão: o sistema capitalista que interfere diretamente no oferecimento de oferta de emprego, bem como na procura de emprego no mercado de trabalho, como já discutido anteriormente. Um problema, no entanto, que vive a classe trabalhadora, inclusive os jovens, mas não especificamente eles, pois o desemprego acarreta na comprovação de experiência ou referências (do adulto) exigidas pelo mercado (LEITE, 2003). Como enfrentamento a esse problema (falta de experiência) a autora apresenta como saída uma política pública (ampla e integrada) que enfrente o desafio do mercado, que seja generoso na exigência de experiência, “ou seja, através de políticas que proporcionem a trabalhadores em qualquer idade, em especial aos jovens, oportunidade de adquirir e comprovar qualificação e experiência que possam servir como credencial para o acesso no mercado de trabalho” (p.158). Contudo, já vimos que esse tipo de política não resolverá o problema real da falta de emprego, uma vez que a raiz do problema é a sociedade capitalista, sendo necessário, então, um outro tipo de sociedade que não tenha como objetivo o lucro capital, lutar pelo socialismo, como Marx e Engels defendiam em sua época.

De acordo com a autora, o Brasil tem acumulado boas experiências e “boas práticas” nesse enfrentamento, apresentados por ela como projetos e programas de possibilidade de política pública de trabalho digno para todos “criadora de chances para os jovens e formadora de cidadãos” (p.158). Contudo, faço o seguinte questionamento: que chances e que possibilidades de trabalho digno tem tido a classe trabalhadora diante dos objetivos da sociedade capitalista? Essas “boas práticas”, “boas experiências” estão/irão surtir efeito diante da crise que se alastra pelo mundo do capitalismo? Darão conta elas dos numerosos trabalhadores desempregados que, diante da situação atual, tem aumentado e tende a aumentar ainda mais? “Boas práticas” não têm a ver com a ideologia da “responsabilidade social das empresas capitalistas”, no sentido de estas contribuírem para administrar o capital, ou melhor,

perpetuá-lo? Uma vez que as questões sociais são deslocadas da esfera pública para as empresas privadas e organizações da sociedade civil, transformando os direitos sociais em serviços prestados ou mercadorias, ocorrendo desta forma uma mistificação e banalização dos processos sociais, portanto, pouca contribuição efetiva dos objetivos propostos pelos projetos esportivos e/ou sociais (SILVEIRA, 2007).

Essas políticas são tão “eficientes” que muitos jovens que participam de bolsas-projeto a fim de permanecer estudando, por exemplo, buscam alternativas para ocultar os “bicos” e outras formas precárias de trabalho, pois não podem ou não querem parar de fazer (NOVAES, 2006), uma vez que estão “incluídos” de forma “excludente” (SILVA, 2003). Isto para ajudar nos gastos familiares (complemento de renda) e para ter um pouco de independência da família (seus gastos), que por um lado se constitui como meio para formação profissional e continuidade da educação escolar e, por outro lado, permite que esses jovens experimentem, conforme suas condições, a condição juvenil nos aspectos do lazer, cultura e consumos (SPÓSITO, 2003; FRIGOTTO, 2004). – *ganhar seu dinheiro próprio, ajudar a família e pra você. Mais fácil ganhar seu dinheiro próprio* (fala de jovem de Monte Serrat).

Além disto, há uma compreensão de que a juventude possui a capacidade para desfrutar do “tempo livre”, são considerados privilegiados ao lazer. Nisso até os jovens concordam, quando dizem que é o momento de aproveitar a vida, de se divertir, não ficar parado, mas será que essa compreensão pode ser estendida a todos os jovens, uma vez que muitos tem seu tempo empregado ao trabalho, ou nas diversas tentativas de encontrar um trabalho? Segundo Pais (1993), se considerar apenas a condição juvenil relacionada ao tempo livre para desfrutar do lazer, para aproveitar a vida sem preocupações da vida adulta, muitos jovens, em particular os jovens da classe trabalhadora empobrecida, não viveriam a condição juvenil, pois o tempo livre pode significar para eles o momento de preocupação por não estar trabalhando. Iulianelli (2003) coloca que, até 1960, a visibilidade da juventude (Brasil) era restrita aos jovens escolarizados da classe média, condensando o significado de condição juvenil. Mesmo quando se passa a considerar a juventude como um tempo de preparação para o trabalho (século XX), gerando a situação de liberar os jovens das tarefas produtivas (trabalho) para dedicação ao estudo, como elementos centrais da condição juvenil, mantiveram-se a restrição de juventude a uma condição de classe, uma vez que esta experiência é restrita às camadas sociais alta e média, às famílias que podem manter seus filhos nessa situação (ABRAMO, 2005). Fica, no entanto, uma visibilidade aos jovens da

classe trabalhadora empobrecida pelos efeitos perversos do capital, muitas vezes relacionada à delinquência, tidos como problemas sociais (IULIANELLI, 2003).

## 2.2 JUVENTUDE, CLASSES SOCIAIS, “TEMPO LIVRE” E USUFRUTO DO TEMPO/ESPAÇO PARA O LAZER

### 2.2.1 Juventude, lazer e tempo livre

Neste momento pauto a reflexão sobre as questões referentes ao lazer e tempo livre, procurando manter a linha de raciocínio dos estudos Marxianos e marxistas, uma vez que essas questões estão intimamente ligadas ao modo de produção capitalista, tanto no âmbito do trabalho (tempo de trabalho) e do consumo, sendo, no entanto, diferenciado conforme as classes sociais no que diz respeito à quantidade e qualidade ao acesso e oportunidades de lazer e tempo livre. Inclusive aos jovens que, como vimos acima, são considerados, muitas vezes, privilegiados ao lazer/tempo livre, mas que na realidade nem sempre isso é verdadeiro, uma vez que muitos (principalmente os jovens da classe trabalhadora empobrecida) buscam ocupar seu tempo com trabalho para as necessidades de sobrevivência, podendo tornar-se, o tempo livre, um problema para esses jovens devido a preocupação de não estar trabalhando, sofrendo, muitas vezes, a discriminação de delinquentes, marginais quando possuem um tempo vago, mas não estão trabalhando.

Para melhor compreender essa questão de lazer e tempo livre, faz-se necessário refletir sobre a noção de tempo que surge como controle das atividades produtivas. Por meio de instrumentos de medir o tempo, como o relógio, há um regulamento dos comportamentos do grupo, influência na percepção interior do tempo pelos trabalhadores e sincronização no trabalho, implicando (o processo de estruturação industrial) na regulação do trabalho, divisão do trabalho e disciplina do tempo de trabalho (PADILHA, 2006). Esse controle sobre os trabalhadores, ou melhor, a posse dos meios de produção, a posse e o controle do tempo dos trabalhadores caracterizam o capitalista, um controle sobre o trabalhador, sobre o homem, que não existia antes da sociedade industrial, época em que os homens tinham mais autonomia sobre seu tempo (ENGELS, 1985; MARX, 1985; PADILHA, 2006).

A necessidade de se medir o tempo surge a partir dos Estados da Era Moderna, a fim de regular os tempos, de organizar a vida social de um grupo sendo, no entanto, diferente das civilizações da Antiguidade (ANTUNES, 2002; PADILHA, 2006). Segundo esses autores, diante dessa necessidade de controlar o tempo, no decorrer da história criaram-se maneiras de medir o tempo por meio de símbolos que o delimitam – calendário, relógio e outras tabelas de horários – que demarcam ano, mês, semana, dia, hora, minuto, segundo. Por meio desses instrumentos exercem-se de fora para dentro uma coerção, uma pressão discreta para o desenvolvimento da autodisciplina nos indivíduos (ELIAS apud ANTUNES, 2002).

No entanto, o cotidiano é organizado e controlado pelos empregos do tempo, a exemplo das três categorias classificadas pelas horas (do dia, da semana, do mês, do ano) apresentadas por Lefebvre (1991), sendo eles: tempo obrigatório (trabalho profissional), tempo livre (dos lazeres) e tempo imposto (exigências diversas fora do trabalho como transporte, idas e vindas, formalidades, entre outras), ou como descreve Padilha (2006), pelos tempos sociais (trabalho, livre, família, etc.). Uma organização da sociedade de modo que determina as atividades sociais e a vida em coletividade, aliado ao controle interno, à percepção individual do tempo – idade, horas, tempo para executar uma tarefa (LEFEBVRE, 1991; PADILHA, 2006).

Emprego dos tempos que gira em torno do tempo de trabalho (obrigatório), principalmente no que diz respeito à classe trabalhadora que serve ao capitalismo o qual suga toda a força de trabalho, de modo que seja possível atingir seu lucro, e nisso o trabalhador tentando sobreviver. Sendo assim, a medida do tempo “passa a ser um meio de exploração do trabalho” (PADILHA, 2006, p.150) de modo que o tempo de não fazer nada, o ócio, passa a ser condenado em prol do trabalho produtivo, isto é, passa a ser considerado perigoso, devendo ser diminuído consideravelmente para a classe operária. Uma ideologia que nasceu no período mercantilista, sendo acentuado com o desenvolvimento do capitalismo e com a ética puritana, não sendo aceito, então, o tempo de não fazer nada (ócio) ou de lazer: “o tempo livre era considerado devorador de tempo e dinheiro, pois um vive em simbiose com o outro” (idem, p.151). A industrialização auxilia na propagação do valor precioso, isto é, o valor de tempo como mercadoria, não podendo ser desperdiçada.

A partir do fim do século XVIII, tempo é dinheiro, é força produtiva, é a própria medida da produção social. Por mais abstrato que seja o tempo no cálculo econômico, ele pode ser concretizado e consumido como qualquer outro objeto. Segundo Jeannière, a abstração do tempo de produção faz surgir a abstração do tempo de lazer. Dito de outra forma: se o tempo de trabalho é vendido, é preciso pagar pelo tempo de lazer. Direta ou indiretamente, o tempo de lazer deve ser

comprado. Porque o tempo é mensurável, ele é também um objeto que pode ser trocado por tudo, como a moeda (PADILHA, 2006, p.151).

Enquanto à classe operária é negado o tempo não produtivo, para a classe burguesa o lazer, ou a disponibilidade para o lazer, são julgados fundamentais para o desenvolvimento do indivíduo (liberaria a iniciativa, autorizaria a criação e as alegrias). Uma classe (no século XIX) que valoriza seu lazer aparecendo (o burguês) como o homem do tempo livre, podendo, a classe dominante, dispor do tempo livre, sendo desta forma, um marco social (PADILHA, 2006).

O tempo livre, entendido como tempo que sobra após o trabalho, livre das necessidades e obrigações cotidianas, pode ser empregado como desejamos e pode também ser destinado ao desenvolvimento físico e intelectual do homem com fim em si mesmo (MASCARENHAS, 2005).

O tempo livre apresenta uma forte relação de oposição ao tempo de trabalho, o qual está associado às atividades obrigatórias e economicamente rentáveis (tempo de trabalho) e ao tempo livre, entendido como o tempo do não-trabalho, associam-se as atividades que se realizam fora do tempo de trabalho, sendo o lazer uma delas (MASCARENHAS, 2005). Este autor apresenta alguns pontos de vista de autores brasileiros, como Marcellino e Bramante, sobre o tempo livre, os quais merecem uma reflexão crítica a respeito, tais como : o tempo oposto ao tempo das obrigações (inclusive o trabalho) corresponderia a um tempo disponível e não tempo livre, já que nenhum tempo está livre de coações ou normas; tempo de não-trabalho, um tempo individualmente conquistado; e de outros autores que consideram tempo livre como sendo de absoluta autonomia em relação à totalidade do tempo social, estando associado ao sentido de liberdade, uma visão, que segundo o autor, implica na total relativização do termo.

Mesmo merecendo uma reflexão do que significam estes pontos de vista, para o momento fico por aqui, devido à limitação de tempo para conclusão desta dissertação, conduzindo o pensamento do estudo à visão Marxiana e às interpretações de compreensão da juventude sobre tempo livre. Uma visão do senso comum que deixa explícita a distinção entre tempo de trabalho e tempo livre uma vez que: *no tempo de trabalho, tem o compromisso de fazer o trabalho, o tempo livre já não, tu pode fazer o que quiser, jogar bola, essas coisas assim* (jovem de Monte Serrat). Um tempo que está dissociado das obrigações cotidianas – *tempo sem obrigação* – correspondendo a um momento de sensação de liberdade – *não é uma coisa obrigada, eu faço porque quero*. Para alguns o tempo é tão curto que dá o sentido de ser *aquele restinho de tanto suor*. Um tempo, no entanto, livre de responsabilidades – *um tempo*

*que você consegue ficar livre de responsabilidades, onde você pode escolher o que quiser para fazer.* Obrigações cotidianas que os jovens da classe trabalhadora empobrecida relacionam bastante como o tempo oposto ao tempo de trabalho, enquanto que a classe média relaciona também à oposição de tempo diferente das obrigações e responsabilidades, mas não definem, não relatam a que tipos de obrigações e responsabilidades se referem. Estas diferenças já foram discutidas no texto anterior no que diz respeito à importância que o trabalho representa, ou pode representar, para essas diferentes classes sociais. No que se refere ao tempo de obrigação, sendo a escola, o tempo de estudo, considerado como tal, como uma obrigação para eles, independente de diferença social: *tempo livre é uma sobra do tempo do estudo e você pode fazer o que quiser; é quando não temos nada para fazer e nós podemos sair, ou seja, temos tempo livre.*

Tem-se, no entanto, um entendimento de liberdade na noção de tempo livre, mas como o próprio termo sugere, assim como Marcellino (apud Mascarenhas, 2005) refere-se a um tempo disponível e não verdadeiramente um tempo livre, devido as coações e normas que são iminentes aos tempos, uma vez que as formas de vida social, segundo o pensamento de Marx, estão contaminadas pelo regime do lucro, desta forma o tempo livre “tende a se tornar paródia de seu próprio conceito, pois nele se prolongam as mesmas condições de não-liberdade advindas do tempo de trabalho” (MASCARENHAS, 2005, p.399-400). Conjugando, então, o conceito de liberdade à noção de tempo livre, Mascarenhas (2005), baseado em Munné, diz que deve ser distinguido o *tempo livre de* (definido em relação ao tempo de trabalho) do *tempo livre para* (um tempo possível para o exercício de ser livre, prática da liberdade). Este último, no entanto é condicionado pelo primeiro (tempo livre de trabalho) que, segundo o autor, o *tempo livre de* encontra-se cada vez mais ameaçado.

Marx já reivindicava o direito ao tempo livre antes de seu genro Lafargue (*Direito à preguiça*), afirmando que “o tempo é o campo do desenvolvimento humano. O homem que não dispõe de nenhum tempo livre, cuja vida, afora as interrupções puramente físicas do sono, das refeições, etc., está toda ela absorvida pelo seu trabalho para o capitalista, é menos que uma besta de carga” (Marx apud Mascarenhas, 2005, p.399).

Segundo Mascarenhas (2005), os sentidos que são atribuídos ao tempo livre, sofreram influências das discussões provenientes dos estudos de lazer, no que diz respeito a área de Educação Física. O lazer, no entanto, pode ser considerado como uma atividade do tempo livre, tanto no senso comum, segundo as falas dos jovens – *tempo livre tu vai pra fazer alguma coisa do lazer; acho que lazer é o tempo livre* – quanto nas fontes teóricas, assim como se refere Lefebvre (1991, p.62), ao momento de ruptura (momentânea) com o cotidiano,

mas que “não é mais a Festa ou a recompensa do labor, também não é ainda a atividade livre que se exerce para si mesma. É o espetáculo generalizado: televisão, cinema, turismo”, enquanto que os jovens considerem esse momento como sendo livre, como escolhas, de fazer o que gostam nesse tempo, sem perceber que são escolhas que a sociedade capitalista nos oferece para serem usufruídas por meio do consumo (muitas vezes), deixando de ser um momento de criação livre das normas da sociedade e influências do mercado: *Lazer é quando temos um tempo livre para aproveitar e fazermos coisas que gostamos, como por exemplo: ir na casa das amigas, shopping, filmes, praia e internet.* (Jovem de Ingleses).

O momento de criação livre de normas influenciadas pelo sistema capitalista poderia ser caracterizado como momento de ludicidade, pois o lúdico remete à lógica de um tempo não regulável, mensurável, objetivável ou lucrativo. Por meio da racionalidade capitalista – que interessou-se apenas pelo tempo de produção, um tempo que é descartável, fragmentado, mercantilizado, desprezando o tempo dos homens, social e qualitativo – ele (o lúdico) é inviabilizado, é subordinado ao tempo de produção, é descaracterizado, é mutilado e nem sempre pode ser relacionado ao prazer, à liberdade, uma vez que esses aspectos não “são vividos plenamente na sociedade capitalista” (SILVA, 2007b, p.168). Isso é o mesmo que acontece com o lazer, pois está subordinado à racionalidade capitalista e sua ligação (lazer capitalista) com o lúdico leva à deformação deste último, passando a ser “banalizado, fetichizado, morto, massificado, sem criatividade, sem liberdade, sem sentido, uma vez que está atrelado aos esquemas do tempo-mercadoria gerador de valor de troca” (SILVA, 2007b, p.166).

De acordo com Padilha (2006), a história do lazer está associada à história do trabalho, inclusive ao trabalho antes da indústria. Contudo, com o desenvolvimento das indústrias os usos do tempo foram alterados. A partir desse período, segundo a autora, houve um maior controle do tempo no trabalho e fora dele. Ao capitalista pertence a força de trabalho do trabalhador, portanto, este trabalha sob o controle do capitalista, é vigiado para que nenhum tempo seja desperdiçado sem trabalho, pois o capitalista quer o que é seu (MARX, 1985).

No entanto, o lazer pode ser entendido, segundo Mascarenhas (apud MARCASSA E MASCARENHAS, 2005), como um fenômeno típico da modernidade, um conseqüente das tensões entre capital e trabalho, materializando-se em um tempo e espaço de vivências lúdico, de organização da cultura incutido de relações hegemônicas. De acordo com Brenner, Dayrell e Carrano (2005, p.178), “O lazer é atividade social e historicamente condicionada pelas condições de vida material e pelo capital cultural que constitui sujeitos e coletividades”.

De acordo com Marcassa e Mascarenhas (2005), trabalho e lazer podem ser entendidos, de acordo com as associações entre estes fenômenos (indissociáveis), como pólos opostos, pois enquanto o trabalho tem significado de depreciação, exploração e sacrifício, o lazer aparece como momento de liberdade, alegria e realização humana. Contudo, destacam estes autores, o lazer passa a ser apenas uma possibilidade de compensação quando o trabalho é subordinado às necessidades imediatas e o produto do trabalho continuar estranho ao seu produtor.

Segundo Marcassa e Mascarenhas (2005), o mercado, voltado ao lazer, tem como objetivo gerar lucro por meio do consumo generalizado de serviços e mercadorias que estão associadas à diversão e ao entretenimento:

Como lugar de organização da cultura, é também tempo e espaço de educação e, sendo assim, torna-se palco social de disputa hegemônica, em que a tensão se dá entre a penetração massiva da indústria cultural no mercado da diversão e do entretenimento e a ação política e pedagogicamente orientada para uma formação crítica e criativa (p.257-258).

Para os jovens o lazer está relacionado à diversão – *é quando a gente se diverte* –, como um momento para brincar – *prazer de brincar* –, *uma área para se divertir, pra passar o tempo* e também para aprender, *é um lugar para se divertir jogando bola, parques, é algo que a gente faz que nos dá prazer.*

É possível perceber, no entanto, que os jovens relacionam o lazer com um momento de prazer, um momento possível para brincar, necessitando de um espaço para isso, é um momento que não deixa de estar relacionado ao tempo livre como acima descrito, bem como poderia se voltar a um tempo e espaços de vivências lúdicas, como Marcassa e Mascarenhas (2005) relacionam ao lazer. Mas se for construído nas contradições cotidianas, na tensão permanente entre capital e trabalho, ele pode ser considerado legítimo se operar dialeticamente a partir dos seguintes pares: “repetição e criatividade, monotonia e motivação, conformismo e resistência, consenso e conflito” e outros jogos opostos (SILVA, 2007b, p.170). O lúdico pode, no entanto, por um lado, ser síntese de opressão e alienação, como no mundo do consumismo e do caráter fetichista das mercadorias e, por outro lado, pode significar também emancipação, pelo caráter contraditório de resistência à ordem do capital, que banido da lógica do produtivismo passa a pertencer ao grupo dos discriminados, como os considerados pela lógica capitalista: improdutivos, lentos, transgressores, revolucionários.

### 2.2.2 Juventude e o usufruto do tempo/espço para o lazer

Após a reflexão sobre lazer e “tempo livre” no texto anterior, busco neste momento apresentar uma descrição e reflexão sobre o usufruto do tempo/espço para o lazer segundo as observações e apreensões possíveis a partir do campo de pesquisa. Como já abordado anteriormente, as diferenças existentes entre as duas classes são claras, conforme as condições econômicas e, conseqüentemente, conforme as condições de vida que o capitalismo trás, causam, como resultado de seus objetivos egoístas, gananciosos, para uma condição de alto padrão de vida segundo seus próprios critérios, que não deixam de ser uma mera ilusão de vida. Vivem de simulacros, da sensação de poder sobre os demais seres humanos, que em busca de sua sobrevivência acabam favorecendo a “boa vida” dos poucos que detêm o poder do capital. São questões que, como descreve Engels (1985) em *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, implicam na condição de vida da população, começando pela degradação, insalubridade do ambiente de trabalho, minando as condições de sobrevivência, uma vez que a força de trabalho é mercadoria a ser trocada por dinheiro, que acaba não garantindo as necessidades básicas de sobrevivência, bem como conforme as flutuações do mercado, “pode ser despedido a qualquer momento pelo patrão” levando muitas famílias a aumentar seu tempo de trabalho para tentar garantir um mínimo de sobrevivência, bem como sendo necessário que outros membros da família, como crianças e jovens, entrem para o mundo do trabalho.

*“A maioria [...]. a família né, depende. Tem vezes que os jovens trabalham porque o[s] pai[s] não tem [não pode] arranjar emprego, não dão chance né. Muitos falam que os pais botam os jovens pra trabalhar, mas não é, é oportunidade. Que dão mais pros jovens que pros adultos né”.* (fala de jovem de Monte Serrat).

Os exemplos que Engels apresenta daquela época não deixam de estar presente na atualidade. Podem não se apresentar tal como antes, podem estar presente de forma mascarada, em outros contextos de trabalho, ou talvez precisemos agir como Engels, presenciar a realidade na sua essência, de perto, para ver realmente sua essência ou abrir nossa visão para essa realidade, assim como Silva (2003) presenciou, na Zona da Mata Pernambucana, o precoce trabalho infantil e suas conseqüências na adultização precoce da criança.

O que falar da classe média? Porque parece ser diferente das demais? É apenas uma parcela da população que se difere pelas condições econômicas, mas não deixa de pertencer à

classe trabalhadora, por mais que com ela não se identifique. Trabalham, têm boa parte de seu tempo voltado ao trabalho, com a diferença de que além de manter as necessidades básicas de sobrevivência, buscam, almejam se manter no mercado do consumo, ter uma vida diferenciada, melhor que a classe trabalhadora empobrecida, sonhando em alcançar a “boa vida” dos burgueses. Contudo, os próprios jovens sentem-se com pouco tempo para outras atividades que não sejam as de obrigações cotidianas, uma vez que, a exemplo destes jovens (escola particular), possuem boa parte do seu tempo empregado na escola, que implica não apenas na obrigação de estar presente apenas em um período do dia, como possuem outros horários, no período oposto, que os mantém atarefados com as obrigações escolares, tanto no estabelecimento escolar (aulas), como com as tarefas escolares a serem realizadas fora do estabelecimento. Além disto, muitos participam de cursos como língua estrangeira e esportes. Fica, então, como tempo para lazer, por exemplo, os finais de semana, quando não o passam com a família – *não temos muito tempo livre, mas é bom ficar um pouco com a família.*

Já os jovens da classe trabalhadora empobrecida, apesar de terem, geralmente, apenas um período do dia destinado ao estabelecimento escolar, outras tarefas, outras obrigações estão presentes no seu tempo. Quando ainda não possuem idade para o trabalho (no caso destes jovens), o que não os deixa despreocupados quanto à dificuldade de ingressar no mercado de trabalho, não descartam “bicos” e outras formas precárias de trabalho que possam estar envolvidos, para poder usufruir o mínimo que o capitalismo oferece como mercadoria, muitas vezes sendo no próprio produto produzido pelo trabalhador (ENGELS, 1985). Muitos participam de projetos ou visam entrar, como o Aroeira ou o Marista, e outros projetos oferecidos no ambiente escolar em período de contra turno ao do estudo (tênis, capoeira, escola aberta). Programas que buscam mantê-los ocupados, bem como eles mesmos sentem essa necessidade uma vez que a falta de ocupação do tempo pode ser considerado uma preocupação para eles, até sendo criminalizados pela sociedade quando, por exemplo, possuem tempo ocioso, tal como eles mesmos se sentem assim, segundo a fala do jovem apresentada no texto anterior, ao referir-se a ter ou não responsabilidade.

Ainda assim, ou mesmo que o tempo para o lazer seja na maior parte durante os finais de semana, ou horas vagas, eles buscam aproveitar esse momento ao máximo, com atividades que lhes proporcione prazer, com brincadeiras que gostam, ou que é possível fazer conforme o espaço que possuem na comunidade, ou na cidade. Os jovens de Monte Serrat citaram as seguintes atividades/brincadeiras que fazem nas suas horas vagas: jogar bola, soltar pipa, tocar cavaquinho ou pandeiro, praticar esportes (projeto), ficar em casa jogando vídeo-game, assistindo TV, no computador, brincar com os amigos, ir para festas. Alguns dizem que

gostam de ir ao Shopping, à balada, à LanHouse. São atividades que eles apontam segundo o local utilizado por eles, que é mais na comunidade e, quando não ficam em casa a maioria utiliza a escola para o lazer relacionado aos projetos oferecidos na escola voltados ao esporte, ou no mais, uma parte utiliza o espaço da caixa d'água da comunidade Monte Serrat, que chamam de campo da caixa, que é um espaço pequeno e gramado. Outros que moram mais afastados deste espaço, situando-se no Alto da Caieira, utilizam, na medida do possível, o espaço conhecido como campinho de futebol, que não apresenta estrutura adequada para o uso freqüente de crianças e jovens (EIPPER, PIMENTA e PIMENTA, 2006), mas atualmente vem servindo de depósito para o material das obras do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), desfigurando e dificultando o espaço que a comunidade possui para o lazer, como o próprio jovem (e outros) que mora em frente ao campinho ressalta e, usam esse espaço para o lazer, pois segundo eles não usam os espaços do centro:

*“Ele tá ruim né, porque colocaram um monte de areia ali, não aplainaram. Falaram que iam arrumar, mas parece que estragaram mais ainda. Estão querendo colocar mais areia ainda. Porque não tem lugar pra colocar, aí tem que colocar no campo. Areia das obras”.*

Como se pode notar, o espaço para o lazer da comunidade de Monte Serrat, e podemos incluir o Alto da Caieira, é escasso. Na verdade o que se utiliza para momentos de diversão são espaços adaptados por eles, como o espaço da caixa d'água. Na maior parte da área deste morro, assim como nas demais comunidades, uma cadeia de morros próximos ao centro urbano da cidade que formam o Maciço Central de Florianópolis (ilustração 5), também conhecido como Maciço do Morro da Cruz (EIPPER, PIMENTA e PIMENTA, 2006), a ocupação ocorre conforme o poder aquisitivo das famílias. As famílias com menor poder aquisitivo ocupam os terrenos com as piores condições de instalação, uma vez que os melhores terrenos, as áreas de mais fácil acesso, mais seguras, tornam-se objeto de loteamentos para as classes média e alta (PIMENTA e PIMENTA, 2002). A maior parte dos moradores possui um pequeno pedaço de terra para moradia e, como a condição econômica não permite (dificulta) que essa camada da população tenha acesso aos espaços destinados à habitação pelo mercado imobiliário. São excluídos do marco regulatório e de sistemas financeiros formais, os próprios moradores produzem seus assentamentos segundo os meios que se encontram a sua disposição, como baixos salários, terras rejeitadas ou vetadas pela legislação ambiental e urbanística para o mercado formal (ROLNIK, 2008).

Assim eles vão se aglomerando nos espaços ditos de preservação, ilegais, mas que na verdade são zonas destinadas a intensas urbanizações futuras, restando aos pobres as áreas de degradação ambiental, áreas de risco, assentamentos superpovoados, dividindo espaços ínfimos aonde sempre cabem mais um (PIMENTA e PIMENTA, 2002), de modo que os espaços vazios, os espaços que poderiam ser utilizados ao lazer, vão desaparecendo, uma realidade que os moradores percebem e reclamam a grande carência de opções de lazer devido a falta de espaço físico e a falta de investimentos pelo poder público, ficando como alternativas para o lazer, como já descrito, os colégios de bairros próximos, o centro da cidade, shopping e praças da cidade (SCHEIBE et al., 2004), o que representa um outro problema para essa população que é o fato da discriminação, da criminalização, da segregação de classes, limitando os espaços a serem usufruídos pelos pobres na cidade a fim de eliminar das vistas da burguesia a realidade por ela criada.



**Ilustração 5: Vista área do Maciço Central de Florianópolis**  
**Fonte: PMF (2007)**

Sendo assim, muitos não vão ao centro, segundo eles, pois tem *muito pouca coisa* pra fazer em Florianópolis. Reclamam que o Parque da Luz não tem luz a noite, e lembram que tem também o espaço da Beira Mar. Isso quando não são abordados pela discriminação segundo a fala do jovem descrita anteriormente. Segundo eles, os espaços que podem utilizar no centro, nas proximidades da comunidade, são: quadra de tênis da Federação, que segundo os jovens, está aberta “24 horas”, mas é necessário levar o material para poder jogar e a Escola Técnica que só pode ser usada nos finais de semana. As meninas é que ressaltaram a praia como espaço para o lazer, praça e a escola apesar de não a utilizarem, segundo elas, *só os guri vem jogar bola*. Há também o mirante do Morro da Cruz que gostam de ir para olhar a cidade e soltar pipa. Segundo eles, no entanto, Florianópolis possui *muito pouco* espaço/equipamento para o lazer o que os leva a comparar a uma outra cidade do Estado:

*“Itajaí, lá tem um espaço bem melhor que aqui em Floripa. Lá tem uma praça, do lado da praça tem um campo de areia pra jogar futebol, uma quadra de salão coberta, tem um campo de futebol, lá aberto pra quem quiser jogar, tem academia, pista de Skate e bicicleta”.*

Para os jovens de Ingleses, a percepção da falta de espaço para o lazer também não é muito diferente. Segundo eles, em Florianópolis só há praia, ou então ficar em casa no computador, ou jogando vídeo-game. No caso de Ingleses a praia é de fácil acesso aos moradores da região em relação aos moradores da região central de Florianópolis, como é o caso de Monte Serrat. Além da distância, o que dificulta o acesso da população à praia é, muitas vezes, a condição econômica, pois é preciso ter dinheiro para poder utilizar o transporte coletivo, podendo representar um gasto significativo na renda familiar, principalmente para aqueles que contam com o mínimo para sua sobrevivência. Contudo, para quem mora nesta região, principalmente para quem mora próximo à praia, é nesse ambiente que encontram espaço para o lazer, como surfar, jogar bola, e para se divertir. Mas apesar deste lado que consideram bom, muitos se sentem incomodados por não haver outro espaço na comunidade para o lazer – *é ir na praia [...], mas não tem lugar pra fazer esporte, não tem muito lugar, só praia. É ir na praia ou no shopping* – sendo que praia depende de tempo bom – *mas e quem mora longe da praia?* – e shopping depende de dinheiro.

Mesmo havendo outras formas de lazer, que possa ser realizado na comunidade ou em outros espaços da cidade como, andar de bicicleta, trilhas, eventos esportivos – *quando acontecem* –, festas, parques infantis, clubes, cursos, museu, cinema, teatro, implica muitas

vezes em locomoção até o centro da cidade, bem como salientam que é necessário pagar para ter acesso, para se divertir. *Ao menos no norte da ilha não conheço espaços ou equipamentos públicos de lazer, mas em locais privados tem equipamentos e espaços* (grifos da jovem). Além disso, ressaltam que neste bairro *não é muito bom, visto que é tudo fechado, muito condomínio, não tem nenhum lugar pra jogar bola; isto é, não tem muito lugar, assim, praça, quadra de coisas, né, pras crianças; na verdade, só tem prédio na real.*

O bairro de Ingleses, assim como a região central de Florianópolis, possui seus espaços distribuídos conforme as condições econômicas dos moradores e, apesar de ser um bairro que pode ser chamado de residencial, apresenta também seus pólos de comércio localizados, principalmente nas margens das vias principais. Assim como o centro de Florianópolis, onde houve um movimento da população para os morros da cidade, tanto de famílias carentes como da classe média, que se distribuem desigualmente, mas com pontos de contato (SCHEIBE et al., 2002), Ingleses também não é muito diferente, no sentido de que na distribuição da população há pontos de contato entre famílias pobres e da classe média. Mas a partir do momento em que começa a valorização do solo urbano, principalmente voltado ao mercado imobiliário de habitação, ocorre a elevação especulativa do preço do solo urbano (SCHEIBE et al., 2002), não escapando, no entanto, dos processos de reprodução da pobreza urbana confinadas a espaços inadequados para implantação de seus assentamentos (PIMENTA e PIMENTA, 2002) localizando-se por exemplo em área de dunas (como a favela do Siri), sendo chamados posteriormente, segundo os autores, de invasores de áreas de preservação. Contudo, a região sofre, assim como toda a cidade, com a remoção de dunas, aterro de mangues, margens de rios, cortes de encostas de morros e outras agressões ao meio ambiente, a fim de favorecer o processo de comercialização de terras e de ocupação (CECCA, 1997). Enquanto isso a classe trabalhadora empobrecida é tachada de invasora dos espaços de preservação, mas que na verdade estão destinadas a futuras urbanizações (PIMENTA e PIMENTA, 2002), pois segundo o CECCA (Centro de Estudos Cultura e Cidadania, 1997) a magia desta cidade (magia da Ilha) pode ser essa alteração das leis – “lei se faz, lei se desfaz” (p.222) segundo a vontade das elites.

Como a cidade cresce em direção aos padrões de ocupação espacial próximos das grandes metrópoles (CECCA, 1997), espalhando enclaves como condomínios, hipermercados e shoppings center, desfaz-se a dualidade centro-periferia para dar lugar aos chamados lugares seguros e lugares violentos (ROLNIK, 2008). No bairro de Ingleses, assim como em outros bairros da cidade, são gerados os territórios de exceção, os lugares seguros, a segregação das elites e classes médias em espaços fechados e exclusivos, cercados, vigiados (idem). É esse

sentimento de lugar fechado, de condomínios, prédios e mais prédios distribuídos pelo bairro, cada vez mais segregando o espaço, que, como já discutido, passa despercebido de nossas vistas os espaços de pobreza, mascarados pela beleza dos espaços em que circulam as classes média e alta (ENGELS, 1985), tanto da população local quanto aos turistas, principalmente para agradar aqueles que se destinam aos empreendimentos de alto padrão, como o complexo do Costão do Santinho (campo de Golf e Hotel).

Os espaços fechados, como os condomínios, no entanto, oferecem espaços para o lazer, limitando-se ao uso apenas dos moradores do mesmo. É o *mundo de dentro*, como Carneiro e Padilha (2005), descreve que compreende o espaço privado, protegido, planejado para oferecer segurança, conforto, limpeza, beleza, aonde não deve haver imprevisto, acaso, como no *mundo de fora*, que representa a cidade real, as ruas, os espaços de circulação, sujeitos as manifestações sociais, ao acaso. Segundo as autoras, assim como o shopping center vem sendo destacado como um atrativo de lazer, o mesmo vem ocorrendo nos anúncios de imóveis de alto padrão, tanto prédios de apartamentos como condomínios de casas. Remodela-se assim a esfera de sociabilidade, confinado aos espaços fechados considerados seguros, as *Ilhas de prazer*, como sugere o título do artigo destas autoras, mesmo que sejam considerados espaços de lazer um limitado espaço de convívio, um parquinho de criança, ou equipamentos de ginástica (Fitness equipado), salão de festas, quadra esportiva, ou seja, tudo em um inteiro quarteirão de lazer (11 mil m<sup>2</sup>, por exemplo).

Apesar de haver espaços de lazer, no sentido trabalhado por Carneiro e Padilha (2005), em habitações fechadas como condomínios, não foi possível constatar que os jovens de Ingleses residam em ambientes deste padrão, ou em ambientes fechados que possuem espaço adequado para o lazer. O que se pode notar, no entanto, foi que ambos os grupos percebem a falta de espaço para o lazer na cidade, principalmente o que diz respeito ao espaço público gratuito, como os jovens de Ingleses destacam. Alguns deles mostraram que é necessário ter dinheiro para ter acesso ao lazer, que se encontra em sua maioria, nos ambientes privados, limitando a entrada daqueles que não podem pagar – *existem várias formas de lazer, porém a maioria delas é de acesso de poucos, que podem pagar pelo lazer*. Contudo há ainda uma diferença, parece haver uma negação de aproximação com as pessoas de baixo poder aquisitivo, pois apesar de perceber, sentir que não são todos que têm condições de acesso ao lazer pago, há a visão de que *tem que ter coisa pra quem não pode pagar*. Há também aquele que possui a visão de segregação de classe, em que os espaços/equipamentos destinados ao lazer:

*“Teria que ser pago, não muito caro. Porque se for de graça, várias pessoas de uma classe mais baixa vão para avacalhar, quebrar, como fizeram com outras coisas. SEM PRECONCEITO!”* (grifos da jovem).

Percebe-se neste caso o sentimento de segregação, de criminalização dos pobres, aonde na cidade os espaços devem ser diferenciados conforme as classes sociais, isto é, espaço a ser usufruído apenas pelos pobres e espaços apenas usufruídos apenas pela classe média e/ou alta, garantindo assim o não convívio com a população pobre, o contato com a miséria, bem como sentimento de segurança que se torna ameaçado pela circulação da classe trabalhadora empobrecida, as classes perigosas (ENGELS, 1985; CHALHOUB, 1990; HARVEY, 2004; ROLNIK, 2008), o que tem acarretado em ações conhecidas como “tolerância zero”, buscando eliminar a miséria das vistas da sociedade, garantindo a ordem social na cidade, tirando da vista a miséria, a marginalidade produzida pelo capitalismo (WACQUANT, 2000), sendo exemplo o “Choque de Ordem” que vem ocorrendo no Rio de Janeiro (BRITO e NADER, 2009; ÚLTIMO SEGUNDO, 2009) e a campanha “Quem dá esmola não dá futuro” em Florianópolis, buscando retirar a população de rua, por meio de denúncias (PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, 2002).

### 3. ESPAÇOS/EQUIPAMENTOS PÚBLICOS PARA O LAZER DA JUVENTUDE: DESEJOS, PROJETOS E EXPECTATIVAS

#### 3.1. ESPAÇOS/EQUIPAMENTOS PÚBLICOS PARA O LAZER

Considerando a visão urbanística de um modo geral, define-se como espaço público os espaços abertos da cidade, de uso comum, acessíveis e apropriados livremente pelas pessoas, espaços que servem de passagem de cidadãos e pessoas desconhecidas (PREFEITURA MUNICIPAL DE RECIFE, 2002; VAZ, 2005), assim como seu adjetivo – “público” – deixa transparecer, uma vez que diz respeito ao que é aberto, à acessibilidade generalizada e sem restrições excludentes de entrada ou circulação (LAVALLE, 2005; SERPA, 2004). São, no entanto, considerados espaços públicos “todo e qualquer espaço urbano que não seja de domínio privado” (NOZ, 2008, P.25)<sup>42</sup>, tais como: largos, parques, jardins públicos, ruas, praças públicas, pátios, etc. (PREFEITURA MUNICIPAL DE RECIFE, 2002; VAZ, 2005). Portanto, segundo Graça (s/d), a relação do espaço público com a cidade é ambígua, pois enquanto a cidade se apresenta como uma realidade concreta (edifícios, equipamentos, infra-estruturas), o espaço público representa a materialização do seu inverso – ausência de concretização física –, não sendo a negação da cidade, mas representa a afirmação da sua existência.

De acordo com a obra da Prefeitura Municipal de Recife<sup>43</sup>, a expressão “espaços de uso comum” é própria da idéia de espaço público, os quais surgiram a partir do século XVIII “como resposta ao modo de organização da família restrita”, sendo que o espaço fundamental era o espaço privado, a habitação, “fechada sobre a intimidade familiar” (PREFEITURA MUNICIPAL DE RECIFE, p.18, 2002). O sentido de espaço público, portanto, por não pertencer ao domínio privado, carrega sempre consigo essa categoria oposta – a idéia de espaço privado (VAZ, 2005). A diferença entre espaço privado e espaço público diz respeito ao acesso, à quantidade de pessoas que acolhe, sendo que o primeiro é restrito a poucos, corresponde a uma propriedade (próprio da intimidade) que, por assim ser, exclui qualquer

<sup>42</sup> Palavras da arquiteta e urbanista, professora de projeto da FAUFBA Paola Berenstein Jacques em entrevista concedida à Revista de Estudantes de Arquitetura da PUC-RIO – NOZ número 2 ano primeiro semestre de 2008.

<sup>43</sup> “As praças que a gente tem, as praças que a gente quer: manual de intervenção em praças”, publicado no ano de 2002 pela Prefeitura Municipal de Recife/PE.

direito externo de intervir ou participar, enquanto que o espaço público, o espaço de uso comum, é entendido como acessível a todos (PREFEITURA MUNICIPAL DE RECIFE, 2002; LAVALLE, 2005). Porém, há um questionamento a se fazer referente aos espaços públicos, assim como Serpa (2004) indaga, que diz respeito à apropriação seletiva e diferenciada desses espaços ditos acessíveis a todos, diferenciando-o dos espaços privados que associa dicotomias, tais como: Casa x Rua, Conhecido x Estranho, Fechado x Aberto, Família x Mundo, Segurança x Perigo, Moral x Direito, Público x Privado Capital (propriedade), (LAVALLE, 2005).

Portanto, há uma diferença entre uso público e uso privado, ao qual corresponde, no primeiro caso, às ruas de circulação, estacionamentos públicos, largos, áreas de lazer (áreas verdes, praias, lagos, hortos, etc.), os lotes públicos (de gestão do município), terrenos baldios, algumas áreas naturais de acesso livre ao público com potencial para o lazer e ambientalmente protegida; já os espaços de uso privado correspondem às áreas livres de lotes particulares, os jardins, quintais, playgrounds e áreas de lazer de casas, edifícios e condomínios em geral, áreas livres verdes, ou não, de clubes e áreas privadas para prática de esportes (PREFEITURA MUNICIPAL DE RECIFE, 2002; VAZ, 2005).

A diferenciada apropriação dos espaços públicos, como o questionamento acima mencionado, se explica, por um lado, pela distinção entre espaço público e espaço de uso coletivo, uma vez que este último nem sempre pode ser espaço de uso coletivo público em virtude das circunstâncias que lhe condiciona o acesso, por serem considerados espaços fechados de acesso restrito a grupos sociais específicos, determinados pelo nível de renda e, conseqüentemente, pela capacidade de consumo, como por exemplo, os centros comerciais, os shopping center – espaços de segregação mascarados pela dita segurança – os meios de transporte de natureza privada (PADILHA, 2006; PREFEITURA MUNICIPAL DE RECIFE, 2002), entre outros espaços/equipamentos da mesma espécie tais como os que há na cidade de Florianópolis: teatros de acesso restrito a quem pode pagar ou aos alunos de escolas públicas, em horário especial, para que possam prestigiar espetáculos, mas não atinge a todos; parque aquático, clubes sociais; entre outros.

Por outro lado e, sobretudo, esse diferenciado acesso aos espaços públicos de uso comum se explica, ou explica a atual sociedade capitalista que visa sempre o capital, diferenciando as classes segundo o poder aquisitivo, ficando a classe trabalhadora empobrecida a mercê do mercado, favorecendo os interesses burgueses (o lucro). Neste sentido, convém destacar que, como já foi evidenciado anteriormente, o espaço envolve o tempo e, assim, no mundo das mercadorias o consumidor não compra apenas um espaço mais

ou menos povoado com signos de prestígio e hierarquia social. Na verdade ele também adquire uma “distância a que vincula sua habitação aos lugares: os “centros” (de comércio, de lazeres, de cultura, de trabalho, de decisão). [...] Compra-se o emprego do tempo (LEFEBVRE, 2008). Isto significa dizer que, ao tempo recortado em fragmentos (tempo de trabalho, de consumo, de lazer, de percurso etc.), vinculam-se espaços com os atributos e práticas correspondentes. No entanto, apesar de despedaçados e despedaçantes, os espaços tempos encontram-se essencialmente ligados à reprodução das relações sociais de produção. Assim, para abstrair essa característica essencial da própria reprodução social – “conjunta, dissociada, mantendo uma unidade, a do poder, na fragmentação” – propõe-se um exemplo: os “lugares de lazeres” implica, em dizer que: “Através dos lazeres foram conquistados o mar, as montanhas e até os desertos. A indústria dos lazeres se conjuga com a construção para prolongar as cidades e a urbanização ao longo das costas e nas regiões montanhosas.” (LEFEBVRE, 2008 p.9).

Posto isto, não cabe à classe trabalhadora usufruir os mesmos direitos, a ter acesso a determinados espaços sociais, sejam eles públicos ou privados, que possibilitem a aproximação e o contato entre as diferentes classes. Pelo contrário, espaços segregados se constituem na cidade visando eliminar das vistas dos burgueses e pequenos burgueses as conseqüências nefastas que atinge a classe pobre (ENGELS, 1985; HARVEY, 2004). Sendo que a pequena burguesia parece ser usada pela burguesia como aliada do capitalismo, oferecendo “migalhas” a essa classe que acaba não se percebendo como parte da classe trabalhadora, ao menos enquanto não for atingida pelas conseqüências que o capitalismo causa à classe trabalhadora quando esta não lhe serve mais a atingir o lucro capital – demissões em massa – pois o proletariado só encontra trabalho enquanto seu trabalho aumenta o capital (MARX e ENGELS, 2003). Sendo assim, incluem-se na lógica segregacionista do capital os espaços de uso coletivo públicos, pois são de domínio privado, não acessível a todos. O que há na cidade, então, não tende a ser voltado para a classe trabalhadora empobrecida mais sim para a elite, assim como este jovem morador da comunidade do Morro do Mocotó denuncia<sup>44</sup> (grifos meus):

*“Eu sou morador do Morro do Mocotó, a gente não tem área de lazer nenhuma na realidade. Os espaços que tem assim é... foram planejados, detectados, por fazer alguma luta na prefeitura, foi usado pra questão de moradia ou realmente ta lá jogado inutilmente. Agora espaço de lazer, lazer de verdade, pelo menos na comunidade que eu moro não tem. Existem algumas comunidades ainda que tem um... um campo de futebol ou uma praça pra ta desenvolvendo o negócio, mas não*

---

<sup>44</sup> Jovem entrevistado no durante a fase de pré-campo referente ao Fórum-Campo 01.

*tem. Florianópolis eu acho que é uma cidade é, feito pra elite! Não é feito pra comunidade que tem menos condições, é muito feito pra elite! Então onde existe lazer é onde a elite alcança. As praças públicas não são feitas pras pessoas pobres circularem, até porque existe uma opressão de conduta aonde tu tem que ser, tu tem que ter sua forma de agir naquele local e a gente não tem essa forma de agir igual a quem vive no centro. Falta muito essa questão de ter um espaço onde se identifique com o povo. O povo é maioria na nossa sociedade e não é bem valorizado. Então aqui em Florianópolis existem muito poucos espaços no qual se trabalha essa questão de lazer, um espaço onde a pessoa pode ir lá, sentar, discutir, conversar, até passar o tempo, é muito defasado no centro da cidade”.*

Segundo Graça (s/d), os espaços públicos urbanos vêm assumindo cada vez menos o caráter de público, o que, de acordo com este autor, leva à diminuição de reconhecer, de encarar, de visualizar esses espaços como pertença efetiva das diferentes classes sociais. Como exemplo o autor cita a praça ou jardim que deixaram de ser um espaço de interação social (por excelência) tornando-se um espaço de “encontro social pontual e cujos mecanismos dinâmicos já não são controlados pelos seus atores” (GRAÇA, s/d, p.4). Assim como a rua que se tornou apenas um espaço de ligação, que se especializa para a circulação de pessoas e automóveis, assim como se especializa toda a cidade, perdendo a capacidade de proporcionar um ambiente urbano favorável à interação social, ao lazer (GRAÇA, s/d; MACEDO 1986). Esse modelo de urbanização é o resultado dos processos de periferização e suburbanização, que conduzem ao desaparecimento da vivência do espaço público, pois, os espaços como acima citados, deixam de ser lugar de encontro, passando a lugar de percurso, como o passeio público que se reduz a um percurso pedonal e o automóvel passa a monopolizar a paisagem urbana (GRAÇA, (s/d). Com a segregação, o medo instaurado na cidade, como conseqüências de uma sociedade capitalista que privilegia uma minoria, como estratégia burguesa para giro e acumulação de capital, surgem os espaços fechados, um espaço que oscila entre propriedade privada e de uso coletivo. Um *locus* envolvente onde tudo está organizado, ambiente e temperatura controlados, passos vigiados, espaço em que as pessoas se sentem seguras (GRAÇA, s/d; SOBARZO, 2007). Contudo, nesse espaço, a “idéia de interação autêntica entre os cidadãos desapareceu por completo” (GRAÇA, s/d, p 6.).

A configuração espacial e social da cidade altera o papel da esfera pública no conjunto das dinâmicas urbanas, pois os espaços públicos deixam de ser o elemento ordenador da cidade, o afastamento da vida pública contribui para o consumo da sociedade, mas também transforma os espaços públicos num simples produto imobiliário, à mercê da força econômica da especulação privada (GRAÇA, s/d), conduzida pelo capitalismo. Este autor cita as formas com que se manifestam esses fenômenos diversos: crescente número de condomínios fechados; concessões privadas de largos e praças a parques de diversões,

esplanadas ou demonstrações comerciais; parcerias entre entidades públicas e privadas para construção de jardins, arranjos urbanísticos, associados à exploração privada de parques de estacionamento a ele agregados; construção de cidades simuladas dentro da própria cidade (parques temáticos ou cidades empresariais), etc.

O espaço público da cidade acaba se reduzindo apenas a um espaço residual entre edifícios e vias e os gigantescos empreendimentos destinados ao consumo, simulacros do lazer, os organizados ambientes de grandes centros comerciais, como, por exemplo, os shoppings, buscam reproduzir as estruturas e os elementos urbanos tradicionais como ruas, praças ou jardins, que são na realidade apenas simulacros afinados e otimizados do espaço público, um espaço privado que se disfarça de público com um ar de uma nova cidade com características melhores em relação à cidade que pertence ao mundo de fora (mais bonita, mais segura, mais limpa), identificando o uso com consumo e segurança com privatização (GRAÇA, s/d; PADILHA, 2006). Além do mais, os ambientes fechados de uso restrito, como os loteamentos fechados, que “constituem uma materialização clara, evidente e inegável da privatização do espaço público”, contribuem com a segmentação da socialização, das práticas socioespaciais, pois propiciam e aprofundam a socialização privada em ruas e praças privadas, continuando em colégios privados, clubes privados e shopping center privados (SOBARZO, 2007, p.1).

Uma outra questão que inviabiliza, e ameaça os espaços públicos, são os grandes empreendimentos que se instalam nas cidades. Segundo Serpa (2004), este gosto pelo gigantismo e grande espetáculo em matéria de arquitetura e urbanismo é o investimento em espaços centrais e turísticos nas cidades brasileiras, um investimento em espaços públicos “visíveis”, que ocorre graças a parcerias entre os poderes públicos e empresas privadas. Um caso que é bem característico na cidade de Florianópolis, no qual grandes projetos privados repercutirão sobre a transformação da paisagem e da sociedade que será muito decisiva em relação às transformações ocorridas até recentemente (PIMENTA, 2005). Esta autora quer dizer que a cidade entrará em uma nova fase em relação aos projetos na cidade, o que se concretiza com o resultado do Congresso do Conselho Mundial de Viagens e Turismo (WTCC)<sup>45</sup>, que ocorreu em Florianópolis em 2009, publicado em um “Relatório de oportunidades de investimentos” para o Estado de Santa Catarina. Trata-se, no entanto, de

---

<sup>45</sup> WTTC (World Travel & Tourism Council), formado por 100 empresas, este congresso realizado na cidade de Florianópolis no Costão do Santinho, reuniu os principais executivos do turismo mundial por meio do Estado de Santa Catarina, com investimentos governamentais e privados no valor de R\$ 8 milhões com retorno esperado a curto e longo prazo (EVENTOS, 2009; RBSTV, 2009).

uma nova fase em que grandes empreendimentos estarão associados ao desenvolvimento da atividade turística (PIMENTA, 2005).

Florianópolis já conta com alguns projetos privados, como por exemplo, o Costão do Santinho Resort & SPA e o Costão Golf (ver páginas 15 a 17), ambos os empreendimentos situados em áreas de preservação. O primeiro se encontra no costão da praia do Santinho, desfigurando e ameaçando o ambiente natural, podendo gerar riscos à população e tornar um ambiente saudável impróprio para uso, como o Costão Resort (ilustração 6), pois qual será o real destino do esgoto despejado pelo empreendimento? E no caso do Costão Golf, por estar localizado sobre o Aquífero de Ingleses, de onde a CASAN<sup>46</sup> capitaliza água e abastece os usuários, correndo o risco de contaminação por meio dos produtos químicos utilizados no tratamento do gramado, conseqüentemente, um risco à população (NUNES, WESTARB e SILVA, 2004).



**Ilustração 6: Costão do Santinho Resort & SPA.**  
**Fonte: Costão do Santinho Resort & SPA (2007)**

---

<sup>46</sup> Companhia de Abastecimento e Saneamento de Santa Catarina.

Outros projetos de empreendimentos previstos tendem a ser uma ameaça ao meio ambiente, favorecendo somente o objetivo turístico da cidade – na realidade favorece e dá forças ao capitalismo –, como os divulgados no Relatório de Oportunidades de Investimento para o Estado de Santa Catarina. Trata-se de projetos reais, que estão sendo desenvolvidos, ou em fase de andamento, ou em fase de licenciamento, outros em fase mais adiantada (CBN/DIÁRIO, 2009). São projetos previstos para espaços que até então são considerados redutos, espaços públicos de difícil acesso e que ainda tem preservados sua característica natural, como a praia de Moçambique, localizada no bairro do Rio Vermelho para a qual está sendo divulgado um Hotel & Resort, colocando à venda uma área de 5,6 hectares de frente para o mar<sup>47</sup>. Outro previsto para a praia de Matadeiro (Matadeiro Resort) e outros grandes empreendimentos espalhados pela cidade, como no canal da Barra (Porto da Barra), mais um para o bairro de Santinho (Costão dos Atobás), Centro de Florianópolis próximo ao Iate Clube (Hotel Radisson), Bairro de Coqueiros, no continente de Florianópolis (Complexo Turístico Miramar), entre outros destinados a Florianópolis e demais cidades do Estado de Santa Catarina.

Os projetos dizem, supostamente, apontar um caminho para a proteção ambiental, mas na verdade nada mais representam do que uma simples manipulação dos fatos reais em virtude do capital (PIMENTA, 2005), o que se torna ainda mais evidente com o novo código ambiental proposto e acatado pelo poder público Estadual<sup>48</sup>, que segundo o informe da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável de Santa Catarina (SDS, s/d), “o Código Ambiental estabelece as normas gerais para a proteção e melhoria ambiental no Estado e pretende a compatibilização entre o econômico, o social e o ambiental”, portanto, favorece os grandes empreendedores a se instalarem próximos à margem de rios e mar.

São, portanto, projeções e implantações ocorridas por arquitetos e paisagistas que estão ligados às diferentes instâncias do poder local, “verdadeiras grifes do mercado imobiliário” (SERPA, 2004, p.27). Isto vale também para os parques que tem se tornado instrumentos de valorização fundiária e para os projetos de revitalização, que nada mais são do que um marketing urbano, uma nova imagem para a cidade a fim de garantir lugar nas redes internacionais da nova geopolítica (NOZ, 2008). Um bom exemplo deste tipo de

<sup>47</sup> Assim consta sobre o projeto 5 no relatório (SANTA CATARINA, 2009, p.22): “Moçambique Hotel & Resort: terreno com oportunidade para empreendimento de frente para a praia de Moçambique e próximo à Lagoa da Conceição. Única oportunidade investimento vizinha ao parque florestal do Rio Vermelho e com possibilidade de diversos usos dentro do terreno de 5,6 hectares de frente para o mar”.

<sup>48</sup> O novo Código Ambiental de Santa Catarina, difere da legislação federal, reduz o tamanho das florestas que devem ser preservadas nas margens dos rios – de 30 para 5 metros dependendo do tamanho da propriedade –, um código que causará novas tragédias (inundações, deslizamentos) conforme alertam cientistas e ambientalistas (ECO, 2009; ECODEBATE, 2009).

marketing em Florianópolis, além dos inúmeros empreendimentos privados destinados à cidade como acima destacado, pode ser o projeto de revitalização com propostas de recuperação da ligação do mar com a cidade, como apontado na notícia divulgada no jornal Notícias do Dia (PASTERNAK, 2008), sobre as propostas de revitalização para a região central da cidade onde um dia já foi concebido como área de lazer (aterro da Baía Sul), mas que cedeu lugar aos caprichos de investimentos privados (centro de eventos, estacionamentos, terminal de transporte coletivo).

Estas estratégias de embelezamento da cidade são o que Paola Beresntein Jacques (NOZ, 2008) chama de imagem da cidade, a qual, seja ela forjada ou não, torna-se promoção e venda da imagem, uma venda da cidade como mercadoria às empresas de alcance multinacional. Além disso, os financiadores multinacionais de grandes projetos de revitalização urbana visam o turismo internacional, com isso as políticas de revitalização visam adequar as cidades às demandas e aos fluxos internacionais de turismo e consumo urbano (NOZ, 2008; LEITE, 2002), como é o caso de Florianópolis, que foi transformada em uma indústria do turismo<sup>49</sup>. Sendo assim, retomo o exemplo do WTTC, em que vários empresários, investidores internacionais (Índia, Dubai, Portugal, EUA, Espanha e outros) registram interesse em projetos em Santa Catarina (BENETTI, 2009), ou que já deixaram demarcados seus espaços de intervenção, de compra, como por exemplo, grupo árabe que investe em Santo Amaro da Imperatriz, num grande hotel sob os moldes dos grandes resorts (GLOBAL 21, 2009).

Vislumbra-se uma imagem da cidade que se torna uma imagem padrão, um padrão internacional. As cidades precisam seguir um modelo internacional, homogeneizador, imposto por financiadores, um modelo que visa o turista internacional e não o habitante local – exige-se um padrão mundial. Tornam-se espaços urbanos padronizados, como os seguintes: cadeias de grandes hotéis internacionais, aeroportos, redes de fast food, shoppings center, parques temáticos ou condomínios fechados, “equipamentos que fazem as periferias das grandes cidades mundiais também se parecerem cada vez mais, como se todos formassem uma única imagem: paisagens urbanas idênticas, um mesmo cenário urbano globalizado” (NOZ, 2008, p. 28).

---

<sup>49</sup> O turismo na cidade começou a se expandir na década de 70 na temporada de veraneio, crescendo o número de visitantes a cada ano, principalmente com o fluxo de turistas dos países vizinhos como a Argentina. Foi a partir daí que se começou a debater a vocação de Florianópolis, pois a industrialização não aconteceu na cidade. Até o final da década de 90 se defendeu a indústria do turismo e da alta tecnologia, período que já se instaurava a idéia de indústrias não poluentes, sendo no entanto adequadas ao riquíssimo ambiente natural de Florianópolis. Nos anos 90 ocorre a abertura do país ao capital estrangeiro (PIMENTA, 2005).

Restringe-se, então, “os espaços públicos à extensão dos interesses particulares” (PIMENTA, 2005, p.54), enquanto que estes deveriam ser zelados e consolidados pelos poderes públicos. Mas em Florianópolis, os parques e jardins são constantemente ameaçados ou transfigurados, geralmente os planos propõem áreas de fins públicos que partem de pequenas parcelas da iniciativa privada (PIMENTA, 2005). São exemplos de áreas ameaçadas o Parque da Luz, a Ponta do Coral<sup>50</sup> e o terreno da Penitenciária, como já destacado no início desse estudo e a área conhecida como “Campo de Aviação” no bairro Campeche, que contra o desejo da comunidade se encontra à venda (PASSOS, 2002). Incluo aqui também, como áreas ameaçadas, em virtude da especulação imobiliária, o Canto do Gravatá (ver página 14 desta dissertação); os espaços públicos utilizados para o comércio instalado à beira da praia, como restaurantes e bares (exemplo da praia de Ingleses); os espaços destinados aos novos empreendimentos como a Praia de Moçambique, conforme relatado acima; e outros espaços que poderiam ser ambientalmente protegidos, utilizados como área verde, destinados ao uso público, como os terrenos destinados a novos empreendimentos, a exemplo do “Florianópolis Village Resort Golf” com uma área delimitada de 120 hectares localizados na Praia do Pântano do Sul, com 600m lineares de frente para o mar (JAT ENGENHARIA, s/d).

Os parques que surgem na cidade, ou que são melhorados, reformados, geralmente partem da lógica da localização, priorizando o interesse turístico, próximas a grandes equipamentos como shoppings center, aeroporto internacional, centro de convenções, ou surgem a fim de valorizar um processo imobiliário de áreas nobres, acrescentando novas amenidades físicas aos bairros que já possuem melhor infra-estrutura de comércio e serviços, bem como vias expressas para circulação de veículos particulares (SERPA, 2004). Estes são exemplos que ocorrem na cidade de Salvador, mas que podemos perceber também na cidade de Florianópolis, como o Campo da Gruta<sup>51</sup> no bairro da Trindade, que foi reformado, ou melhor, revitalizado (PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, 2007), mas se

---

<sup>50</sup> Em 1929 a Prefeitura Municipal de Florianópolis permite o depósito (empresas Texas e Standard) neste local, devido ao risco de incêndio (posto de combustível). Depois (1940) com o Abrigo de Menores, a área passa a ser utilizada como área de lazer pela comunidade e internos. Em 1960 é vendido ao governo do Estado que instala a lavanderia do Abrigo. Até 1980 esse espaço era considerado ponto privilegiado de vocação pública, mas a partir desse ano o governo põe a área à venda. Em seguida (1997), passa a ser considerada área turística exclusiva de atividades, destaca-se como espaço natural de atividades públicas. Contudo, ao mesmo tempo em que esta área da cidade tem sido marginalizada, ela é atraente para quem vê a verticalização, o incentivo à hotelaria, como justificativa para esse espaço, merecendo assim, a introdução de novos equipamentos que renovaria essa parte da cidade, dando-lhe uma nova feição, portanto, para a imagem da cidade. Lembro, no entanto, o exemplo a projeção de um hotel destinado a esse espaço (SILVEIRA, 2005).

<sup>51</sup> Este espaço consta de um campo de futebol gramado cercado por alambrados e que pertence à associação de moradores do bairro (Trindade), portanto de acesso controlado pela associação. Neste mesmo espaço, ao lado do campo, há uma pista de skate e um pequeno espaço com alguns brinquedos infantis de livre acesso.

localiza em frente ao shopping Iguatemi, um estabelecimento que visa o acesso restrito a pessoas da classe média a alta.

Dentre as diversas funções, ou ambientes que são considerados espaços públicos e espaços privados, quais seriam os tipos de espaços e/ou equipamentos para o lazer? Segundo Santini (1993), os tipos de equipamentos de lazer abrangem diversas características e, genericamente, há duas formas de entendimento: uma que se refere a espaços e equipamentos de lazer, como o conjunto de instalações para determinadas atividades que, muitas vezes são utilizadas como sinônimos; a segunda distingue espaço de equipamentos, sendo que o primeiro é considerado como suporte para os equipamentos e mobiliários, ou seja, “os equipamentos são considerados como sendo os objetos que organizam o espaço em função de determinada atividade” (p.47), como passeio, descontração, jogos, atividades ao ar livre, esportes, espetáculos, encontros e vida social. Portanto são considerados equipamentos de lazer as instalações específicas como quadras, pistas entre outras, prevalecendo o uso que se atribui a elas. Marcellino (et al., 2007) ressalta a possibilidade da prática de lazer sem a necessidade de existência de equipamentos, e a impossibilidade dessa prática diante da inexistência de um espaço específico. Considerando, então, as duas formas de entendimento, sendo que as palavras (espaço e equipamento) possam se confundir como sinônimos, ou que a inexistência de equipamento não inviabiliza o lazer desde que haja um espaço, opto por referir-me aos tipos, sejam eles espaços e/ou equipamentos, independentes de suas funções, desta forma: espaço/equipamento.

Os espaços/equipamentos construídos para fins culturais e/ou lazer são considerados equipamentos específicos, sendo eles comerciais ou não, aos quais compreendem teatros, cinemas, bibliotecas, centros culturais, clubes, quadras esportivas, jardins, praças, centros infantis, academias, praias, campos, entre outros, bem como colônia de férias e hotéis que são considerados como função de turismo (MARCELLINO et al., 2007; SANTINI, 1993). Destes exemplos podem ser encontrados em Florianópolis teatros, cinemas (na sua maioria localizada nos shopping center da cidade), bibliotecas (a maioria anexadas a estabelecimentos de ensino superior, segundo fonte da Prefeitura Municipal de Florianópolis), museus, praças, parques, largos e clubes (na sua maioria privados). A maior parte desses espaços/equipamentos, principalmente teatros, cinema, biblioteca, museu, são centralizados, dificultando o acesso da população seja pela questão econômica, em virtude da seletividade pública – como documentada por uma jovem de Ingleses pelo fato de ter espaços/equipamentos para o lazer a quem pode pagar (ver p. 84) –, ou da distância de percurso entre periferia e região central da cidade (Marcellino et al., 2007, GRAÇA, s/d; PREFEITURA MUNICIPAL DE RECIFE,

2002), desfavorecendo as camadas empobrecidas da sociedade que, por exemplo, gostariam de ter um *teatro mais perto*, que *deveria ser de graça*.

Como já diagnosticado no decorrer das reflexões realizadas até aqui, a raiz dos problemas relacionados à sociedade em geral, como saúde, habitação, educação, lazer, espaço urbano (público e privado), é o tipo de sociedade que insiste em perdurar em tempos de crise, a sociedade capitalista, pois é a partir dela que surgem os problemas de segregação, conseqüentemente gerando a centralização de espaços/equipamentos para o lazer (MARCELLINO et al., 2007), principalmente os espaços públicos considerados de uso comum, que se destinam, na maioria das vezes, à classe média e/ou alta, ficando a classe trabalhadora empobrecida a mercê de escassos espaços para o lazer, muitas vezes adaptados pela comunidade, devido à saturação do espaço que habitam, por serem vítimas da segregação econômica. Portanto, falta espaço para o usufruto do lazer, como no Maciço Central de Florianópolis, que vem sofrendo com o esgotamento dos espaços livres, pequenos terrenos para moradia, dificultando o lazer ao redor da casa, restando os porões das casas, ou mesmo a rua estreita, muitas vezes dividindo o espaço com o lixo ou animais (PIMENTA, PIMENTA, 2005). Quando possuem outro espaço/equipamento como alternativa para ser usufruído no “tempo livre”, os poucos espaços disponíveis na comunidade, segundo os jovens de Monte Serrat, como o pequeno campo da Caixa, e o campinho do Alto da Caieira que se encontra em estado precário, ou outros espaços que são regulados por Fundação (Tênis) ou pela escola (a própria escola da comunidade e Escola Técnica), só podem ser utilizadas nos períodos ociosos como finais de semana. Ainda assim as atividades realizadas, no caso da escola da comunidade, são oferecidas pelo projeto Escola Aberta<sup>52</sup> aos sábados, um outro ponto que merece uma reflexão à respeito (o projeto), mas no momento não será possível esta contemplação.

Esse diagnóstico que aponta a seletividade de espaços, que na realidade caracteriza-se como uma segregação dos espaços, inclusive dos espaços públicos para o lazer, leva-nos ao entendimento da necessidade da democratização dos espaços de lazer, a qual Marcellino et al. (2007) diz ser necessário para o lazer. Com relação à democratização, seja do lazer e/ou dos espaços, não apenas para o lazer, mas os espaços em geral, deixo aqui uma indagação, pois como pode existir uma democratização numa sociedade capitalista, conseqüentemente segregacionista? As tentativas de minimização de um problema por meio de políticas públicas que se escrevem dentro desse tipo de sociedade buscam a construção de um outro tipo de

---

<sup>52</sup> Projeto de iniciativa da Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina. (SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, 2007).

sociedade ou apenas dissimula a essência realidade, a exemplo dos projetos citados no capítulo dois. Segundo Marcellino et al. (2007), para haver democratização do lazer são necessárias políticas públicas destinadas ao lazer, mas também uma política de reordenação do tempo, no caso redução da jornada de trabalho, bem como uma política de reordenação do solo urbano, o que inclui os espaços e equipamentos de lazer. Mas como atingir esse tipo de política se estamos instaurados dentro de uma política capitalista?

Uma política que possui uma dimensão social e um papel fundamental na organização do espaço social, um campo de ação de relações de poder sobre o espaço transformando-o num instrumento de exercício do poder que desempenha a função de sobrevivência e manutenção da sociedade capitalista (SILVA, 1994) por meio de suas diversas estratégias como shopping center e empreendimentos imobiliários de alto escalão (a exemplo dos projetos citados acima). Além do mais, democratizar tem se tornado um “chavão repetitivo da própria elite política, com suas promessas de participação popular” (SILVA, 1994, p.211), mas que na realidade, segundo este mesmo autor, não há uma efetiva participação da população no processo decisório das questões a quem interessa justamente (população) e que para tal exercício não possui um tempo verdadeiramente livre, mas sim comprometido com o processo de produção capitalista. Para isso acredito ser necessário a construção de uma nova política, de uma nova sociedade, estabelecida dentro de uma política socialista, a qual só será possível pela luta constante da classe trabalhadora – reconquista, manutenção de seus direitos e conquistas de novos direitos, como a redução da jornada de trabalho –, mas principalmente se a luta se constituir numa revolução da classe trabalhadora, por uma sociedade de iguais aonde todos possam ter acesso aos valores de uso, destruindo a centralização do poder capital.

Em virtude da centralização dos espaços/equipamentos específicos de lazer, os espaços que não foram construídos visando o lazer, como o ambiente doméstico (a casa, ou o lar), a rua, o bar, a escola, entre outros, são considerados equipamentos não específicos, pois seu destino específico foi alterado de forma parcial ou total, sendo criado espaços para as atividades de lazer (MARCELLINO et al, 2007; MARCELLINO, 1983).

De acordo com estes autores, as escolas possuem, geralmente, possibilidades de espaços como quadras, pátios, salas e auditório, em períodos de ociosidade como finais de semana e períodos de férias escolares, portanto, deveria ocorrer um vínculo com a comunidade. Contudo, na maior parte das escolas isso não ocorre, a não ser, como acima citado, o vínculo com projeto que funciona em determinado período de um dia da semana (sábado), ainda assim destinado aos alunos da escola (projeto Escola Aberta). Em defesa da

não abertura da escola para a comunidade estão as desculpas relacionadas à depredação do local, argumentando que se forem abertas, os equipamentos que ali estão disponíveis poderão sofrer destruição por parte da comunidade, pelos jovens, mas isso pode inibir iniciativas que faça a população se sentir participante do espaço (Marcellino, 1983). No entanto, é possível ocorrer a “invasão” do espaço pela comunidade a fim de utilizá-lo por ventura da inexistência, da escassez, da exclusão, discriminação ao acesso de espaços para o lazer na cidade, como é o exemplo do ginásio da escola de Monte Serrat (comunidade do Maciço Central de Florianópolis), que nos períodos em que não é utilizado pela comunidade escolar, serve como espaço para as manifestações de lazer e talvez até de outras formas de manifestação que podem representar alguma indignação pela comunidade referente ao espaço ou outras questões que no momento da inserção no campo de pesquisa não foi possível diagnosticar, pois a população entra nas instalações escolares – abandonadas e deterioradas por falta de verbas ou indignação da população – e as depreda por entrar e nela não permanecer, mas sim evadir-se (SILVA, 1994).

Com relação aos bares há o problema dos preconceitos que surgem da forma como são freqüentados e sobre seu estilo, principalmente se destinado ao consumo alcoólico. Os bares que lutam para permanecer com as características de espaço alternativo (exposições, lançamentos de livros, música ao vivo, etc.), estão restritos aos “barzinhos” e cafés, e muitos sendo substituídos por lanchonetes (MARCELLINO, 1983; PELLEGRIN, 1996). Além do comportamento estético atribuído pela sociedade, limitando o acesso de pessoas mais carentes. Interessa apenas o momento de consumo rápido, objetivando o alcance do lucro.

As ruas, assim como as praças são concebidas como locais de acesso e passagem (MARCELLINO et al., 2007). Sua atribuição como espaço de convívio social tem se transformado em virtude do crescimento urbanístico: se antes era ponto de encontro e espaço para a manifestação lúdica não apenas juvenil, mas de todos os segmentos da vida (infantil, juvenil, adulto, velhice), caracterizada como espaço de sociabilidade, com o urbanismo têm-se transformado simplesmente como lugar de trânsito, de circulação, uma simples conexão entre local de trabalho e residência, coniventes ao aumento do fluxo de veículos, reduzindo o espaço de lazer (GRAÇA, s/d; LEFEBVRE, 1973; MARCELLINO, 1983; MACEDO, 1986).

Em virtude dos problemas elencados neste estudo, as questões políticas e econômicas que refletem nos usos e acessos aos espaços de lazer, à escassez de espaços públicos para o lazer, à segregação espacial e social dos espaços em geral, às condições sociais da classe trabalhadora, da sociedade que em virtude dessa segregação, da desigualdade social gerada pelo capitalismo, da taxaço das classes pobres como uma classe perigosa (CHALHOUB,

1990), gerando medo ou preconceito, de uma classe sobre outra (média com baixa), como os depoimentos das jovens estudantes da escola particular do bairro Ingleses (ver p. 84 e 85), que percebem a necessidade de ter algo pra quem não pode pagar, mas o espaço/equipamento que desejaria utilizar deveria ser pago para que pessoas da classe baixa não tenham acesso, pois estas não contribuiriam com a manutenção do local, há uma tendência ao enclausuramento doméstico.

A casa, então, acaba se tornando um espaço para o lazer, contribui para que as pessoas se tornem reféns de suas próprias casas, que a tem como o principal espaço/equipamento de lazer (MARCELLINO, 1983; MARCELLINO et al 2007), mas que limita as manifestações lúdicas em virtude do espaço não ser favorável a determinados tipos de lazer (MARCELLINO, 1983), limitando-se, em muitos casos ao lazer em frente à TV ou ao computador. Neste caso, novamente a classe pobre é prejudicada, pois muitos não possuem espaços adequados no seu ambiente doméstico, a exemplo dos dados citados por Pimenta e Pimenta (ver p. 12), os quais já não possuem espaços dignos de moradia, saúde e educação (SILVA 1994).

No caso dos atuais condomínios fechados, “um espaço de uso coletivo orientado a extratos sociais que procuram e valorizam as relações de sociabilidade entre iguais” (SOBARZO, P.10), ou das residências que possuem jardins, espaços vazios ao redor da casa não sofreriam tanto com a falta de espaço para o lazer, conforme as propagandas divulgadas desses empreendimentos que se utilizam do termo lazer como um atrativo principal para os consumidores (CARNEIRO E PADILHA, 2005). Contudo, nesses ambientes “ruas e áreas de lazer ficam confinadas atrás dos muros que os rodeiam, disponíveis exclusivamente para os seus moradores”, onde práticas cotidianas são regulamentadas e normatizadas limitando a apropriação, criando simulacros de lugares que “produzem comportamentos e modos de apropriação” (SOBARZO, 2007, p.1 e 10 respectivamente), o que parece incomodar os jovens de Ingleses que reclamam a falta de espaços em virtude da existência de muitos condomínios fechados ou prédios nesse bairro, conforme declaram nos depoimentos documentados nessa dissertação.

Assim como apontado por Marcellino et al. (2007), os jovens deste estudo percebem e sentem a escassez de espaços públicos para o lazer, a falta de equipamentos específicos que atendam a população em si, conforme os depoimentos documentados no capítulo dois, como a falta de espaço/equipamento para prática de esportes a não ser a praia, que também em determinado aspecto se torna um elemento não facilitador para o lazer (ver p.82), ou que há

poucos e ainda assim são precários. Dessa forma analisemos quais os seus anseios, desejos de espaços/equipamentos que os jovens gostariam de usufruir na cidade, em sua comunidade.

### 3.2 DEMOCRATIZAÇÃO DOS ESPAÇOS/EQUIPAMENTOS PÚBLICOS PARA O LAZER DA JUVENTUDE: DESEJOS, PROJETOS E EXPECTATIVAS

Percebido, então, diante das fases de pré-campo e campo propriamente dito que os espaços/equipamentos para o lazer são escassos para ambas as classes sociais (média e empobrecida), conforme apresentado nos quadros dos eixos temáticos e analíticos (ver páginas 52 a 55) e, segundo os depoimentos dos jovens da oitava série da escola particular do bairro de Ingleses e da escola pública de Monte Serrat, que denunciam, apontam a falta, portanto, a necessidade de espaços/equipamentos para o lazer em Florianópolis, mais precisamente em suas respectivas comunidades, conforme a visão de mundo construída por meio da realidade de seu contexto de vida. Como apontado no capítulo dois, vejamos agora quais são os desejos<sup>53</sup>, expectativas, sentimentos, projetos desses jovens com relação aos espaços/equipamentos para o lazer, uma vez que estes não tendem ser frutos de uma política pública, muito menos consistente, para o usufruto do chamado tempo de lazer/“tempo livre”, ainda mais por não gerar benefícios, lucro para o capitalismo tal como geram as especulações imobiliárias, os grandes empreendimentos, a indústria do turismo.

Os depoimentos expressam desejos e expectativas que podem ser consideradas utopias, pois estão presentes em seus pensamentos e, ao mesmo tempo, “em lugar nenhum” (MORE, 2002). São utopias que podem contribuir para uma atitude crítica da(s) realidade(s) histórica(s), explorando o campo diferencial das possibilidades (MORE, 2002), principalmente quando as reivindicações e concretização das utopias estiverem atreladas a um exame crítico, uma utopia experimental como um estudo com rigor nas investigações (operação intelectual, metódica) levando o conhecimento para a utopia (LEFEBVRE, 2001), tornando essas utopias numa proposta ideal de organização da sociedade por meio de novas condições econômicas, políticas e sociais, a fim de alcançar um estado de satisfação geral, como Thomas More (2002) sugere em sua obra intitulada de “A Utopia”, como uma

---

<sup>53</sup> O que no texto se refere à desejo(s) pode ser entendido como necessidade(s), uma coisa (meio de subsistência, objeto de consumo ou meio de produção) que satisfaz diretamente ou indiretamente a necessidade humana. Desejo envolve necessidade, é o apetite do espírito e é tão natural como a fome para o corpo (MARX, 1985).

perspectiva revolucionária buscando romper com o sistema capitalista, tal como Marcuse (1969) acredita – na realização da utopia desde que dirigida a essa ruptura.

Por mais que este estudo, a princípio, não tenha tido a perspectiva, o objetivo de propor uma nova sociedade, os desejos, ou sonhos-desejados desses jovens fazem parte das representações sociais, expressando “de forma manifesta e oculta nas entrelinhas de suas aspirações, as idéias, os valores, as ideologias como sujeitos individuais e coletivos” (SILVA, 2003, p. 78). Portanto, mesmo que não se evidencie uma crítica ao contexto de vida, as palavras desses jovens, assim como Silva (2003) constatou em seu estudo que os sonhos-desejados das crianças da Zona da mata canavieira pernambucana não são apenas depoimentos coletados a fim de confirmar hipóteses. Os depoimentos desses jovens também podem ser considerados “testemunhos fundamentais das mediações das experiências sociais inscritas na vida cotidiana” (p.79) – discriminação no caso dos jovens pobres e negros; ou de preconceito, medo de um contato social entre classes, como no caso dos jovens da escola particular.

Como a representação social é a apreensão e a interpretação de determinado fato construído no senso-comum, no dia-a-dia da sociedade (MINAYO, 2006), é a imagem construída sobre o real por meio de símbolos do imaginário que se constituem como uma verdade (LEFEBVRE, 1983), nos depoimentos pode, portanto, estar expresso também o conformismo da realidade de vida, uma vez que as representações também estão repletas de “elementos de dominação de classes e de conformismo”, assim como um esquema ideológico (MINAYO, 2006, p.237). Desta forma, os depoimentos desses jovens refletem a compreensão da realidade de vida que pode estar “contaminada” pelo poder da ideologia da classe dominante que regula a produção e a distribuição das idéias, determinando âmbito da época histórica (MARX, ENGELS, 1999) – o capitalismo. Um capitalismo que por meio de sua ordem moral (o politicamente correto), censura opiniões, condena as formas de pensamento utópico levando, muitas vezes, à perda da esperança, da luta por uma nova sociedade (LEFEBVRE, 2001), um sentido que se pode considerar de um fim da utopia, segundo Marcuse (1969), mas ao mesmo tempo, impõe à sociedade atual suas utopias capitalistas – “utopia burguesa”, “utopia dos incorporadores”, utopia degenerada” (ver página 10) – gerando os simulacros dos condomínios fechados (segurança, conforto, etc.), dos espaços de consumo e supostamente feliz, divertido, como os parques de diversões apartados do mundo real e que possibilitam sensibilidades estéticas acrílicas (GRAÇA, s/d; HARVEY, 2004, PADILHA, 2006; SOBARZO 2007).

Sendo as representações sociais ilusórias, contraditórias e verdadeiras, fazem parte da linguagem do senso comum, consideradas, portanto, uma forma de representação da realidade, elas podem contribuir para a análise do social, “para a ação pedagógica e política de transformação, pois retratam e refratam a realidade”, mas também não se pode tomá-las como verdade científica, o que reduziria “a análise do processo ou fenômeno social à concepção que os atores sociais fazem dele” (MINAYO, 2006, p. 238).

Apesar da percepção da escassez e/ou necessidade de mais espaços/equipamentos para o lazer ser um ponto em comum entre os jovens das diferentes classes sociais, os desejos, as expectativas de como seria, do que teria o espaço/equipamento para o lazer diferencia de acordo com a realidade social, com o contexto de vida desses jovens, como observado no capítulo anterior. Sendo assim, em virtude da diferenciada representação social expressa em seus depoimentos, refletindo a realidade e a visão de mundo dos jovens de cada classe social, apresento as utopias, os sonhos, os desejos de acordo com o contexto social desses jovens, isto é, faço uma análise separada dos desejos, expectativas e projetos dos grupos sociais que esses jovens representam – classe baixa e média respectivamente.



**Ilustração 7: projeto modelo de Clube Social para o Maciço Central de Florianópolis.  
Fonte: PMF (2007).**

De acordo com os alunos, funcionários e professores da escola de Monte Serrat, o espaço que a comunidade possui para o lazer, ou que são utilizados para esse fim, é a própria escola, especificamente o ginásio da escola, usufruída nos finais de semana (no sábado com o projeto Escola Aberta) e a noite, estando o ginásio aberto ou não; o campinho do Alto da Caieira para aqueles que moram nas proximidades dessa comunidade; o campo da caixa d'água, mais utilizado por quem mora em Monte Serrat; o mirante do Morro da Cruz e alguns espaços da cidade pouco utilizados em virtude das questões já abordadas no capítulo 2 (discriminação, acesso, distância, dia/tempo). Desta forma, segundo os jovens da oitava série da escola de Monte Serrat, há a necessidade de melhores e mais espaços/equipamentos para o lazer e, deveria haver mais investimentos para isso, por mais que já tenham ouvido falar do projeto que a Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF) pretende implantar no Maciço do morro da Cruz (ou Maciço Central de Florianópolis), o parque do Maciço<sup>54</sup>, ou outros tipos de espaços/equipamentos, como um ginásio<sup>55</sup>:

*“Parque. Vai ter uma trilha ecológica, no fim da trilha vai ter uma área de lazer, vai ter um campo, um parque e uma pracinha”.*

*“Falaram que iam fazer um... tipo um bailão para os idosos ali no campo [Alto da Caieira]. Lá, que tem bastante espaço”.*

*“Eles estão falando que vão fazer ginásio. Uma quadra, um ginásio” [também nesse campo].*

---

<sup>54</sup> Este projeto possui a função de preservar as áreas remanescentes de mata nativa e evitar novas invasões, para isso há a prioridade de cercar a área do parque (1,4 milhão de m<sup>2</sup>) para aonde está previsto a construção de uma sede administrativa e fiscalização ambiental, guarita, centro de visitas, auditório, sanitários, núcleo de fiscalização, alojamento para pesquisadores, laboratório para educação ambiental, depósito, almoxarifado e horto botânico, **equipamentos** esportivos, de lazer e **turísticos** como playground, quadras, concha acústica, mirantes, bondinhos, etc.; o acesso ao parque está projetado para ocorrer junto aos clubes sociais (são 6 clubes previstos, ver ilustração 7); visa-se a utilização deste parque para atividades de educação ambiental com as escolas públicas das comunidades do entorno do maciço, mas com a **prioridade** de manutenção de trilhas interpretativas **para uso dos visitantes**, alunos, pesquisadores, participantes de projetos de educação ambiental e pesquisa científica; para isso há o objetivo de **capacitar os moradores** das comunidades do maciço para que além de atuar nas atividades de educação ambiental e proteção/recuperação florestal possam também atuar como disseminadores ambientais (DETAQ, 2008; WACHHOLZ, 2007). Contudo é perceptível que esta iniciativa não possui como prioridade atender efetivamente os moradores da comunidade, mas sim colaborar para com o capital, utilizando o ambiente e a comunidade para explorar o turismo, junto a todo um projeto de urbanização do maciço (água, saneamento, esgoto, energia elétrica, pavimentação, etc.) incluído no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que dizem ser o “maior empreendimento de inclusão social” a ser realizado pelo atual prefeito da cidade (Dário Berger), mas esta fachada, em sua essência, possui como fim, tornar o Maciço numa área de visitação turística, tal como está explícito nos grifos e na própria leitura realizada por Djalma Berger à Câmara de deputados do Estado de Santa Catarina (DETAQ, 2008, grifos meus): “Nesse sentido, a prioridade é cercar a área do parque, construir uma sede e iniciar o plano de manejo, com a construção de trilhas ecológicas, equipamentos de recreação e projetos de educação ambiental, **para que se torne opção de lazer e atração para o turismo ecológico**”.

<sup>55</sup> Com relação ao ginásio consta no site da prefeitura um modelo padrão de Ginásio de Esportes (PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, s/d) para construção no município, não estando relado o local, ou locais, de construção deste empreendimento.

De acordo com seus depoimentos, eles apenas ouviram falar, ouviram comentários de algumas reuniões que ocorreram na comunidade que tenham tratado desse projeto – *Eles fizeram várias reuniões na comunidade, antes disso*. Essas reuniões, provavelmente fizeram parte das reuniões que aconteceram em Florianópolis, em cada comunidade/bairro, para a elaboração do que a prefeitura chama de Plano Diretor Participativo (PDP), o que na realidade acaba não sendo realmente participativo, pois há uma carência efetiva da população nos processos de decisão (SILVA, 1994). O processo de participação popular acaba se transformando em um espetáculo, uma valorização do discurso de participação no plano da retórica, mas de pouco poder efetivo, além do mais, a participação acaba se confundindo com o processo de escolha de representantes, ficando os representados sem o controle das decisões (CECCA, 1997), tal como as ditas reuniões que ocorreram na comunidade do maciço, ocorrendo a participação de representantes da(s) comunidade(s), mas não dos moradores, contribuindo para a lógica do interesse especulativo, como o próprio IPUF (Instituto do Planejamento Urbano de Florianópolis) declara se curvar frente à lógica de mercado, conseqüentemente se voltando à lógica especulativa do solo (PIMENTA, 2005).

Assim como a participação por parte da comunidade parece ocorrer de forma aparente, os jovens acabam não participando das reuniões e nem foram chamados para serem ouvidos, para uma efetiva contribuição. Com relação à opinião desses jovens que podem contribuir com as decisões a serem tomadas na comunidade, os jovens são capazes de formular questões relevantes, de participar dos processos de decisão e negociação de direitos, ao contrário dos debates que se tem feito voltado sob a ótica dos adultos (ABRAMO, 1997), ou melhor, daqueles que pensam a cidade mantendo a ordem social segundo a perspectiva de uma sociedade capitalista. Inclusive com respeito a projetos de espaço/equipamento para o lazer que vem sendo pensado por órgãos do poder público, por arquitetos, projetistas, que pensam o espaço sob suas intenções, sob o propósito moral recheados com seus aparatos de vigilância e controle, diferente das significações que o habitante percebe e vive (HARVEY, 2004; LEFEBVRE, 2001), portanto, não contribuindo efetivamente com as reais necessidades e desejos da comunidade que se refere a toda a família da classe trabalhadora (adultos, “velhos”, crianças e jovens). Ainda assim, sobre esse projeto, que tende a se tornar uma expectativa para esses jovens, para a comunidade, um espaço/equipamento que possam utilizar no “tempo livre”, nos momentos que possam ser destinados ao lazer, parece existir uma sombra de dúvida com relação a concretização desse espaço como uma política pública deliberada pela prefeitura:

*“Eles já colocaram no papel tudo o que iam fazer, já. Já apresentaram tudo, mas que não quiseram [...] nada”.*

*“Por enquanto nada. Na comunidade nada”.*

*“Planejam em época de eleição”.*

O que há na comunidade, como proposta de lazer ou que contribua para a formação deles, tem sido planejado pelas *peçoas da comunidade; as peçoas que batalham aí, o Padre Vilson...*<sup>56</sup>.

A falta do exercício em ouvir a comunidade, em respeitar o verdadeiro desejo do povo a fim de pensar a cidade conforme as reais e diferentes necessidades da população podem interferir nas opiniões dos jovens quando instigados a pensar sobre suas necessidades, sobre seus desejos, justamente porque o poder dominante desta sociedade capitalista não possui isto como objetivo, pois tal perspectiva poderia contribuir com uma sociedade mais crítica, portanto mais propensa a questionar a realidade, o modo de vida atual, podendo contribuir para a organização das massas no enfrentamento e derrocada do capitalismo. Essa é uma questão que acredito ocorrer, por exemplo, quando estes jovens são instigados a pensar o que realmente queriam que existisse nesse parque (o que teria nesse espaço) para usufruírem no “tempo livre”, que seja destinado ao lazer, tal como esse depoimento leva a entender: *é que eles já falaram que iam fazer isso, né. Um parque florestal ali no lado de baixo do campo, ali. Só que até agora nada.*

A falta da prática de pensar o espaço, de refletir sobre a realidade, justamente por não ser esse o desejo do capitalismo, a simples expectativa, desejo da melhora de um espaço que já possuem – campinho no Alto da Caieira –, parece ser suficiente para uma comunidade que possui pouco, quase nada e quando tem um espaço voltado para o lazer, um espaço destinado à diversão, é precário, o que parece ir de encontro com o que Paulo Paes<sup>57</sup> diz: “para quem sempre pediu tão pouco – o nada é positivamente o exagero”, segundo esse depoimento: *praça é suficiente, não tem nada pra fazer aqui;* ou o que este jovem que mora ao lado do campinho<sup>58</sup> acha: *uma quadra e um parque já estava bom;* sendo que acham mais importante para o lazer uma quadra, provavelmente por ser esse o espaço que servia para o lazer, para o projeto de futebol e capoeira, conforme demonstra esse diálogo:

<sup>56</sup> Padre Vilson Groh, coordenador do Centro Social Marista (Alto da Caieira e Monte Serrat), dentre outros, aonde são oferecidos diversos projetos, cursos.

<sup>57</sup> Epígrafe citada no artigo Políticas Públicas para o esporte: cidadania e inclusão social de Silva, Silveira e Ávila (2007, p.105).

<sup>58</sup> O espaço que estava (está) sendo utilizado para depósito de material para as obras do PAC, mais precisamente, de areia (ver depoimento no capítulo 2, p. 80), dificultando a utilização desse espaço.

– *Uma quadra. Porque eles vieram fazer o projeto, ali de futebol, não tinha, campo estava ruim, aí eu acho que até desistiram, porque não vieram mais.*

– *Tinha até capoeira.*

– *Só que não tinha espaço pra fazer capoeira.*

Por outro lado, no conjunto das opiniões e expectativas em relação ao(s) espaço(s)/equipamento(s) para o lazer, outros desejos evidenciam outras necessidades com relação a um espaço adequado para o lazer que a cidade urbana não permite, ou melhor, que acaba dificultando, limitando a prática de uma determinada brincadeira, como por exemplo, soltar pipa, que em virtude dos avanços, do desenvolvimento urbano, ou que o capitalismo foi criando como produto, como necessidade, a presença de cabos aéreos pelas vias, ruas, avenidas, cerceando o espaço aéreo. Neste caso a eletricidade, com sua rede de fios entre os espaços ocupados pelas habitações, edificações, acabam prejudicando o livre vôo de uma pipa guiada pelo prazer de brincar de um ser humano, ou quando possível, sobem ao terraço da casa para que a pipa possa seguir seu livre vôo no céu, mas o guia é prejudicado com a limitação do espaço para se movimentar, além do perigo de queda. Assim, mais um espaço surge como necessidade para o lazer – *praças públicas, coisa pra pipa na rua, banquinho do amor, praça do amor* – e outros desejos:

*“Olha, na comunidade eu queria que tivesse uma quadra de esportes, né”;*

*“Uma praça, um lugar com caminhos, passagem, bancos para sentar e conversar com as amigas, passear com a família, quiosques, espaço para um jogo de vôlei”;*

*“Parque com balanço, gangorra, quadra, pista de bicicleta”;*

*“Um espaço que a gente possa ir toda hora”.*

Este último depoimento me leva a sentir o desejo da liberdade em usufruir os espaços da cidade, espaços/equipamentos que possam ser utilizados para o chamado tempo de lazer ou “tempo livre”, ou simplesmente como sentido de ser usufruído pelo prazer de brincar ou de não fazer nada, mas que simplesmente seja de livre acesso, sem restrições de uso, de acesso, como é a maioria dos espaços/equipamentos que há na cidade e que eles têm como referência de uso: Escola Técnica nos finais de semana, a própria escola da comunidade também nos finais de semana, mas com atividades programadas pelo projeto Escola Aberta. Vale lembrar aqui também o acesso limitado por parte dos teatros que há na cidade, em sua maioria com espetáculos a custos elevados, por mais que façam parte da Fundação

Catarinense de Cultura ou da Fundação Franklin Cascaes, órgãos públicos pertencentes respectivamente ao Estado de Santa Catarina e à Prefeitura Municipal de Florianópolis, mas ao mesmo tempo afastado do acesso gratuito à população, no que diz respeito ao teatro, cinema e oficinas oferecidas, mascarando a face de entidade pública por meio de horários específicos aos alunos das escolas públicas.

Sendo esse também um desejo destes jovens, de acordo com o depoimento já citado neste capítulo, que ressalta a necessidade de se ter um espaço/equipamento gratuito, justamente pelo seu limitado acesso seja pela distância, seja pelo valor de um espetáculo, não favorecendo a classe trabalhadora, principalmente àqueles que pertencem à classe pobre, com precárias condições financeiras para sobreviver nesta sociedade capitalista. Portanto, por mais que esse sonho venha a se concretizar, ele seria efetivamente possível somente numa sociedade sob um outro tipo de organização política e social (MORE, 2002), pois este desejo constituído nessa sociedade capitalista provavelmente se transformaria numa atitude assistencialista, visando o acesso a uma parcela da população, aos pobres, como fuga do mundo das drogas, da marginalidade, tornando-se um programa de “boas práticas” (SILVA, SILVEIRA, ÁVILA, 2007), geralmente relacionado a um segmento da classe trabalhadora – crianças e/ou jovens –, o que não se concretizaria, efetivamente, em um espaço/equipamento verdadeiramente gratuito para toda a população e, provavelmente, sem a mesma infraestrutura, qualidade e atores que há nos teatros privados, de acesso restrito, assim como ocorre com a saúde, educação e habitação sendo o acesso a boa infra-estrutura, qualidade superior a quem possui condição economicamente favorável para usufruir um bom produto (ENGELS, 1985; HARVEY, 2004).

Estes jovens parecem demonstrar uma preocupação com as crianças da comunidade também, ao menos é o que me leva a entender o depoimento dessas meninas – *aqui não tem lugar para as crianças brincar* –, bem como a presença de brinquedos que, a priori, são destinados às crianças (balanço, gangorra, caixa de areia, etc.), conforme está detalhado no desenho projetado por eles. Pode ser que seja um reflexo de outros projetos, de outros espaços/equipamentos que destinam um espaço, ou que são, muitas vezes, destinados as crianças, como os padronizados parques infantis (ilustração 8) que há na cidade, geralmente com os mesmos tipos de brinquedos dispostos em um pequeno espaço. Ou porque eles também gostam de usufruir, bem como podem estar representando uma preocupação não somente de seus desejos, mas pensando na sua comunidade, nas crianças dessa comunidade que também sofrem com a escassez de espaços/equipamentos que possam ser usufruídos no

seu tempo de lazer/“tempo livre”, assim como para os demais membros da sociedade, por mais que tenham uma visão de que adulto “só trabalha”, que tem muito mais preocupações na vida em relação ao jovem, ou que é necessário “se matar de trabalhar” para sobreviver, não sobrando tempo para um momento “livre”, mas compreendendo também a necessidade de brincar, ou o desejo de que a vida adulta *poderia ser diferente, não só trabalhando direto, que o adulto tivesse as oportunidades que a criança tem de brincar, não ficar só trabalhando* (fala de jovem).



**Ilustração 8: parque infantil da escola pública de Monte Serrat.**  
**Fonte: acervo da autora.**

O desenho, que representa um projeto pensado por eles, busca demonstrar, tornar visível, ou mesmo projetar os espaços/equipamentos que desejam ter na comunidade, que possam ser utilizados, como no depoimento acima, “a toda hora”. Trata-se de um projeto que exemplifica, que ressalta os desejos, as utopias expostas em seus depoimentos. Nele se vê o campo de futebol gramado, a quadra poliesportiva, uma quadra de tênis, o caminho e bancos que representa a praça desejada pelas meninas, os brinquedos e uma piscina para os dias de calor, que segundo eles seria mantida pela comunidade, pois à praia nem sempre podem ir, em virtude da distância e alto custo do transporte. Contudo, nem todos os desejos se encontram

neste “projeto”, pois antes deste desenho ampliado, foi feito um rascunho, colocando no papel os tipos de espaço que desejam para o lazer, o que contempla os depoimentos, pois neste rascunho há o desenho de ciclovia, um espaço destinado a shows, que segundo comentário deles, quando pensaram neste espaço, se destina às apresentações artísticas, principalmente valorizando a arte, a cultura da comunidade, nos grupos de música (como formam alguns deles um grupo de pagode), dança (hip-hop) e outras. Esse tipo de espaço aparentou ser uma grande expectativa, demonstraram estar empolgados com a possibilidade, ou simplesmente em sonhar com esse espaço, para contribuir com a cultura e arte da comunidade. Também está demonstrada neste desenho uma academia, que segundo um dos jovens justificou que a comunidade mesmo manteria o espaço, seria mais um ambiente para empregá-los, além de favorecer a vontade de utilizar este tipo de ambiente.

Independente da classe social desses jovens, a escassez, a falta e /ou a necessidade de mais espaços/equipamentos para o lazer é um fato real na cidade de Florianópolis, que parece atingir toda a população, principalmente a classe trabalhadora, inclusive aqueles que possuem condição econômica favorável ao acesso de espaços/equipamentos para cultura e lazer – privados –, assim como os jovens da classe média expressam em seus depoimentos os seus anseios, os seus desejos com relação à necessidade de espaços/equipamentos para o lazer de âmbito público, como já relatado no capítulo dois. Talvez esse desejo, esse sonho de poder, de querer usufruir um espaço/equipamento que seja público para as necessidades de lazer, ou simplesmente para o “tempo livre”, venha do fato dos espaços/equipamentos privados, ou de acesso limitado, não proporcionam a satisfação de suas vontades, de diversão, que um espaço/equipamento público pode proporcionar, pois como observado no capítulo dois, eles reclamam a existência “somente” de espaços privados, bem como de haver somente a praia como um espaço público para o lazer, em virtude das condições climáticas, decorrentes das estações do ano, que nem sempre favorecerem a utilização deste ambiente.

Sendo assim, será que os espaços públicos para o lazer parecem trazer uma maior satisfação em relação aos espaços privados? Talvez em virtude de visualizar, de imaginar que no espaço público a relação social, os comportamentos não sejam tão limitados, contribuindo com a necessidade, com o prazer de extravasar sentimentos, energias o que num espaço privado tende a ser limitado, rotulado, podendo certos tipos de comportamentos, além de ser um valor de troca que exige certa quantia em dinheiro para ser usufruído como valor de uso – *não tem espaço, a não ser que a pessoa pague para se divertir em clubes, em parques, etc.* Ainda assim, há um sentimento negativo com relação a outra parcela da população (classe trabalhadora empobrecida) por ser diferente economicamente da classe social a que estes

jovens pertencem, pois se vestem de forma diferente (muitas vezes inferior), comportamento social diferenciado, educação, entre outras conseqüências que o capitalismo gera a essa classe trabalhadora empobrecida. Os jovens de Ingleses demonstram anseios, medos, ou mesmo a visão de que deve haver espaços diferenciados para quem pode e não pode pagar para se divertir (ver capítulo dois).

Sendo assim, suas expectativas diferenciam-se, de certa forma, dos desejos e expectativas dos jovens acima, uma vez que eles possuem um conhecimento diferenciado daqueles jovens em virtude, justamente, das condições econômicas que acabam favorecendo o acesso a alguns tipos de lazer, de espaços/equipamentos de lazer que os jovens da classe pobre não têm acesso. Por outro lado, eles reclamam da centralização dos espaços/equipamentos para o lazer como cinema e teatro, pelo fato do acesso a esses serem dificultados pela distância, consideravelmente longa, consumindo boa parte do tempo, indo e vindo, durante o percurso entre residência-espaço/equipamento e vice-versa, principalmente quando considerado o “tempo livre”, que tende a ser pouco em virtude de seus afazeres, das suas ocupações nos demais tempos empregados no seu dia-a-dia. Se for considerar, ainda que a locomoção ocorra por meio do transporte coletivo, tirando aqui o custo desta condução, as condições deste tipo de transporte, aqui na cidade, não são das mais favoráveis em relação ao(s) trajeto(s) e horários disponíveis, principalmente no período noturno (madrugada) e final de semana – *aqui nos Ingleses não tem nada e no centro são algumas coisas, mas quem mora nos Ingleses é meio difícil para ir para o centro.*

São desejados por eles os seguintes tipos de espaço/equipamento para o lazer: quadra de esportes (poliesportiva), e alguns salientam que deveriam ser gratuitas e com materiais; praça; cinema; jardim botânico; quadras de tênis; campo de futebol; clube com lazer para esportes; pesque-pague; piscina pública; parques; clubes; circos; eventos públicos; monitores de atividades nas praias; feiras de artes públicas, conforme estão expressos em seus depoimentos:

*“Deveriam ter mais praças públicas, mais eventos para jovens e pessoas de terceira idade, mais lugares para shows alternativos e com boa infra-estrutura”.*

*“Uma praça, eventos aberto para todos os públicos, uma escola de dança e esporte para a comunidade, um shopping decente nos Ingleses e entretenimento”.*

*“Quadras poliesportivas, monitores de atividades nas praias, feiras de artes públicas, músicos e monitores organizando atividades”.*

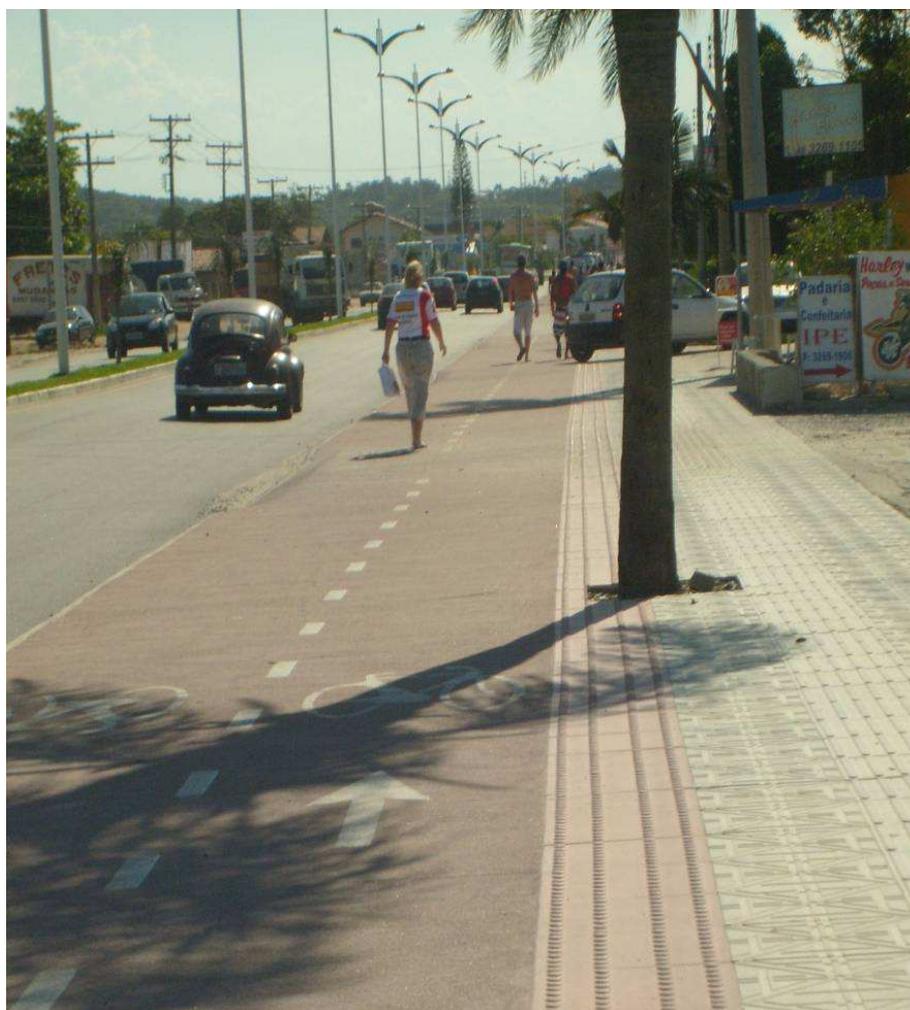
Com relação às atividades monitoradas é necessário questionar, assim como ocorrem com os “pacotes de lazer” que acontecem, por exemplo, nas ruas de lazer, nas praças e parques, a participação dos sujeitos, pois nesses tipos de programas a participação geralmente se dá de forma conformista, consumindo apenas a atividade em si (SILVA, 1994).

No que se refere à Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF) fornecer, como política pública, espaço/equipamento de lazer à comunidade, têm-se a percepção que não é oferecido pelo poder público – *a prefeitura não fornece equipamento, só alguns espaços de lazer livre*. Os espaços de lazer livre que existem, assim como eles mesmos declaram em seus depoimentos, é a praia, que na realidade não necessita ser oferecida, implantada, pois se trata de um ambiente que existe naturalmente, livre ao acesso, apesar das tendências degenerativas deste espaço que deveria ser realmente considerado livre e não invadido pela especulação imobiliária como é de desejo do capitalismo, transformando-a em um meio de gerar *mais-valia*, de gerar capital (ilustração 9).



**Ilustração 9: Comércio e especulação imobiliária na praia dos Ingleses (norte da Ilha).  
Fonte: acervo da autora.**

O que poderia ser considerado como espaço livre, oferecido pela PMF como espaço/equipamento para o lazer, é a ciclovia instalada na extensão da rodovia SC403 (ilustração 40), principal acesso à praia do bairro Ingleses (somente nesta extensão, já dentro do respectivo bairro), mas que não pode ser considerado um espaço/equipamento efetivamente destinado ao lazer, mas sim podendo ser utilizado para este fim, quando possível. Outros ambientes livres na comunidade que possam ser utilizados para o lazer são os novos loteamentos (enquanto vazios) que vão surgindo e a “ladeira” (estrada) que dá acesso à praia do Santinho, que geralmente é utilizada por skatistas.



**Ilustração 40: ciclovia no Bairro Ingleses.**  
**Fonte: acervo da autora.**

Estas são as utopias, os sonhos desses jovens sobre os espaços/equipamentos que desejam ter a fim de usufruir no “tempo livre”, para as diferentes formas de lazer. São utopias possíveis de serem concretizadas desde que haja uma organização da comunidade, ou deste

grupo, por exemplo, a fim de reivindicar seus projetos, os quais devem ser construídos, pensados no coletivo, pois esperar que o poder público venha, pura e simplesmente, por sua “boa intenção” implantar projetos de espaço/equipamento para o lazer como política pública é iludir-se, confirma o conformismo, a manipulação que a classe dominante exerce enquanto detêm o poder dessa sociedade capitalista. Na realidade, ao menos o demonstrado pelo jovem de Monte Serrat, parece não acreditar nas promessas do poder público – *planejam em época de eleição*. Ainda que um projeto venha a ser instalado na comunidade, dificilmente irá contribuir efetivamente com as necessidades da comunidade, pois não é pensado, como sugere Silva (1994), com e/ou a partir da comunidade. As comunidades se encontram em um contexto de vida diferente daqueles que pensam, elaboram os projetos sob suas interpretações do que venham a ser a realidade de vida, as necessidades da comunidade, sem os ouvir. Além disso, consideramos que geralmente o poder público implanta projetos na cidade desde que estes contribuam com a imagem da cidade para favorecer a indústria do turismo em que a cidade de Florianópolis foi transformada.

Se, neste caso, fossem levadas adiante as expectativas desses jovens, projetando, reivindicando seus desejos de espaços/equipamentos para o lazer, por um lado estaria cobrindo uma lacuna da escassez, da falta de espaço/equipamento para o lazer nas comunidades, ao menos ao que diz respeito às necessidades, vontades, citadas por esses jovens. Contudo, não atingindo, não contribuindo, provavelmente, com os outros segmentos de classe, portanto, por outro lado, continuaria a política de segregação, pois, por mais que o espaço/equipamento seja de utilidade pública, de uso comum, como a sociedade se constitui e vem se constituindo, uma das partes não seria favorecida, pois continuaria a existir a separação, a fragmentação de classes, a negação de contato, da utilização de um espaço por classes diferentes enquanto a sociedade continuar a ser guiada pelo sistema de produção capitalista. Mesmo que venha a se concretizar um espaço público, de uso comum a todos, ainda assim surgirão formas que limitem o acesso de uma determinada classe social a esse espaço, principalmente se o objetivo do espaço estiver destinado ao marketing, à imagem da cidade (NOZ, 2008). Uma prática que, no entanto, não vai de encontro com a utopia possível, desde que se construa a ruptura do sistema vigente – o capitalismo (LEFEBVRE, 2001; MARCUSE, 1969; MORE, 2002).

No que diz respeito, aos espaços/equipamentos destinados ao lazer, à convivência, os quais são determinados os tipos como praças, parques, playgrounds para crianças, jovens nas quadras e velhos “jogam dominó”, isto é, se tratam de atitudes programadas ou programáveis para lugares determinados (MACEDO, 1986), atitudes que refletem nos desejos desses jovens

quando levados a pensar sobre o espaço/equipamento para o lazer. Mas será que essas atitudes seriam as mesmas se em um determinado espaço estivesse à disposição da população “vazio”, sem brinquedos, sem quadras delimitadas, demarcadas, possibilitando a exploração do espaço, criando e recriando as diversas possibilidades de brincar de acordo com as necessidades, a criatividade, a imaginação dos usuários, a exemplo das possibilidades lúdicas apresentadas na obra de Almeida (1997) “Arte Lúdica” (ilustração 11), com o objetivo de possibilitar por meio dos brinquedos espaços de surpresas, de desafios que os brinquedos convencionais geralmente não propiciam.

Portanto, para que haja uma real democratização, ou se realize efetivamente uma política pública, acredito que seria possível uma intervenção política das pessoas das comunidades, isto é, uma intervenção que questione e estude a sociedade capitalista a fim de permitir a compreensão da situação real da sociedade, das classes sociais, da classe trabalhadora, conseqüentemente pensando os espaços/equipamentos para o lazer no sentido de construir uma nova sociedade, uma sociedade que venha a romper o capitalismo, visando a igualdade social e não o acúmulo de capital nas mãos dos gestores e reprodutores da lógica implacável do capital: os governos neoliberais em todo o mundo (GENTILI, 1995).



**Ilustração 11: Árvore do FAU (ALMEIDA, 1997).**

#### 4. CONSIDERAÇÕES PROVISÓRIAS

“Nem tudo o que escrevo resulta numa realização, resulta mais numa tentativa. O que também é um prazer. Pois nem tudo eu quero pegar. Às vezes, quero apenas tocar. Depois, o que toco às vezes floresce e os outros podem pegar com as duas mãos”.  
(Clarice Lispector, 1993)

Neste momento retomo aqui a pergunta-síntese ou pergunta de partida, formulada no início deste trabalho, a fim de tentar respondê-la caminhando pelas questões de pesquisa, originadas a partir da questão central, a qual foi formulada da seguinte forma: *existem espaços e equipamentos para o lazer na cidade de Florianópolis, inerentes a uma política pública consistente em termos de espaços/equipamentos para os jovens de diferentes classes sociais, visando o usufruto do chamado tempo de lazer/“tempo livre”?* Para isso volto-me a buscar e levantar os possíveis destaques, achados e análises elaboradas no decorrer desta investigação, tentando contemplar as “questões de pesquisa” ou “hipótese” (TRIVIÑOS, 1987), contidas de hipóteses secundárias e dos objetivos específicos desse estudo.

Sendo assim, inicio com a questão que tinha como objetivo diagnosticar e explicar os tipos de espaços/equipamentos para o lazer nas comunidades investigadas, sendo elas: Monte Serrat, em virtude da localização da escola, mas também incidindo sob alguns jovens da comunidade do Alto da Caieira e o bairro Ingleses que se estende até a comunidade do Santinho e outras comunidades próximas a este bairro. Ao mesmo tempo tentarei contemplar também outras duas questões de pesquisa que dizem respeito à condição desses espaços/equipamentos, conforme foi suscitado com a segunda questão de pesquisa, procurando diagnosticar se são espaços/equipamentos públicos ou privados e apresentar as considerações referentes à questão de pesquisa que visa justamente entender, conhecer, como os jovens se apropriam e usufruem desses espaços/equipamentos.

Como foi uma investigação que buscou analisar e documentar os depoimentos dos jovens acerca de suas idéias, opiniões, desejos e expectativas, o diagnóstico dos espaços/equipamentos que se encontram nessas comunidades ocorreu justamente através da visão dos jovens, para os quais a existência de espaços/equipamentos na comunidade é limitada. Em Ingleses encontram a praia, o Costão do Santinho, um shopping e trilha.

Entretanto, para dar conta de um levantamento mais preciso dos tipos de espaços/equipamentos que a comunidade possui, ou o que há no bairro, seria necessário fazer uma pesquisa documental e/ou uma pesquisa de campo, o que não foi possível realizar em virtude do tempo limitado para conclusão do mestrado, em virtude da “pressa” cobrada pelas políticas científicas da CAPES e do CNPq. Em meio à construção deste estudo me deparei o “tempo” todo no “espaço” da UFSC com a lógica do tempo “produtivista”, obrigando-me insistentemente e ideologicamente a produzir “teorias utilitárias”. No entanto, graças a advertência de Milton Santos (2007), busquei abstrair que “a universidade não é o lugar da pressa, ela pode e deve ser o lugar do bulício, sucedido pela calma, e nunca o lugar da pressa”.

Sendo assim, na tentativa de suscitar mais possibilidades de dados para futuras pesquisas, cito aqui alguns exemplos dos tipos de espaços/equipamentos para o lazer existentes na comunidade, que não foram citados pelos entrevistados. São eles: bares, restaurantes a beira da praia, parque aquático, novos loteamentos (enquanto vazios) e a “ladeira” (estrada) de acesso à praia do Santinho.

Os espaços/equipamentos que podem ser considerados públicos, por serem espaços de uso comum, entendido como acessíveis a todos, sem restrição de entrada ou circulação (LAVALLE, 2005; PREFEITURA MUNICIPAL DE RECIFE, 2002; SERPA, 2004), são os novos loteamentos e a estrada de acesso à praia do Santinho, que na realidade são caracterizados como espaços de circulação (ruas), apropriados pela comunidade, por jovens que os utilizam para diversas manifestações lúdicas, como os skatistas que providenciam instalações para a prática; a praia, utilizada para diversas atividades de lazer, geralmente por aqueles que moram próximas a ela e dependendo da condição de um clima favorável, um espaço que dispõe também de trilha. Já o Costão do Santinho, o qual é uma propriedade privada, o acesso ao lazer ocorre para poucos jovens, os quais possuem acesso por conhecer o responsável por determinado departamento do empreendimento, como das quadras de tênis. O shopping, um espaço de uso coletivo público, é pouco semelhante aos padrões dos grandes shoppings center, mas de consumo restrito, determinado pelo nível de renda (PADILHA, 2006; PREFEITURA MUNICIPAL DE RECIFE 2002), um espaço que não se destacou em ser usufruído no tempo de lazer, bem como o consideram inferior, desejando um shopping decente, isto é, que se assemelhe aos demais shoppings da cidade, que são usufruídos como alternativa de lazer, equipados com cinema e área de diversão (jogos eletrônicos).

Na mesma linha dos espaços de uso coletivo, mas privados, em virtude do acesso restrito determinado pela capacidade de consumo (LAVALLE, 2005; PREFEIRURA

MUNICIPAL DE RECIFE, 2002), se encontram os bares, restaurantes e parque aquático, um fato que incide, em parte, também na praia, considerada um espaço público, mas que sofre intervenção dos estabelecimentos privados (hotéis, restaurantes e bares) que se apropriam e se instalam ao longo da orla delimitando uma parcela da extensão da praia para os consumidores, demarcando o “pedaço” com cadeiras e mesas de acesso restrito àqueles que consomem o produto (tanto dos hotéis, quanto dos bares e restaurantes). Quanto à utilização de outros espaços da comunidade não foi destacado por eles, pois muitos acabam se confinando em suas casas ou, às vezes, nas casas de amigos para um momento de lazer, pois além do medo ou preconceito de uma classe sobre outra (MARCELLINO et al., 2007), faltam espaços/equipamentos abertos no bairro, reclamando da existência de muitos lugares fechados, condomínios, muitos prédios, espaços esses que limitam a apropriação, regulamentam e normatizam as práticas cotidianas, criando simulacros de lugares que produzem os comportamentos e os modos de apropriação (SOBARZO, 2007).

No caso da comunidade de Monte Serrat, os espaços para o lazer são limitados, sendo utilizado para o uso do tempo de lazer/“tempo livre” a escola da comunidade, ou melhor, o ginásio da escola. Um espaço que poderia ser considerado adequado no sentido de conter uma quadra poliesportiva com seus respectivos equipamentos, banheiros e pequena arquibancada, mas essas instalações encontram-se em estado precário, depredados, pois como são escassos os espaços de lazer na comunidade e por não haver uma relação de abertura deste espaço/equipamento com a comunidade, ela acaba se apropriando, utilizando o ginásio, mas não se sentindo parte do mesmo, entram nesta instalação escolar, a depredam, mas nela não permanecem e sim evadem-se (MARCELLINO, 1983; SILVA, 1994). Por outro lado há o problema do diferenciado tratamento dos ambientes escolares em relação à classe social que atende, de forma que as escolas públicas, geralmente, possuem infra-estrutura fragilizada, carentes de manutenção (FRIGOTTO, 2004), o que contribui com o desgaste do mesmo. Além desse, outro espaço que acaba se constituindo em um tipo de espaço/equipamento para o lazer é o campo da caixa d’água em Monte Serrat. Segundo os jovens, é um pequeno espaço gramado que a comunidade se apropria para ser utilizado, como estes jovens falam, para um “bate bola” (futebol).

Um espaço que seria especificamente destinado ao usufruto do lazer é o campinho (futebol) na comunidade do Alto da Caieira, sendo que não apresenta estrutura adequada para o uso freqüente (EIPPER, PIMENTA e PIMENTA, 2006), além de que ele vem sendo apropriado, utilizado como depósito de material (areia) para as obras do PAC, dificultando ainda mais a apropriação do campinho como espaço para o lazer pela comunidade, para o

futebol desses jovens. Como na comunidade há uma grande carência de espaços/equipamentos destinados ao tempo de lazer/“tempo livre” e a falta de investimentos por parte do poder público, estes jovens encontram alternativas para o lazer nas vias de acesso da comunidade; no Mirante do Morro da Cruz (próximo a essas comunidades), um espaço público que eles utilizam para observar a cidade e para soltar pipa; e em alguns pontos do centro da cidade próximos ao Maciço do Morro da Cruz, como: a Escola Técnica que pode ser usufruída nos finais de semana; a quadra de Tênis da Federação no bairro Agrônômica que segundo eles é de fácil acesso, mas é necessário dispor de materiais (bolas e raquete) para que possam praticar a atividade, pois o local não disponibiliza o material a ser utilizado pela comunidade; o shopping center de pouca expressividade como um espaço/equipamento utilizado para o lazer, ambiente este como já diagnosticado, caracterizado como um espaço de uso coletivo, mas de acesso restrito determinado pelo nível de renda (LAVALLE, 2005; PADILHA, 2006; PREFEITURA MUNICIPAL DE RECIFE, 2002); algumas praças ou parques da cidade, das quais eles citaram o Parque da Luz, também pouco utilizado devido a distância e pela dificuldade de utilizá-lo no período noturno em virtude da falta de iluminação; há também o espaço da Avenida Beira Mar. São espaços em sua maioria, de caracterização pública, sendo que os espaços do centro da cidade são poucos usufruídos, devido às dificuldades que encontram para se deslocarem ao centro, ou melhor, para circularem pelos espaços da cidade devido à discriminação que sofrem por parte da(s) outra(s) parcela(s) da população, sendo necessário muitas vezes, modificar a forma de comportamento para poderem usufruir.

Com relação aos tipos de manifestação lúdica juvenil, conforme propus verificar, os jovens de Monte Serrat procuram aproveitar ao máximo o tempo que possuem para o lazer, como os finais de semana ou as horas vagas com atividades que lhes proporcionem prazer, com brincadeiras que eles gostam ou que é possível realizar de acordo com o(s) espaço(s) da comunidade ou proximidades, sendo elas: jogar bola (futebol/voleibol), soltar pipa, tocar cavaquinho ou pandeiro, praticar esportes (projeto), ficar em casa jogando vídeo-game, assistindo TV, no computador, brincar com os amigos, ir para festas, ir ao shopping, à balada, ir à lan house. Pode-se dizer o mesmo dos jovens de Ingleses, isto é, suas práticas de lazer tendem a ser realizadas conforme a possibilidade que encontram na comunidade, como a praia aonde eles podem surfar, jogar bola ou simplesmente se divertir. Contudo, outras manifestações não foram apontadas por eles, as quais possivelmente são realizadas em suas casas e casa de amigos, o que os leva a manifestar a necessidade de espaços/equipamentos como praça e quadras em virtude de haver muitos prédios, muito lugar fechado, por mais que

possuem condições favoráveis para outras práticas de lazer, como ir ao cinema, as quais não foram salientadas por eles.

Neste sentido, destaco o questionamento levantado no capítulo três, que se refere às atitudes programadas ou programáveis para lugares determinados, como playgrounds para crianças, jovens nas quadras e velhos “jogam dominó” (MACEDO, 1986), suscitando as seguintes questões indicativas de possíveis pesquisas futuras: Os tipos de manifestações lúdicas são reflexos, são determinadas por essas atitudes programadas? Será que as atitudes, as manifestações lúdicas seriam as mesmas em um espaço não determinado, sem brinquedos, sem quadras delimitadas, demarcadas em virtude da possibilidade de exploração do espaço, criando e recriando as diversas possibilidades de brincar?

Como a estrutura de classes é característica da sociedade capitalista na qual se estabelecem antagonismos entre classes (MARX e ENGELS, 2003), com a última questão de pesquisa me propus a tentar compreender e detectar as diferenças dos espaços/equipamentos urbanos para o lazer no ponto de vista das classes sociais. Diferenças que se destacam pelo sentimento de discriminação de um lado e preconceito ou medo do outro lado. Há, no entanto, um receio pela utilização dos espaços/equipamentos públicos por parte dos jovens da classe média em virtude do medo, da taxação da classe pobre como marginais e/ou aqueles que não sabem utilizar o ambiente, os vândalos dos espaços públicos, pois segundo eles, os pobres, muitas vezes, são os que não cuidam do espaço, são os culpados pela destruição dos equipamentos. Para tanto, existe uma distinção dos espaços conforme a classe social, sendo destinados espaços para quem pode e para quem não pode pagar, por mais que sintam a necessidade de um espaço/equipamento público e gratuito para o lazer, reconhecendo que determinados tipos de espaços/equipamentos destinados ao lazer dependem da condição de vida, de ter dinheiro para ter acesso, como o shopping center e outros ambientes privados, limitando, restringindo a entrada de quem não pode pagar.

Estes jovens não demonstraram a necessidade de superar a segregação de classes, mas sim salientam a necessidade de haver espaços para quem não pode pagar, sendo que há quem deseje um espaço/equipamento destinado ao usufruto de jovens da mesma classe, devendo, desta forma, ser um espaço pago, mas acessível as suas condições econômicas. Um sentimento de segregação, de criminalização dos pobres, sendo que na cidade os espaços devem ser diferenciados conforme as classes sociais, uma condição que vai de encontro ao que Engels (1985) descreve sobre como a cidade é construída, de modo que cada classe habita sua determinada região conforme seus direitos capitalistas, isto é, espaço a ser usufruído apenas pelos pobres e espaços apenas usufruídos pela classe média e/ou alta, garantindo assim

o não convívio com a população pobre, o contato com a miséria, bem como o sentimento de segurança que se torna ameaçado pela circulação da classe pobre, as classes perigosas, (ENGELS, 1985; CHALHOUB, 1990; HARVEY, 2004; ROLNIK, 2008).

Os jovens de Monte Serrat demonstram a necessidade da existência de espaços/equipamentos públicos na cidade, não destacando a necessidade de que sejam diferenciados conforme as condições econômicas, mas sim percebem que a maior parte dos espaços existentes na cidade é de acesso limitado àqueles que possuem melhor poder aquisitivo, bem como se sentem discriminados ao usufruírem o espaço da cidade, tachados de perigosos por outros membros da sociedade que se encontram em padrão de vida superior, os quais se sentem ameaçados. Chegam a chamar a polícia (Força Pública), que atende às necessidades da burguesia a fim de impossibilitar qualquer organização da população, pois a classe economicamente e politicamente dominante possui os meios para a repressão e exploração da classe oprimida (ENGELS, 1974). Essa Força Pública ajuda a limpar das vistas dos burgueses e pequenos burgueses os comportamentos que fogem da ordem estabelecida pela sociedade capitalista, capazes de estabelecer certos tipos de ações visando eliminar das suas vistas a miséria produzida pelo capitalismo (ENGELS, 1985; HARVEY, 2004), como o exemplo da operação “Choque de Ordem” que ocorre no Rio de Janeiro e outros países (BRITO e NADER, 2009; ÚLTIMO SEGUNDO, 2009; WACQUANT, 2000).

Estes jovens possuem tão pouco, praticamente nada, que parecem se satisfazer com uma pequena melhora de um determinado espaço para o lazer. Não parece haver uma preocupação com relação à infra-estrutura de um espaço/equipamento, talvez por estarem distantes desse benefício que é um privilégio da classe burguesa, que não interessa favorecer à classe trabalhadora, pois é por meio da exploração do proletariado que atingem o lucro do capital (ENGELS, 1985; MARX, 1985). Desta forma eles sentem a necessidade de que os espaços/equipamentos sejam públicos, gratuitos, de livre acesso e que possa ir a toda hora, em virtude dos demais espaços/equipamentos existentes na cidade serem de acesso limitado, como o teatro.

Os tipos de espaços/equipamentos desejados pelas diferentes classes acabam se diferenciando em certa parte, pois enquanto os jovens de Monte Serrat apontam a necessidade de um espaço/equipamento dispendo de quadras, campo de futebol, pista de bicicleta, teatro gratuito, espaço para shows (de apropriação da comunidade), os jovens de Ingleses demonstram a necessidade de espaços/equipamentos, alguns deles, semelhantes, mas outros que se caracterizam como espaços privados (clube, pesque-pague), ou não (eventos públicos, parques, feira de artes públicas), mas também uma necessidade de monitoramento de

atividades. Entretanto, devemos estar atentos ao que vem a ser essas atividades monitoradas, questionando-as a exemplo dos “pacotes de lazer” que são oferecidos em ruas de lazer, praças e parques nas quais a participação dos sujeitos geralmente se manifesta de forma conformista, consumindo apenas a atividade em si (SILVA, 1994).

Pelo caminho percorrido até aqui, no que diz respeito a espaço/equipamento para o lazer de âmbito público, são escassas as possibilidades existentes, na realidade nada, ou quase nada há de espaços/equipamentos públicos que possam ser usufruídos para o lazer, e ainda assim quando existem, estes são precários, ameaçados ou insuficientes para as diversas manifestações lúdicas juvenis, sem contar com as diversificadas manifestações lúdicas dos demais segmentos da classe trabalhadora de uma comunidade, como os adultos, as crianças, os mais velhos e até mesmo de outros jovens, independente da classe social a que pertencem, pois espaços/equipamentos para o lazer na cidade de Florianópolis, frutos de uma política consistente para os jovens de diferentes classes sociais, visando o usufruto do chamado tempo de lazer/“tempo livre” são praticamente inexistentes na cidade. Quando o poder público manifesta, ou prevê a possibilidade de aplicação de algum espaço/equipamento que possa ser utilizado para o lazer, outras intenções estão em jogo, assim como espaços destinados ao uso público, ou que poderiam ser destinados ao uso público tornam-se presas fáceis do capitalismo, estando na mira afinada dos empreendedores, da especulação imobiliária, até mesmo espaços considerados de preservação ambiental sofrem alterações em leis para que entrem no jogo do mercado imobiliário a favor da indústria do turismo (CECCA, 1997; PIMENTA e PIMENTA, 2002), pois o poder público faz parte do comitê administrativo dos negócios da classe burguesa (MARX e ENGELS, 1999 e 2003).

Assim o meio urbano vai se tornando cada vez mais artificial, como o desaparecimento de jardins, da natureza primitiva que vai sendo encoberta pelas obras dos homens (SANTOS, 1991). Nada é destinado ao interesse do povo, pois não gera benefícios, lucro para o capitalismo tal como geram as especulações imobiliárias, os grandes empreendimentos, a indústria do turismo, mais produtos do mercado que passam a fazer parte da imensa coleção de mercadorias que constituem a riqueza das sociedades no modo de produção capitalista (MARX, 1985), aonde o eixo da sociedade burguesa é a propriedade privada sendo a concorrência seu fenômeno característico (ENGELS, 1985).

Por fim, na tentativa de superar o que não foi possível realizar neste estudo, tal como foi apontado no capítulo um (abordagem metodológica), que diz respeito ao caráter interventivo da realidade investigada, esta pesquisa trilhou caminhos para uma futura intervenção a ser inspirada nos pressupostos da pesquisa-ação, no sentido de intervir na

tomada de consciência dos sujeitos implicados na atividade a ser investigada; buscando desenvolver a consciência da coletividade no plano político, com relação aos problemas enfrentados; estudando a sociedade capitalista, por meio de grupos de estudo, grupos de debates, oficinas, seminários, entre outros; buscando levantar propostas de ações, mobilizações (THIOLLENT, 1986), pensando os espaços/equipamentos para o lazer/“tempo livre” no sentido de construir uma nova sociedade, rompendo com o sistema capitalista.

Uma nova sociedade construída sobre a base do socialismo, uma necessidade e a possibilidade de superação da sociedade capitalista, tal como Marx já demonstrara, a partir da compreensão da gênese e da dinâmica dessa sociedade que é repleta de contradições. Além disso, os sinais de barbárie, como a exclusão social e pobreza se multiplicam na atual forma de organização social – capitalismo (BEMJAMIN, 2003). Uma fase de transição que se daria pelo planejamento do socialismo caminhando pela conscientização e unificação das massas (classe trabalhadora), superando a atual forma de organização social, passando a economia a funcionar como se fosse uma única empresa de grande porte; caminhar em direção a abolição das classes até a extinção do Estado (fusão da organizar, mobilizar, conscientizar e lutar pela transformação das condições de vida e trabalho, pela igualdade das possibilidades reais a cada cidadão (saúde, educação, moradia e trabalho).

E agora José?<sup>59</sup>O que fazer diante das pistas e achados pela pesquisa? Penso ser fundamental: **a)** recuperar a idéia inicial da pesquisa, no sentido de realizar uma pesquisa ou pesquisas, delimitadas a partir dos bairros da cidade; **b)** Propor aos sindicatos e movimentos sociais de todas as categorias a realização de pesquisas conjuntas com a universidade ou de caráter independente, visando incluir na pauta de lutas e reivindicações, de maneira mais incisiva, o debate teórico-empírico dos pressupostos lefebvrianos acerca da “cidade do capital” e do “direito à cidade” – no que se refere à dimensão “política e espaço” (LEFEBVRE, 2008); **c)** Isto implica em trazer para a “ordem do dia” as dimensões inseparáveis do pares dialéticos tempo-espaço e espaço-tempo e política na vida cotidiana (LEFEBVRE, 1991), lazer-trabalho, conformismo-resistência entre outros; **d)** Adentrar mais densamente nos clássicos referentes aos estudos marxistas; **e)** Realizar estudos de doutoramento, tendo em vista o “continuum” da pesquisa, buscando com isso, tornar ainda mais este estudo como um “problema de relevância pública” (MILLS, 1982).

Tudo o que foi dito e escrito nesta “monografia de base” (SAVIANI, 1991) ou “pesquisa exploratória” (MINAYO,2006), implica em pensar em “espaços de utopia”, já

---

<sup>59</sup> Poema de Carlos Drumond de Andrade.

mencionados por Harvey (2004). Esses espaços somam-se dialeticamente aos “tempos” de luta dos movimentos sociais e sindicatos, visando construir uma sociedade e, conseqüentemente, uma cidade “para além do capital” (MÉSZÁROS, 2005), isto é, para além da propriedade privada dos meios de produção, para além da divisão abissal da sociedade de classes, que implica conseqüentemente, numa constante luta de classes. Tal desafio implica, entre tantos outros, inserir-se na luta e enfrentamento dos sindicatos e movimentos sociais, incluindo nessa agenda a diminuição das jornadas de trabalho (sem baixar os salários), as demandas espaços temporais da população, e, junto a esta, no mesmo de igualdade, na dimensão espaço e política (LEFEBVRE, 2008), os direitos ao trabalho, enquanto centralidade do ser social; em suma, “o direito à cidade” (LEFEBVRE, 2001), aos espaços e equipamentos para o lazer, saneamento básico, controle do meio ambiente pelos movimentos sociais, habitação e educação pública, gratuita e qualidade.

Por fim, retomo a epígrafe da Clarice Lispector, que expressa minhas convicções na elaboração desta monografia de base, a qual apesar de ainda apresentar lacunas, anuncia os problemas que emergem do modo de produção capitalista, isto é, o que foi escrito neste trabalho resultou numa tentativa, portanto um prazer em compreender e escrever sobre uma realidade complexa e que exige a compreensão dos clássicos de Marx e Engels. Assim quis tocar (me aproximar) nas reflexões marxistas e marxianas que perpassam pelas questões sobre espaço e lazer. E agora conclamo, com auto-crítica a banca e os trabalhadores em geral, para aprofundar a luta teórico-empírica e ideológica acerca das reflexões sobre a “cidade do capital”, digo, Florianópolis e outras cidades do Brasil e do mundo. Deste modo, encerro as conclusões, reiterando os versos supracitados de Lispector: “o que toco às vezes floresce e os outros podem pegar com as duas mãos”.

## REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena Wendel. **Cenas juvenis**: punks e darks no espetáculo urbano. São Paulo: Scritta, 1994.

\_\_\_\_\_. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, N.5 e 6. 1997. p.25-36.

\_\_\_\_\_. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In: ABRAMO, H. W; BRANCO, P. P. M. (orgs.). **Retratos da juventude**: análises de uma pesquisa nacional. Porto Alegre: Instituto Cidadania, 2005.

ALMEIDA, Elvira de. **Arte Lúdica**. São Paulo: Edusp, 1997.

ANTUNES, Ricardo. O que temos para comemorar? **Folha de São Paulo**, São Paulo, 01 maio. 2008.

\_\_\_\_\_. “Orelha do Livro de Maurício Roberto da Silva. In: SILVA, Maurício R. da. **Trama doce-amarga**: (exploração do) trabalho infantil e cultura lúdica. São Paulo: Hucitec, 2003.

\_\_\_\_\_. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 6ª.ed., São Paulo: Boitempo, 2002.

ARROYO, Miguel G. **Imagens Quebradas**: trajetórias e tempos dos alunos e mestres. Petrópolis, RJ, 2004.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.

BENETTI, Estela. WTTC e negócios. **Diário Catarinense**. 2009. Disponível em: <<http://www.clicrbs.com.br>>, acesso em: 03/09/2009.

BENJAMIN, César. A necessária retomada do tema da transição. In: BENJAMIN, César (org.). **Marx e o socialismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

BOADA, Luis. **O espaço recriado**. São Paulo: Nobel, 1991.

BONELLI, Laurent. Juventude fora de controle. **Le Monde Diplomatique Brasil**, São Paulo, ano 1, n. 9, abr.2008.

BOUSQUAT, Aylene; COHN, Amélia. A construção do mapa da juventude de São Paulo. **Lua Nova**, n. 60, p.82-96, 2003.

BRENNER, Ana Karina; DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo. Culturas do lazer e do tempo livre dos jovens brasileiros. In: ABRAMO, H. W; BRANMCO, P. P. M. (orgs.). **Retratos da juventude: análises de uma pesquisa nacional**. Porto Alegre: Instituto Cidadania, 2005.

BRITO, Gabriel e NADER, Valéria. “Pobres no Rio vivem dias de horror”. **Correio da Cidadania**. 2009. Disponível em: <<http://www.correiocidadania.com.br/content/view/3180/9/>>, acesso em: 27/04/2009.

CARNEIRO Lara P.; PADILHA, Valquíria. Vendem-se Ilhas de Prazer: o lazer nos anúncios publicitários de apartamentos de alto padrão. **Revista Impulso**. 16 (39), p.69 – 82, 2005.

CBN/DIÁRIO. Governador apresenta publicação com oportunidades de investimentos em SC. **WTTC viagens e turismo**. 2009. Disponível em: <<http://www.clicrbs.com.br/especial/sc/wttc/19,0,2508673,Governador-apresenta-publicacao-com-oportunidades-de-investimentos-em-SC.html>>. Acesso em: 09/08/2009.

CECCA (Centro de Estudos Cultura e Cidadania). **Uma cidade numa ilha**: relatório sobre os problemas sócio-ambientais da Ilha de Santa Catarina. Florianópolis: Insular, 1997.

CHALHOUB, Sidney. Classes Perigosas. **Revista Trabalhadores**. N.6, p.2 – 22, 1990.

CHAUÍ, Marilena. A universidade sob nova perspectiva. **Conferência de abertura da ANPED**, 2003.

\_\_\_\_\_. Ideologia neoliberal e universidade. In: OLIVEIRA, F. de; PAOLI, M. C. (orgs.). **Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global**. Petrópolis, RJ: Vozes; Brasília: NEDIC, 1999.

CHIZZOTTI, Antonio . **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.

COMBLIN, JOSÉ. **O neoliberalismo: ideologia dominante na virada do século**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço Urbano**. 4ªed. São Paulo: Ática, 2005.

CORREIA, Sandra Cisthianne França. Lazer em políticas públicas: práticas revolucionárias para uma vida cidadã. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 14, 2005, Porto Alegre. **Anais do 14º Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte**. Porto Alegre, ESEF/UFRGS, 2005, p.285.

COSTA, Karla Maria da Silveira. **O acesso aos conteúdos do lazer pela comunidade da Serrinha**. Florianópolis: UFSC, 1995. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – programa de Graduação – Centro de Desportos, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1995.

DA REDAÇÃO. Costão Golf já é uma realidade. **Folha do Norte da Ilha**. Ingleses, Florianópolis, edição 108, dez. 2007.

DATAFOLHA. **Jovem século 21**, especial 1 (Folha de São Paulo). São Paulo, 27 jul. 2008.

DETAQ – **Câmara dos Deputados**. Orador: DJALMA BERGER, PSB-SC. Sessão: 049.2.53.O, 2008. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br>>, acesso em: 21/08/2009.

DIEESE. **Anuário dos Trabalhadores**. São Paulo: 8<sup>a</sup>.ed., 2007.

ECO. Código Ambiental de SC é sancionado. **O Eco**. 2009. Disponível em: <<http://www.oeco.com.br/curtas/38-curtas/21437-codigo-ambiental-de-sc-e-sancionado>>, acesso em: 03/08/2009.

ECODEBATE. Código ambiental de Santa Catarina causará novas tragédias, alertam cientistas. **Portal EcoDebate**. 2009. Disponível em: <<http://www.ecodebate.com.br/2009/04/04/codigo-ambiental-de-santa-catarina-causara-novas-tragedias-alertam-cientistas/>>, acesso em: 03/08/2009.

EIPPER, Susan; PIMENTA, Luís Fugazzola; PIMENTA, Margareth de Castro Afeche. Processo de ocupação e serviços urbanos no Maciço Central de Florianópolis: Serrinha e Alto da Caieira. **EXTENSIO** - Revista Eletrônica de Extensão, n. 4, 2006.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Tradução: Rosa Camargo Artigas, Reginaldo Forti. São Paulo: Global, 1985.

\_\_\_\_\_. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Tradução: Leandro Konder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

EVENTOS. Fórum Mundial de Turismo 2009 da WTTC em Florianópolis 2009. **Eventos 2009**. 2008. Disponível em: <http://www.eventos2009.net/2008/11/21/forum-mundial-de-turismo-2009-da-wttc-em-florianopolis/>>, acesso em: 03/08/2009.

FERREIRA, Francisco A. C. **Parecer pós-ocupação do Shopping Iguatemi**. UFSC: Arquitetura e Urbanismo, notícia. 2007. Disponível em: <<http://www.arq.ufsc.br>> Acesso em: 5 set. 2008.

FOLHA DO NORTE DA ILHA. **Projeto Parque de Ingleses**. Ingleses, Florianópolis, jun. 2006.

FORRESTER, V. **O horror econômico**. São Paulo: Edunesp, 1997.

FÓRUM SOCIAL DA JUVENTUDE. O que é Fórum Social da Juventude (FSJ). Disponível em: <<http://www.forumsocialdajuventude.com.br>>. Acesso em: 29 nov. 2007.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e crise do trabalho**: perspectivas de fim de século. Petrópolis: Vozes, 1998.

\_\_\_\_\_. Juventude, trabalho e educação no Brasil: perplexidades, desafios e perspectivas. In: NOVAES, R. e VANNUCHI, P.(orgs.) **Juventude e sociedade**: trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. p.180-216.

FSJ – FÓRUM SOCIAL DA JUVENTUDE. **O que é o Fórum Social da Juventude**. 2007. Disponível em: <<http://www.forumsocialdajuventude.com.br>> Acesso em: 15 abr. 2008.

GALEANO, Eduardo. **De pernas pro ar: a escola do mundo ao avesso**. Porto Alegre: L&PM, 1999.

GENTILI, P. Como reconhecer um governo neoliberal? Um breve guia para educadores. In: SILVA, Luiz Heron & AZEVEDO, José C. (orgs). **Reestruturação curricular**: teoria e prática no cotidiano da escola. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 128-137.

\_\_\_\_\_. **Como reconhecer um governo neoliberal?**: um breve guia para educadores 2003.

GIASSI, Laura G. **Lazer na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC, s/d. Trabalho de Conclusão de Curso 1 (graduação) – Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, s/d.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4ª ed., São Paulo: Atlas, 1994.

GLOBAL 21. Turismo: Grupo árabe investe R\$ 90 milhões em Santo Amaro da Imperatriz. **GLOBAL 21**. 2008. Disponível em: <<http://www.global21.com.br/materias/materia.asp?tipo=noticia&cod=19406>>, acesso em: 29/05/2009.

GRAÇA, Miguel Silva. **Espaços públicos e uso colectivo de espaços privados**. s/d. Disponível em: <<http://pdf-search-engine.com/miguel-silva-graca-pdf.html>>, acesso em: 25/06/2009.

\_\_\_\_\_. A juventude como categoria social. In: **Juventude**: ensaios sobre sociologia e história das juventudes Modernas. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000. p.07-51.

HARVEY, David. Os espaços de utopia. In: **Espaços de esperança**. São Paulo: Loyola, 2004. Cap. 8, p.181 – 238.

HACK, Cássia. **Lazer e mídia em culturas juvenis: uma abordagem da vida cotidiana**. Florianópolis: UFSC: 2005. Dissertação – Programa de Pós-Graduação, Centro de Desportos, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

IANNI, Octavio. **Capitalismo, violência e terrorismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

IDB. **Indicadores e Dados Básicos – Brasil**: indicadores socioeconômicos: Taxa de Trabalho Infantil, 2007. Disponível em: < <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/idb2007/matriz.htm#socio>> Acesso em: 16 ago. 2008.

IBGE. **Contagem da população 2007**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/default.shtm>>. Acesso em: 16 ago 2008.

IULIANELLI, Jorge Atilo Silva. Juventude: construindo processos – o protagonismo juvenil. In: FRAGA, P. C. P.; IULIANELLI, J. A. S. (Org.). **Jovens em tempo real**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p.55-75.

JANATA, Natacha Eugênia. **“Fuxicando” sobre a cultura do trabalho e do lúdico das meninas-jovens-mulheres de assentamentos do MST**. Florianópolis: UFSC: 2004. Dissertação – Programa de Pós-Graduação, Centro de Desportos, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

JAT ENGENHARIA. Florianópolis Village Golf Resort. **JAT Engenharia**. s/d. Disponível em: <<http://www.jatengenharia.com.br/br/empreendimentos/golfresort/>>, acesso em: 24/06/2008.

KOSIK, K. **A dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. 2ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

LAVALLE, Adrián Gurza. As dimensões constitutivas do espaço público - Uma abordagem pré-teórica para lidar com a teoria. **Espaço & Debates**, v.25, p.33 - 44, 2005.

LAVILLE, C.; DIONE, J. **A construção do saber**: manual de metodologia de pesquisa em Ciências Humanas. Porto Alegre: Artes Médicas; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LEFEBVRE, Henri. A cidade e a divisão do trabalho. In: **A cidade do capital**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999. Cap. 2, p.29 – 73.

\_\_\_\_\_. **A vida cotidiana no mundo moderno.** Tradução de Alcides João de Barros. São Paulo: Ática, 1991.

\_\_\_\_\_. **O direito à cidade.** Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

\_\_\_\_\_. **La presencia y la ausencia:** contribucion a la teoria de las Respresentaciones. México: Fundo de Cultura Econômica, 1983.

\_\_\_\_\_. **Entre lo urbano e lo rural.** 1973.

\_\_\_\_\_. **Espaço e Política.** Belo Horizonte: UFMG, 2008.

\_\_\_\_\_. **Lógica formal/lógica dialética.** 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1991.

LEITE, Elenice Moreira. Juventude e trabalho: criando chances, construindo cidadania. In: FREITAS, M. V. e PADA, F. (orgs.) **Políticas públicas:** juventude em pauta. São Paulo: Cortez, 2003, p153-172.

LEITE, Rogério Proença. CONTRA-USOS E ESPAÇO PÚBLICO: notas sobre a construção social dos lugares na Manguetown. **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** Vol. 17 n. 49 junho/2002, p.115-172.

LISBOA, Armando de M. Central Park: governo do Estado quer privatizar última área que pode ser transformada em parque na região central da capital. **Boletim APUFSC.** Florianópolis, p. 2, 3, ago. 2004.

LISPECTOR, Clarice. **Uma aprendizagem ou o livro dos prazeres.** Rio de Janeiro: Francisco Alvez, 1993.

LOURO, Guaciara Lopes. Corpo, escola e identidade. **Revista Educação e Realidade.** Vol.25, n.2. Porto Alegre: UFRGS, 2000. p.59-75

LYRA, Jorge et al. "A gente não pode fazer nada, só podemos decidir sabor de sorvete". Adolescentes: de sujeito de necessidades a um sujeito de direitos. **Caderno CEDES.** Campinas, v. 22, n. 57, p.09 – 21, 2002.

MACEDO, Silvio Soares. Os espaços livres de edificação e o desenho da paisagem urbana. **Desenho Urbano:** Anais do II SEDUR-Seminário sobre Desenho Urbano no Brasil. São Paulo: Pini; Brasília: CNPq; Rio de Janeiro: FINEP, 1986. p.103-110.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Os circuitos dos jovens urbanos. **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, v. 17, n. 2, p.173 – 205, 2005.

MARCASSA, Luciana; MASCARENHAS, Fernando. Lazer. In: GONZÁLES, J.; FENSTERSEIFER, P. E. (orgs). **Dicionário crítico de educação física**. Ijuí: Unijuí, 2005, p.255-259.

MARCELLINO, N. C. **Lazer e Humanização**. Campinas: Papirus, 1983.

MARCELLINO et. al. **Espaços e equipamentos de lazer em região metropolitana: o caso da RMC – Região Metropolitana de Campinas**. Curitiba: OPUS, 2007

MARCONI, Maria de A.; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica: ciência e conhecimento científico, métodos científicos, teoria, hipóteses e variáveis**. - 5. ed. rev. e amp. 2007.

MARCUSE, Herbert. **O fim da utopia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

MARGULIS, Mario. **La juventud es más que una palabra**. Editorial Biblos, 2000.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2001. Na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras, p.15 – 45.

MARTINS, José de Souza. **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro 3, vol.VI. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 5ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

\_\_\_\_\_. **O capital: crítica da economia política**. Livro 1, vol.I. Tradução de RegisBarbosa e Flávio R. Kothe. 2ªed. São Paulo:Nova Cultural, 1985.

\_\_\_\_\_. **O Capital, Volume I**.São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã (Feuerbach)**. Tradução de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. 11ªed. São Paulo: HUCITEC, 1999.

\_\_\_\_\_. **Manifesto do Partido Comunista**. Tradução de Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret, 2003.

MASCARENHAS, Fernando. Tempo livre. In: GONZÁLES, J.; FENSTERSEIFER, P. E. (orgs). **Dicionário crítico de educação física**. Ijuí: Unijuí, 2005, p.397-400.

MELO, Marcelo Paula de. Neoliberalismo de terceira via e seu impacto na políticas de esporte e lazer: um debate com a produção teórica. In: SILVA, Maurício R. da (Org.). **Esporte, educação, estado e sociedade**. Chapecó: Argos, 2007. p.177-210

MEKSENAS, Paulo. **Pesquisa social e ação pedagógica**. São Paulo: Loyola, 2002.

MÉSZÁROS, Isttvan. **A educação para Além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MILLS, Wright C. A imaginação Sociológica. Rio de Janeiro : Zahar, 1982.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 8ª ed., São Paulo: HUCITEC, 2004.

\_\_\_\_\_. A análise de dados em Pesquisa Qualitativa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 23ª ed., Rio de Janeiro: Vozes, 1994. p.67-80. 1994.

\_\_\_\_\_. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 9ª ed., São Paulo: HUCITEC, 2006.

MIRANDA, José Carlos. MNS condena “Choque de Ordem” no RJ. **Jornal da Esquerda Marxista Luta de Classes**. N. 19, mar. a abr., p.10, 2009.

MONTEIRO, Carlos Augusto de F. Florianópolis: o direito e o avesso. In: Margareth de Castro Afeche Pimenta (Org.). **Florianópolis do outro lado do espelho**. Florianópolis: UFSC, 2005, p.07-34.

MORE, Thomas. **A Utopia**. São Paulo: Martin Claret, 2002

NASCIMENTO, Laurien Cristhine Ziem. **Espaços urbanos para as manifestações da cultura lúdica juvenil**. Florianópolis: UFSC, 2003. 36p. Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Programa de Graduação em Educação Física, Centro de Desportos, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2003.

\_\_\_\_\_. Espaço, juventude e cultura lúdica. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 14, 2005, Porto Alegre. **Anais do 14º Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte**. Porto Alegre, ESEF/UFRGS, 2005, p.280.

NETO, Otávio Cruz. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 23ª ed., Rio de Janeiro: Vozes, 1994. p.51-66.

NOSAKI, H. T. **Educação Física e reordenamento do mundo do trabalho**: mediações da regulamentação da profissão. Niterói: UFF: 2004. Tese – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.

NOTÍCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL. **Câmara analisa Projeto de Lei Complementar que altera zoneamento na Agrônômica**. Câmara Municipal de Florianópolis, 22, jun, 2008. Disponível em: <<http://www.cmf.sc.gov.br>> Acesso em: 22, jun, 2008.

NOVAES, Regina. Juventude, Exclusão e Inclusão Social: aspectos e controvérsias de um debate em curso. In: FREITAS, M. V. e PADA, F. (orgs.) **Políticas públicas**: juventude em pauta. São Paulo: Cortez, 2003, p121-141.

\_\_\_\_\_. Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias. In: ALMEIDA, M. I. M. de e EUGENIO, F. (orgs.) **Culturas jovens**: novos mapas do afeto. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006, p.105-120.

NOZ 2. Contraponto: Espaço Público. **Revista de Estudantes de Arquitetura da PUC-RIO. NOZ 2**, 2008.1. p.24-29. Disponível em: <<http://issuu.com/revistanoz/docs/noz2>>, acesso em: 25/06/2009.

NUNES, C.C.; WESTARB, E. de F. F. do A.; SILVA, M.F.da. A prática do golfe, riscos ambientais e retorno social no norte da Ilha de Santa Catarina. **Motrivivência**. Florianópolis, ano XVI, n.22, p. 115 – 133, jun. 2004.

OIT – ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **LABORSTA internet**: Unemployment, 2008. Disponível em: <<http://laborsta.ilo.org/>> Acesso em: 21 ago. 2008.

OLEIAS, Valmir. **O lazer no Aterro da Baía Sul em Florianópolis**: o abandono de um grande projeto. Florianópolis: UFSC, 1994. 101 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Centro de Desportos, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1994.

OLIVEIRA, Patrícia D. L. de; SILVA, Ana Márcia. A Educação Física na contramão das políticas públicas esportivizadas para infância e juventude. In: SILVA, Maurício R. da (Org.). **Esporte, educação, estado e sociedade**. Chapecó: Argos, 2007. p.211-229.

OLIVEIRA, Patrícia Daniele Lima de. **A esportivização das políticas públicas? Análise de programas para a infância e a juventude no estado de Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC: 2006. Dissertação – Programa de Pós-Graduação, Centro de Desportos, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

PADILHA, Valquíria. **Shopping Center**: a catedral das mercadorias. São Paulo: Boitempo, 2006.

PAIS, José Machado. **Culturas juvenis**. Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa: Coleção Análise Social, 1993.

PASSOS, Mauro. Campeche e a especulação com áreas públicas. **Revista Cidadania**. p.12, 2002.

PASTERNAK, Dariene. Solução vira problema urbano. **Notícias do Dia**, Florianópolis, p.12-13, 12 e 13, jul. 2008.

PELLEGRIN, A. de. O espaço de lazer na cidade e na administração municipal. In: Nelson Carvalho Marcellino (org). **Políticas públicas setoriais de lazer: o papel das prefeituras**. Campinas, SP: Autores Associados, 1996, p.31-38.

PERIM, Marcelo Fagundes. **O lúdico e o trabalho como elementos formadores na vida cotidiana das jovens-meninas do movimento nacional de meninos e meninas de Rua de Florianópolis**. Florianópolis: UFSC: 2003. 157 p. Dissertação – Programa de Pós-Graduação, Centro de Desportos, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

PIMENTA, Margareth de castro A. Florianópolis como espaço público. In: Margareth de Castro Afeche Pimenta (Org.). **Florianópolis do outro lado do espelho**. Florianópolis: UFSC, 2005, p.35-60.

PIMENTA, Luís F.; PIMENTA, Margareth de Castro A. Habitação e qualidade de vida urbana no Maciço Central de Florianópolis. In: Margareth de Castro Afeche Pimenta (Org.). **Florianópolis do outro lado do espelho**. Florianópolis: UFSC, 2005, p.123-148.

PIMENTA, Margareth de Castro Afeche; PIMENTA, Luís Fugazzola. Políticas Públicas e Segregação Sócio-Espacial: o caso do Maciço Central em Florianópolis. **XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais**, Ouro Preto, Minas Gerais, 4 a 8 de novembro, 2002.

PONTES, Guilherme. **Ponta do Coral – Hotel – Arq. Roberto Rita: II Oficina de Desenho Urbano**. Blog de Guilherme Pontes, 01 e 05 dez. 2007. Disponível em: <<http://guilhermepontes.zip.net>> Acesso em: 7 dez.2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. **Projetos especiais**. Prefeitura Municipal de Florianópolis: Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental. s/d. Disponível em: <[http://www.pmf.sc.gov.br/habitacao/proj\\_especiais.htm](http://www.pmf.sc.gov.br/habitacao/proj_especiais.htm)> Acesso em: 22, jun, 2008.

\_\_\_\_\_. **Programa Habitar Brasil – BID/Projeto Bom Abrigo – Mocotó: volume III – Participação Comunitária e Desenvolvimento Social**. Florianópolis, junho, 2002.

\_\_\_\_\_. **Projeto e ações**. Secretaria da Habitação E Saneamento Ambiental. Abril, 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RECIFE. Prefeitura. Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente. **As praças que a gente tem, as praças que a gente quer:** manual de procedimentos para intervenção em praças. Lúcia Leitão (Org.). Recife: A Secretaria, 2002.

RBSTV. WTTC deve injetar R\$ 2 milhões na economia de Florianópolis. **WTTC viagens e turismo.** 2009. Disponível em: < <http://www.clicrbs.com.br/especial/sc/wttc/19,0,2507137,WTTC-deve-injetar-R-2-milhoes-na-economia-de-Florianopolis.html>> . Acesso em: 03/08/2009.

ROLNIK, Raquel. A lógica da desordem. **Le Monde Diplomatique Brasil.** São Paulo, ago.2008. p.10-11, 2008.

SANTA CATARINA. **Relatório de Oportunidades de Investimentos.** Secretaria de, Estado de Turismo, Cultura e Esporte, 2009.

SANTINI, R. de C. G. **Dimensões do lazer e da recreação:** questões espaciais, sociais e psicológicas. São Paulo, ED Angelotti, 1993.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem.** 2ªed. São Paulo: Hucitec, 1986.

\_\_\_\_\_. **Metamorfoses do espaço habitado.** São Paulo: Hucitec, 1991.

\_\_\_\_\_. **A urbanização brasileira.** 2ªed. São Paulo: Hucitec, 1994.

\_\_\_\_\_. Universidade estagnada. In: LEITE. Maria Ângela F. P. **“Encontro/Milton Santos”**. Rio de Janeiro: Beco do Açogue, 2007.

SAVIANI, Dermeval. Concepção de dissertação de mestrado centrada na idéia de monografia de base. **Revista educação Brasileira**, no. 29, Brasília, CRUB, 1991.

SCHEIBE, Luiz Fernando et. al. Plano Comunitário de Urbanização e de Preservação do Maciço Central de Florianópolis. **Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária**, Belo Horizonte, 12 a 15 de setembro, 2004.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. **Programa Escola Aberta**, 2007. Disponível em: < <http://www.sed.sc.gov.br/educadores/escola-aberta>>, acesso em: 22/06/2008.

SERPA, Ângelo. Espaço público e acessibilidade: notas para uma abordagem geográfica. **GEOUSP - Espaço e Tempo.** São Paulo, Nº 15, pp. 21 - 37, 2004.

SDS – SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO EDOCONÔMICO. **O Código Ambiental de Santa Catarina em discussão.** Santa Catarina, s/d. Disponível

em:<[http://www.sds.sc.gov.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=292&Itemid=1&lang](http://www.sds.sc.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=292&Itemid=1&lang)>, acesso em: 09/08/2009.

SILVA, Maurício Roberto da. Democratização dos espaços urbanos para o lazer na cidade de Florianópolis. **Revista Motrivivência**. Universidade Federal de Santa Catarina, ano V, n°. 5,6,7, dezembro, 1994.

\_\_\_\_\_. **O assalto à infância no mundo amargo da cana-de-açúcar: onde está o lazer/lúdico? O gato comeu?** Campinas, SP: UNICAMP, 2000. 369 p. Tese – Programa de Pós-Graduação, Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2000.

\_\_\_\_\_. Recortando e colando as imagens da vida cotidiana do trabalho e da cultura lúdica das meninas-mulheres e das mulheres-meninas da Zona da mata canavieira pernambucana. **Caderno CEDES**. Campinas, vol. 22, abril, p.23-52, 2002.

\_\_\_\_\_. **Trama doce-amarga: (exploração do) trabalho infantil e cultura lúdica**. São Paulo: Hucitec, 2003.

\_\_\_\_\_. Apresentação: por que este livro? n: SILVA, Maurício R. da (Org.). **Esporte, educação, estado e sociedade**. Chapecó: Argos, 2007. p.13 – 33.

\_\_\_\_\_. “Exercícios de ser criança”: Corpo em movimento e a cultura lúdica nos tempos-espaços na Educação Infantil da Rede Municipal de Florianópolis ou “Por que toda criança precisa brincar (muito)?”. **Motrivivência**, Florianópolis, Ano XIX, Nº 29, p. 141-196, Dez./2007b. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia>>. Acesso em: 30 ago 2009.

SILVA, M. R. da; SILVEIRA, J.; ÁVILA, A. B. Políticas públicas para o esporte: cidadania e inclusão social. In: SILVA, Maurício R. da (Org.). **Esporte, educação, estado e sociedade**. Chapecó: Argos, 2007. p.105-176.

SILVEIRA, Luís Roberto M. da. A defesa de um espaço público por natureza: a ponta do Coral como bem coletivo. In: Margareth de Castro Afeche Pimenta (Org.). **Florianópolis do outro lado do espelho**. Florianópolis: UFSC, 2005, p.85-102.

SILVEIRA, Juliano. **Desenvolvimento humano, responsabilidade social e educação no capitalismo: investigando o programa “Educação pelo Esporte” do Instituto Ayrton Senna**. Florianópolis: UFSC: 2007. 151 p. Dissertação – Programa de Pós-Graduação, Centro de Desportos, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

SOBARZO, Oscar. **A produção do espaço público em presidente prudente: reflexões na perspectiva dos loteamentos fechados**. 2007. Disponível em: <[http://www.ufrgs.br/lapes/publicacoes/artigos/oscar\\_art.htm](http://www.ufrgs.br/lapes/publicacoes/artigos/oscar_art.htm)>, acesso em: 25/06/2009.

SOS GRAVATÁ. **Destruição da trilha**. 2008. Disponível em: <<http://www.sosgravata.org>> Acesso em: 5, set. 2008.

SPOSITO, Marília Pontes. **Os jovens no Brasil: desigualdades multiplicadas e novas demandas políticas**. São Paulo: Ação Educativa, 2003.

TAFFAREL, Celi N. Z. Lazer e projeto histórico. **Revista Impulso**, v.16, jan./abr., 2005.

\_\_\_\_\_. Política científica e produção do Conhecimento na Educação Física/Ciência do esporte: A conjuntura, as contradições e as possibilidades de superação. In: CARVALHO, Yara. (Org). **Política científica e produção do conhecimento em Educação Física**. Goiânia: CBCE, 2007.

TAVARES, Elaine. **No meio do Mangue, o monstro!** Sintufsc: notícias, 27, jun. 2006. Disponível em: <[http://www.sintufsc.ufsc.br/noticias\\_2006/0627\\_monstro.htm](http://www.sintufsc.ufsc.br/noticias_2006/0627_monstro.htm) > Acesso em: 5, set. 2008.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez: Autores associados, 1986.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Atlas, 1987.

\_\_\_\_\_. Bases teórico-metodológicas da pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. **Cadernos de Pesquisa Ritter dos Reis**. Vol.4. 2001.

ÚLTIMO SEGUNDO. **Prefeitura inicia “choque de ordem” no Rio de Janeiro**. 2009. Disponível em: < <http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/>>, acesso em: 27/04/2009.

UVINHA, Ricardo Ricci. **Juventude, lazer e esportes radicais**. São Paulo: Manole, 2001.

VAZ, Nelson Popini. Espaços públicos urbanos. In: Margareth de Castro Afeche Pimenta (Org.). **Florianópolis do outro lado do espelho**. Florianópolis: UFSC, 2005, p.149-163.

VEIGA, Eliane Veras da. **Florianópolis: Memória urbana**. Florianópolis: UFSC e Fundação Franklin Cascaes, 1993.

WACQUANT, Loïc. **As prisões da miséria**. Portugal: Celta, 2000.

WACHHOLZ, Bianca. **“Um centro de possibilidades”**. Florianópolis: UFSC, 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.